



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM
ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO
ESTADO DA BAHIA**

por

VÍVIAN ANTONINO

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotte

SALVADOR
2007



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



**A CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM
ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO
ESTADO DA BAHIA**

por

VÍVIAN ANTONINO

Orientador: Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras.

SALVADOR
2007

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me deu forças para seguir adiante com minha pesquisa, mostrando-me que qualquer obstáculo pode ser superado com força de vontade.

A todos de minha família, em especial minha mãe e minha irmã, que estiveram presentes em todos os momentos de minha vida, dando apoio e ajudando de todas as formas possíveis, com carinho, atenção, cuidado e mesmo com palavras firmes.

A Cacau, que soube compreender minha ausência, sendo companheiro em todos os momentos.

A Dante Lucchesi, meu orientador, que me apresentou o fascinante mundo da Sociolinguística e que me orienta desde a graduação, em meus primeiros passos nos estudos linguísticos.

A Rerisson Cavalcante, meu amigo, quase um co-orientador, que participou de cada etapa da produção desta dissertação, lendo, opinando e dando sugestões.

A Vanessa, pela companhia constante e pela leitura e correções do texto final.

A Mariana, amiga de muito tempo e de sempre, presente em todos os momentos e responsável pela tradução do meu resumo.

Aos colegas do curso de mestrado, com os quais dividi angústias e construí conhecimentos.

Às amigas do Projeto Vertentes, as quais contribuíram na digitalização, transcrição e revisão dos inquéritos que compõem o *corpus* por mim estudado. Elisângela, Lanuza, Luanda, Telma e Vanessa, obrigada pelo empenho.

Aos informantes dos municípios de Poções e Santo Antônio de Jesus, sem os quais a realização deste trabalho não seria possível.

RESUMO

O português do Brasil não apresenta uma realidade lingüística homogênea, nem uma heterogeneidade caótica, mas uma variação bipolarizada, com a(s) norma(s) popular(es) em um extremo, e a(s) norma(s) culta(s) em outro. Um dos fenômenos mais estudados é a variação na concordância nominal, que afeta ambas as extremidades, porém, com maior intensidade, a camada popular. Muitos trabalhos já foram realizados sobre o tema, enfocando a variação dentro do SN, porém este vem analisar a variação nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, baseado em dados de falantes de Poções e Santo Antônio de Jesus, municípios do interior do estado da Bahia. Investiga-se a hipótese de que o massivo contato entre o português e as línguas africanas e indígenas, ocorrido na época da colonização e do Império, estaria na base da variação da morfologia flexional do nome no português rural do Brasil e de que a variação na concordância nominal nas construções passivas e nos predicativos do sujeito é resultado de *transmissão lingüística irregular* determinada pelo contato entre línguas. O estudo quantitativo revelou que a variação na aplicação da regra de concordância de gênero ainda se mantém de forma residual na fala popular do interior, ao passo que não se mostra significativa em variedades urbanas de fala. O uso de predicado nominal e a presença de adjetivos compondo esses predicados favorecem o uso da regra, assim como o fato de o falante se referir a si mesmo em seu discurso. O sujeito que contém o traço semântico [+ humano] e aquele que traz marcas mais explícitas de gênero também favorecem a aplicação da regra de concordância. Com relação à concordância de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas, as análises sociolingüísticas já realizadas indicam uma forte variação na fala dos grandes centros urbanos com a aplicação da regra de concordância ficando na casa dos 40%, ao passo que esta pesquisa revelou que a aplicação dessa regra de concordância na fala popular do interior do país ainda é incipiente. No encaixamento estrutural desse reduzido uso da regra de concordância de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas, notou-se o fortalecimento do princípio da coesão estrutural, pois em sentenças em que há concordância de número no SN sujeito e em que há concordância verbal, maior é o uso das marcas de plural nos predicativos/passivas. No aspecto extralingüístico, observou-se que os jovens fazem mais concordância, o que pode indicar uma mudança em curso. Aqueles que se ausentaram da comunidades por mais de seis meses e as mulheres também fazem maior uso das regras de concordância nominal. Não houve diferença significativa relacionada ao nível de escolaridade, o que confirma a precariedade do sistema de ensino disponível para a população pobre do interior do país. O fato de o falante viver na sede do município ou na zona rural também não se mostrou relevante, indicando que não há de fato uma dicotomia bem definida entre rural e urbano, em se tratando de município de pequeno porte; há, sim, um *continuum* de formas.

Palavras-chave: *Sociolingüística, concordância nominal, predicativos, estruturas passivas, português popular, TLI*

ABSTRACT

The Portuguese of Brazil does not present a homogeneous linguistic reality, nor a chaotic heterogeneity, but a bipolarized variation, with the popular norm in an extremity, and the cult norm in another one. One of the phenomenon that more had been studied is the variation in the noun agreement that affects both the extremities, however, with bigger intensity, the popular class. Many paperworks had been already carried out about the subject, focusing the variation inside of the SN, however this paperwork analyze the nominal variation in predicative of subject and passive structures, based in data of talkatives of Poçoões and Santo Antonio de Jesus, communities of the interior of Bahia's state. It is research hypothesis of that the intense contact between Portuguese and the african and indigenous

Languages, occurrence at the time of the colonization and the Empire, would be in the base of the variation of the flexional morphology of the noun in the rural portuguese of Brazil and that the variation in the noun agreement in the passive constructions and in the predicative of subject is result of the *irregular linguistics transmission* determined by the contact between languages. The quantitative study shows that the variation in the application of the rule of gender agreement still keeps of residual form in popular speech of the interior, whereas is not significant in urban varieties of speech. The use of nominal predicate and the presence of adjectives composing these predicates are favorable to use the rule, as well as the fact of the talkative refers to itself in its speech. The subject that contains the semantic feature [+ human] and that one that also brings more explicit marks of gender favor the application of the agreement rule. Regarding the agreement of number in predicative of the subject and passive structures, the sociolinguistics analyses already carried out indicate a considerable variation in speech of the biggest urban centers with the application of the agreement rule being round about 40%, whereas that this research exposed that the application of this rule of agreement in popular speech of the interior of the country still is incipient. In the structures of this reduced use of the rule of agreement of number in predicatives of the subject and passive structures, the strengthening of the principle of the structural cohesion was noticed, therefore in sentences that there are agreement of number in the SN subject and that there are verb agreement, bigger is the use of the marks of plural in the predicatives/passives. Analyzing the social factors, it was observed that the young makes more agreement, what can indicate a change in progress. Those that had absented of the communities for more than six months and the women also have been more use of the rules of noun agreement. There isn't significant change related to the level of schooling, what confirms the precariousness of the education's system available for the poor population of the interior of the country. The fact of the talkatives live in the headquarters of the city or in the rural zone also did not relevant, what indicate that actually there isn't a dichotomy well defined between rural and urban, when talk about a small city; what there is a continuum of forms.

Word-key: *Sociolinguistic, noun agreement, predicative, passive structures, popular Portuguese, TLI.*

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Resultado geral da concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia	71
TABELA 2	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicação	73
TABELA 3	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável indicação de gênero no sujeito	75
TABELA 4	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante	76
TABELA 5	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável caracterização semântica do sujeito	77
TABELA 6	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicativo	78
TABELA 7	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável ordem do sujeito e predicado	79
TABELA 8	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo	81
TABELA 9	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável estadia fora da cidade	82
TABELA 10	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos	

	do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária	82
TABELA 11	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável concordância nominal de número no SN sujeito	86
TABELA 12	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável concordância verbal	87
TABELA 13	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicação	89
TABELA 14	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante	90
TABELA 15	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável caracterização semântica do sujeito	91
TABELA 16	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicativo	92
TABELA 17	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo	93
TABELA 18	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária	94
TABELA 19	Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária	95
TABELA 20	Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos	

do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior
do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	16
2.1 O CONTATO ENTRE OS POVOS	17
2.1.1 O Elemento Indígena	17
2.1.2 O Elemento Africano	19
2.2 HIPÓTESES PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR	21
2.3 PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA REALIDADE BIPOLAR	27
2.4 AS COMUNIDADES DE FALA ANALISADAS	29
2.4.1 Caracterização e breve história do município de Santo Antônio de Jesus	29
2.4.2 Caracterização e breve história do município de Poções	31
3 TEORIA E O MÉTODO	33
3.1 A TEORIA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA	33
3.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR	35
3.3 A VARIEDADE POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO – O VERNÁCULO RURAL	38
3.4 O MÉTODO	41
3.4.1 A constituição do <i>corpus</i>	42
3.4.2 Os informantes	42
3.4.3 As entrevistas	43
3.4.4 Transcrição das entrevistas	44
3.4.5 O tratamento do dados	45
3.5 O SUPORTE QUANTITATIVO	46
4 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	48
4.1 A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL COM O PREDICATIVO DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS EM COMUNIDADES DE FALA URBANA	53
4.1.1 O <i>corpus</i>	53
4.1.2 Fatores lingüísticos	53

4.1.3 Variáveis sociais	60
4.2 A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL COM O PREDICATIVO DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS EM COMUNIDADES DE FALA AFRO-BRASILEIRA	61
4.2.1 O <i>corpus</i>	61
4.2.2 Breve histórico dos estudos sobre a formação do PB	62
4.2.3 Variáveis lingüísticas	63
4.2.4 Variáveis sociais	66
4.3 CONCLUSÃO SOBRE A CONCORDÂNCIA EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS NA FALA URBANA E NA FALA RURAL	67
5 ANÁLISE DOS DADOS	70
5.1 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA	71
5.1.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicação	73
5.1.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável indicação de gênero no sujeito	74
5.1.3 Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável referência ao falante	75
5.1.4 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável caracterização semântica do sujeito	76
5.1.5 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicativo	78
5.1.6 Variáveis não selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes	79

5.1.6.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável ordem dos constituintes na sentença	79
5.1.6.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável material interveniente entre o verbo e o predicativo	80
5.1.7 Encaixamento da variação na concordância de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito na estrutura social	81
5.2 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA	83
5.2.1 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável concordância nominal de número no SN sujeito	85
5.2.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável concordância verbal	87
5.2.3 Variáveis não selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes	88
5.2.3.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável referência ao falante	89
5.2.3.3 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável caracterização semântica do sujeito	90
5.2.3.4 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicativo	91
5.2.3.5 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável material interveniente entre o verbo e o	

predicativo.	92
5.2.4 Encaixamento da variação na concordância de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito na estrutura social	94
6 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A heterogeneidade é uma característica inerente às línguas humanas, sendo assim, o Português também apresenta variação lingüística. Mais do que variável, a realidade lingüística do Português Brasileiro (PB¹) se mostra polarizada, com a coexistência de uma variedade culta e de uma popular (LUCCHESI, 2001). Dentre os fenômenos que se destacam na realidade sociolingüística do PB, pode-se citar a variação na concordância nominal, fenômeno que afeta os dois extremos, mas que ocorre com mais intensidade no português popular, em que é muito freqüente o apagamento da marca nominal de número. Essa diferença é também saliente quando se compara o Português Europeu (PE) e o PB. O PE realiza uma maior marcação de plural em todos os constituintes nominais flexionáveis, ao passo que o PB, muitas vezes, principalmente na camada popular, mantém essas marcas apenas nos determinantes.

Ao tratar de concordância nominal, vários trabalhos, de orientação variacionista – a exemplo de Scherre (1988) –, deram enfoque à variação da concordância dentro do sintagma nominal (SN), concentrando a análise geralmente na concordância de número. Aqui será analisado um outro aspecto da concordância nominal um pouco menos explorado: a concordância, de gênero e de número, em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

Com o objetivo de contribuir com os estudos variacionistas já existentes, será feita aqui uma análise sociolingüística das construções passivas e dos predicativos de sujeito de dois municípios do interior do estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus e Poções. Será dado enfoque à fala popular, já que os dialetos populares do interior do país despertam um interesse especial para se analisar as conseqüências do contato entre línguas para a evolução do português no Brasil, principalmente em função dos grandes contingentes de escravos absorvidos pelas grandes propriedades rurais e de sua situação de segregação social nesses contextos.

Assim, assume-se aqui a hipótese de que esse massivo contato entre o português e as línguas africanas e indígenas estaria na base da variação da morfologia flexional do nome no português popular do interior do Brasil e de que a variação na concordância nominal nas construções passivas e nos predicativos do sujeito é o resultado de *transmissão lingüística irregular* determinada pelo contato entre línguas (cf. LUCCHESI, 2003). É intenção desta

¹ Tais iniciais, PB e PE, designam, respectivamente, Português Brasileiro e Português Europeu.

pesquisa, também, confirmar a hipóteses de que a realidade lingüística brasileira se apresenta de forma polarizada. Para cumprir esses objetivos, essa dissertação se estrutura da seguinte maneira.

No capítulo 2, intitulado *O contexto histórico e social da formação do português popular do Brasil*, comenta-se o contexto histórico e social da formação do português popular do Brasil, dando enfoque ao papel relevante do negro e do índio na formação do povo brasileiro. Em seguida, são discutidas as várias hipóteses existentes para a formação do português popular do Brasil (PPB²), comentando desde posicionamentos que colocam o PPB como uma variedade lingüística derivada de uma língua crioula, até aqueles que atribuem as mudanças observadas no PPB a uma deriva secular inerente ao sistema lingüístico do português. O maior enfoque, porém, é dado à hipótese aqui defendida, de que, em seus aspectos mais característicos, a língua portuguesa do Brasil é fruto da *transmissão lingüística irregular* ocorrida em períodos em que o contato entre línguas era amplo.

Em uma subseção, trata-se da realidade lingüística bipolar brasileira, que era bem nítida e marcada no período colonial e imperial e que, de certa maneira, se mantém até os dias atuais, ainda que de forma mais atenuada. Por fim, é feita uma caracterização, seguida de uma breve apresentação da história dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções.

O capítulo 3 intitula-se *A teoria e o método* e foi dividido em duas partes. Na primeira, foram vistas teorias utilizadas para o embasamento desta pesquisa e, em seguida, a metodologia. A princípio, discutiram-se os pressupostos teóricos da Sociolingüística Variacionista, revendo conceitos básicos necessários para este estudo, para, adiante, se fazer uma explanação sobre a *transmissão lingüística irregular*, que, para nós, explica as características encontradas no português popular do Brasil. Em uma última seção relacionada à Teoria, é feita uma análise da variedade popular do interior do estado, já que o *corpus* é formado por falantes dessa variedade de fala. Chama-se atenção para realidade lingüística polarizada do Brasil, porém ressalta-se que esta dicotomia não é algo estanque, é sim um *continuum* de formas e, por isso, há falantes que, devido a sua mobilidade geográfica, apresentam características que não se encaixam nem em um extremo, nem em outro, mostrando-se como falantes 'rurbanos' (BORTONNI-RICARDO, 2005).

Ao tratar do *Método*, são esclarecidos os passos utilizados para a realização da pesquisa, deixando claro que, para a realização deste trabalho, que é um estudo à luz da Sociolingüística Quantitativa, se fez necessário o desenvolvimento de uma pesquisa de campo

² Português Popular do Brasil será referido, no decorrer do texto, também como PPB.

para a constituição do *corpus* a partir de entrevistas com moradores dos dois municípios do interior do estado da Bahia. Tais entrevistas garantiram a sustentação empírica do trabalho, sendo possível fazer a análise quantitativa do fenômeno variável em foco. Fez-se necessário, ainda, uma explanação sobre o suporte utilizado no tratamento quantitativo dos dados, em que foi utilizado o pacote de programas VARBRUL, especialmente concebido para a análise probabilística das regras variáveis.

O capítulo 4 se intitula *Concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas - revisão bibliográfica* e é um apanhado dos estudos já realizados sobre o fenômeno analisado nesta pesquisa. É feita uma revisão dos três trabalhos conhecidos sobre o tema, dois sobre o português urbano, do Rio de Janeiro e da região sul, e um sobre uma comunidade afro-brasileira do interior da Bahia, analisando e revendo fatores lingüísticos e sociais condicionadores da variação da aplicação da regra de concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

O capítulo 5 é dedicado à *Análise dos Dados*, apresentando os resultados obtidos, dando maior destaque às variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo pacote de programas VARBRUL, porém também discutindo outras variáveis não selecionadas, mas que exibiram resultados interessantes. Nesta etapa do trabalho, verificou-se se as hipóteses iniciais se comprovaram, sempre interpretando os resultados à luz dos princípios teóricos aqui adotados para explicar o fenômeno da concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas.

Na *Conclusão* desta dissertação, foi apresentada uma síntese dos resultados obtidos ao longo deste trabalho, dando destaque aos pontos considerados mais importantes no condicionamento do uso das regras de concordância nominal em predicativos/passivas.

Espera-se que os resultados aqui alcançados contribuam para a percepção de que, na análise de fenômenos lingüísticos, não se deve apenas levar em consideração a história interna da língua, mas sim, e principalmente, devem-se considerar os processos sócio-históricos que os condicionam.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

A atual realidade lingüística brasileira é alvo de inúmeros estudos, muitos deles buscando compreender e esclarecer como se deu a formação deste português falado em terras brasileiras, principalmente de sua variedade popular. Estes numerosos estudos tiveram início no começo do século passado, com consagrados lingüistas se posicionando a respeito do tema; alguns, como Serafim da Silva Neto (1963), Mattoso Câmara Jr. (1975), Silvio Elia (1979), Anthony Naro e Marta Scherre (1993), creditam as mudanças ocorridas no português popular do Brasil a uma deriva secular, uma tendência natural inerente às línguas. A presença de elementos negros e indígenas, para eles, apenas acelerou as mudanças que inevitavelmente iriam ocorrer.

Outros tantos estudiosos, como Jacques Raimundo (1933), Renato Mendonça (1948), Gregory Guy (1981, 1989) e Dante Lucchesi (1999, 2001 e 2003), defendem o contato entre línguas, ocorrido no período da colonização e do Império, como o fator preponderante para as mudanças observadas na variedade popular atual do português. Alguns acreditam que houve a formação de crioulos típicos, porém, aqui, a visão seguida será de Lucchesi, que afirma que pode sim ter havido a formação de alguns crioulos, porém foram em situações isoladas. O que vai fundamentar as nossas análises será o conceito de *transmissão lingüística irregular*, através do qual se pode afirmar que, a depender da intensidade e do prolongamento da situação de contato, podem surgir *pidgins*, crioulos típicos ou uma variedade da língua alvo fortemente modificada.

A realidade lingüística bipolarizada do Brasil propiciou a formação e a manutenção desta variedade de língua modificada pelo contato. Desde o período da colonização, os falantes das normas populares se encontram em um pólo oposto aos falantes das normas cultas. As mudanças ocorridas no pólo popular da língua se mantiveram e ainda hoje podem ser observadas nestas camadas mais populares e, aqui, acreditamos serem os falantes da zona rural aqueles que mais fortemente mantêm essas marcas, sendo, por isso, estes o alvo de nossa pesquisa.

Para se fazer uma análise da realidade do português popular³ brasileiro da atualidade, é necessário, primeiramente, que se faça uma descrição do contexto histórico e social do

³ Não entraremos na discussão pormenorizada a respeito da definição da expressão “popular”, já que é um termo polêmico. Aqui, “popular” se apresenta simplesmente como sinônimo de “*substandard*” ou “não-padrão”, opondo-se, claramente, às expressões “culto”, “padrão” ou “*standard*”.

período de formação da língua portuguesa do Brasil, visto que a realidade atual retrata, muito semelhantemente, a situação de outrora.

A língua portuguesa, transplantada da Europa para as terras brasileiras, conviveu, no período da colonização, com uma diversidade muito grande de outras línguas, com índios de variadas tribos, falantes também de variadas línguas, e com negros advindos de várias regiões da África, sem esquecer, também, os brancos de origem portuguesa, que pertenciam a diferentes extratos sociais. Juntos, na nova terra, fez-se necessário o estabelecimento de relações sociais, com o intuito de haver uma comunicação efetiva e até mesmo para sobreviverem diante das situações adversas que lhes eram impostas no dia-a-dia. Assim, conhecer a história desses grupos sociais e do contato entre eles é imprescindível para a compreensão da realidade atual observada na sociedade brasileira.

Vale ressaltar que, dentro deste estudo, o falante da norma popular brasileira é aquele com pouca ou nenhuma instrução, classificado como analfabeto ou semi-analfabeto. É para essa “fatia” da população que este trabalho se volta, buscando descrever sua realidade lingüística, que, há tempos, se mantém distante da realidade da minoritária elite culta do Brasil.

2.1 O CONTATO ENTRE OS POVOS

Os negros africanos e os indígenas serão, aqui, observados mais detidamente, sendo considerados como elementos formadores da sociedade brasileira e de sua realidade lingüística. O branco europeu, então, não terá sua história estudada a fundo, mas será analisado de forma a estabelecer contrastes com os outros povos de origem negra, indígena e até com os mestiços.

2.1.1 O elemento indígena

Na ocasião da chegada dos europeus ao Brasil, os indígenas apresentavam uma multiplicidade lingüística muito grande e, conforme apresenta Mattos e Silva,

Aryon Rodrigues (1986:19), admitindo para a atualidade cerca de 180 línguas sobreviventes, considerou possível o dobro em 1.500. Em artigo posterior (1993:91), com base em cálculos de distribuição de línguas no passado da humanidade como um todo, faz crescer esse número para 1.175 línguas. Antônio Houaiss (1985:100) admite verossímil o montante de 1.500 línguas (2004, p. 76).

Assim, é fácil constatar a realidade multilíngüe que se apresentava em terras brasileiras, porém, estudos demonstram que havia uma certa homogeneidade lingüística e cultural entre os índios da costa, falantes de diversas variedades da língua tupi desde São Paulo até o Rio Grande do Norte, e outros tantos grupos de diversas línguas, certamente pertencentes ao tronco macro-jê, ocupando os interiores do Nordeste, o meio norte, os cerrados “do Brasil central até o sul oriental” (Mattos e Silva, 2004, p. 77) e certas áreas do sul do país.

Diante de tal realidade, o homem branco português acabava por se tentar fazer entender inicialmente através de gestos e, após alguma convivência, esses brancos chegados ao Brasil, normalmente banidos da sua corte e condenados por atos cometidos por lá, começavam a aprender de forma rudimentar as línguas indígenas com que tinham contato. Isso se dava mais facilmente porque esses homens casavam-se com índias, já que era muito comum a prática do cunhadismo em terras brasileiras, que consistia em se dar uma das filhas ou das irmãs como prova de amizade. A partir dessa situação, mestiços foram sendo gerados e, para eles, normalmente, a língua materna era o tupi, podendo, também, ser bilíngües, com o português como segunda língua.

Durante os dois primeiros séculos de colonização, uma língua geral tomou conta das terras brasileiras, denominada pelos jesuítas também como língua brasílica. Essa língua geral foi um instrumento essencial para os jesuítas, que a usavam para a catequização do gentio. Para Rodrigues (2000), essa língua geral não seria tratada no singular, e sim no plural: uma língua geral amazônica e uma língua geral tupi; ambas, de base tupinambá, teriam sido usadas no período colonial, como instrumento de comunicação para o colonizador e pela Companhia de Jesus, em suas missões catequéticas.

A política de colonização de terras brasileiras foi, aos poucos, dizimando os índios, fazendo com que se extinguissem vários povos e, conseqüentemente, suas línguas. Os índios não aceitaram passivamente por muito tempo a escravidão e reagiram, naturalmente, a ela de diversas formas, inclusive por confrontos armados. É certo que, após um certo tempo, os jesuítas tentaram agir para tirar o índio dessa realidade, exigindo do rei atitudes que pusessem fim à escravidão indígena, mas, ainda assim, numerosos índios foram dizimados devido a guerras e a doenças que os acometiam. O Marquês de Pombal também, com suas medidas coercitivas, em 1757, contribuiu ainda mais para o enfraquecimento do uso das línguas indígenas no Brasil.

Na região sudoeste da Bahia, por exemplo, a dizimação dos índios era uma necessidade para o estabelecimento das atividades agrícolas nas terras conquistadas, e a história do município de Poções está ligada a ações dos “bandeirantes” baianos que investiram sua ferocidade contra tribos dos mongóis que habitavam as margens do rio das Mulheres. Tal situação assemelha-se àquela vivida em grande parte do território brasileiro (Silva, 2005, p. 20).

Diante dessa realidade social e histórica, é fácil inferir que não foram os índios os principais difusores de uma língua ligada às camadas populares do período colonial, ficando esta tarefa mais voltada para o elemento africano chegado em terras brasileiras.

2.1.2 O elemento africano

A partir de 1549, oficializou-se o tráfico negreiro regular para o Brasil, com Dom João III autorizando a importação de 120 africanos por ano para cada agricultor, com o objetivo de compor a mão de obra para os engenhos e as lavouras de cana-de-açúcar. Desde então, tornaram-se muitos os africanos em terras brasileiras, de diferentes origens e falando também diferentes línguas.

Kátia Mattoso (1990, p.22-23), em seus estudos historiográficos sobre a escravidão, numa tentativa de identificar a procedência dos negros trazidos para o Brasil, define as áreas africanas de onde esses negros vieram, baseada em três grandes ciclos do tráfico: o Ciclo da Guiné, no século XVI, que traz para o Brasil wolofs, mandingas, sonrais, mosis, huaças e peuls, mais conhecidos, de forma genérica, como sudaneses; o Ciclo do Congo-Angola (séc. XVII); e o terceiro ciclo, já no século XVIII, correspondente ao ciclo da Mina, do Golfo de Benin e da Costa da Mina. No século XIX, os negros escravos chegavam ao Brasil vindos de muitas diferentes áreas africanas, porém havia predominância de Angola e Moçambique.

É impossível dizer, de forma exata, quantas línguas africanas chegaram ao Brasil. Sabe-se que, com o objetivo de evitar rebeliões entre os escravos, os falantes de variadas línguas eram misturados, assim dificultando a comunicação entre eles. Fez-se necessário, para os escravos africanos, então, aprender uma outra língua para que fosse possível a comunicação; essa outra língua, naturalmente, acabou sendo a língua do colonizador, o português. Esse aprendizado era feito na oralidade, sem normatização; coube então ao senhor e, mais freqüentemente ao feitor, ensinar os rudimentos da nova língua àqueles que agora necessitavam se comunicar em terras brasileiras.

O número de africanos e afro-descendentes era muito grande. Alguns historiadores, como Mattoso (1990, p.13), afirmam que chegaram aqui cerca de 3.500.000 escravos, mas outros, como Darcy Ribeiro (1997), chegam a sugerir, a partir de um estudo de demografia comparada hipotética, que 6.353.000 escravos aportaram aqui entre o início do tráfico negreiro e 1860.

Tânia Lobo (1996) organiza os dados demográficos em uma tabela, mostrando que os portugueses e seus descendentes eram menos de um terço da população do Brasil, compondo os africanos, seus descendentes e índios aculturados a maioria da população.

	etnias não brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Após a observação dos dados acima apresentados, pode-se supor que foram os negros que contribuíram mais fortemente para a formação de um “português geral brasileiro”, termo utilizado por Mattos e Silva (2004) para designar um antecedente histórico do português popular, atualmente falado no Brasil pela maioria da população. Já os portugueses e seus descendentes mais europeizados teriam sido responsáveis pela difusão do que hoje chamamos português culto, típico das camadas com maior grau de escolarização e maior poder aquisitivo.

Os escravos, em diferentes épocas, desempenharam muitos papéis e ocuparam diferentes áreas geográficas do país, não ficando restritos apenas a algumas regiões. Ocorria, no Brasil, o tráfico interno de negros escravos, sempre visando à necessidade de mão-de-obra em determinadas regiões, buscando atuar em grandes frentes de exploração.

Quando estourou a febre do ouro e de diamantes, foram levados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro muitos escravos para as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás; arrefecendo essa corrida do ouro, o tráfico direcionou-se para o litoral, onde o cultivo do café estava em alta, principalmente em áreas do Rio de Janeiro até São Paulo; em seguida, a direção que se seguiu foi a da área cafeeira do Vale do Paraíba, abrangendo área de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O escravo também foi utilizado no cultivo de algodão e

fumo no Maranhão; em colheitas de especiarias na Amazônia; em regiões pastoris no interior do Nordeste e até em charqueadas no Rio Grande do Sul, conforme descreve Mattoso (1990).

Além desses trabalhos na mineração e no cultivo de plantações, os escravos também exerciam atividades tidas como inferiores para serem exercidas por brancos; eles eram artesãos, carregadores, pintores, marinheiros, vendiam rendas e doces em tabuleiros. Desempenhavam uma vasta gama de atividades essenciais para a atividade cotidiana, estando assim inseridos nessa vida, tanto nos núcleos urbanos como nos rurais.

Não se pode deixar de considerar os chamados espaços ilegítimos da escravidão, forma como eram chamados os quilombos, os locais de resistência ao sistema da época. Esses espaços não agrupavam apenas negros fugitivos, mas sim fugitivos de qualquer etnia, inclusive brancos e luso-descendentes que não se adequavam ao sistema. Nesses espaços, certamente, havia uma configuração lingüística diversa, o que favorecia o uso de uma língua comum a eles, adquirida de forma precária, o já citado português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular do Brasil.

Todos esses fatores, interligados, como o grande número de africanos e sua mobilidade em terras brasileiras, a variedade de papéis desempenhados por eles na sociedade colonial tanto rural como urbana e a importância social e lingüística dos espaços ilegítimos da escravidão nos levam a afirmar, mais uma vez, que foram os africanos e seus descendentes os principais agentes difusores do português popular brasileiro.

2.2 HIPÓTESES PARA A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR

Desde o século XIX, muitos estudiosos da língua têm voltado a sua atenção para uma caracterização sócio-histórica da realidade lingüística brasileira. O objetivo maior desses estudiosos é conhecer a origem do português popular do Brasil, e essa busca encerra uma polêmica, a de se definir se o contato do PB com línguas indígenas e africanas influenciou ou não a vertente popular da língua brasileira.

Muitos lingüistas acreditam que o número elevado de negros africanos trazidos para o Brasil na época da colonização, em contato com as diversas línguas já aqui existentes, influenciou profundamente a estrutura da língua portuguesa e, para confirmar suas hipóteses, relacionam o Português popular do Brasil com línguas crioulas de base portuguesa faladas no continente africano. Em contrapartida, há outro grupo de estudiosos que afirma que as mudanças ocorridas no PPB já estariam prefiguradas em seu sistema, seguindo o PB uma deriva secular.

Adolfo Coelho (*apud* TARALLO, 1993), no final do século XIX, busca semelhanças entre o PB e crioulos de base portuguesa, afirmando que, no PB, há a supressão da forma de plural, a ausência de concordância de número dentro do sintagma nominal. Assim, ele reúne o PPB e as línguas crioulas em um mesmo grupo de línguas com características semelhantes.

Em 1933, Jacques Raimundo, com seu livro *O Elemento Afro-negro na Língua Portuguesa*, atribui à influência negra Africana a maioria das características do PB, tais como a prosódia, o léxico, a pronúncia, que ele afirma advir da “mescla” dos linguajares falados em terras brasileiras, assim como a flexão, que se apresenta sensivelmente simplificada. Ele concentra seus estudos na contribuição vocabular das línguas africanas para o português, destacando um número expressivo de africanismos de origem banto, já que este grupo de escravos predominou durante o início da colonização do Brasil.

Renato Mendonça publica, no mesmo ano que Raimundo, um livro também tratando da influência negra na formação do Português do Brasil. Em *A Influência Africana no Português do Brasil*, Mendonça também faz comparações entre os crioulos de base portuguesa e a língua portuguesa do Brasil, atribuindo, assim, grande importância ao elemento negro para a formação do PB, destacando ainda que não só o elemento indígena teve participação contundente nesta formação. Mendonça se referia a uma proeminência indevida do papel do índio na formação do PB e afirma que isso se deu graças à ideologia romântica, em que teve destaque o indianismo de José de Alencar e Gonçalves Dias, e que punha a figura indígena como um herói mítico, representante de uma nação brasileira, deixando, conseqüentemente, a figura do negro sem o seu merecido destaque.

O que Mendonça traz de inovador naquele momento é a relação entre a influência africana e os falantes da modalidade popular do PB. Mendonça destaca inúmeros aspectos do PPB que, segundo ele, estão relacionados às línguas africanas encontradas aqui no Brasil; são aspectos fônicos e, em menor escala, morfológicos e sintáticos. Mendonça destaca na morfologia a ausência de plural em substantivos quando precedidos por determinantes pluralizados. Fato semelhante ocorria também em adjetivos em função de predicativo.

Muitos estudiosos da língua, nas décadas seguintes, vieram a defender uma imagem de unidade e conservadorismo do português do Brasil, seja na variedade culta ou na popular. Esta visão põe o colonizador europeu em uma posição de superioridade em relação aos povos indígenas e os africanos, reduzindo, fortemente, a importância da influência de suas línguas no português. Os maiores expoentes dessa visão de unidade e conservadorismo do PB foram Gladstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto.

Ainda na discussão sobre a origem do PB, Gladstone Chaves de Melo (1946) reconhece, também, uma maior influência exercida pelos negros africanos na formação do PB que pelos indígenas. Melo também acredita na formação de um crioulo tupi-quimbundo em terras brasileiras e afirma que o PPB originou-se deste crioulo. Segundo ele, este crioulo foi substituído pela urbanização do período, pela escolarização, que se ampliava gradativamente, e pelas ondas relusitanizantes. Assim como outros autores já haviam observado, Melo salienta que os africanos trazidos para o Brasil podem ter influenciado o PB com alguns traços peculiares às suas línguas, fazendo com que, por exemplo, o PB se apresentasse com uma morfologia flexional mais simplificada; porém, não atribui ao contato entre línguas todo o mérito para as mudanças observadas no PPB, apesar de não conseguir apontar qualquer outra razão para tais mudanças.

Serafim da Silva Neto (1963) vem explicar as diferenças encontradas no PB através do conceito de *deriva*, com um conceito mais amplo, que contempla a idéia de uma deriva conservadora e uma deriva que teve sua velocidade aumentada dadas as condições sócio-históricas. Segundo afirma o autor, em se tratando da deriva conservadora, os traços arcaizantes encontrados no PB são típicos de línguas transplantadas. Os vários falantes do PE que vinham para o Brasil provinham de diferentes regiões de Portugal, apresentando, assim, uma heterogeneidade nos seus falares, o que os fazia buscar um ponto comum entre eles; por estarem distantes do centro irradiador das inovações da língua, acabavam por apresentar traços arcaizantes, um caráter mais conservador.

Silva Neto afirma que a tendência à simplificação observada na língua portuguesa era algo já presente nas línguas românicas, e que os falantes africanos, que aqui aprenderam o português, sem a presença da ação normatizadora da escola, apenas aceleraram este processo que já se encontrava prefigurado na língua. Ele reconhece sim o surgimento de crioulos e semi-crioulos, porém justificando estes fenômenos com a deriva natural da língua que, no contexto histórico da colonização, com a presença massiva de negros, apenas teve o seu curso natural acelerado. Para Silva Neto, essas variedades mais ou menos crioulizadas teriam sido levadas por negros, índios e mestiços para o interior do país e estariam na base da formação das variedades rurais e populares do português brasileiro.

Sílvio Elia (1979), assim como Silva Neto e Melo, admite uma influência afro-índia no português brasileiro, porém afirma haver uma unidade entre o português do Brasil e o de Portugal, visto que o contato entre línguas não conseguiu alterar o sistema. Ao se referir à importância da influência de africanos e indígenas na formação do português brasileiro, afirmou a existência de um falar crioulo, que era nada mais que a deturpação e simplificação

de uma língua-base por parte de aloglotas em estágio cultural inferior. Elia afirma que muitas das características encontradas no PB são também vistas em outros semi-crioulos, assim como a simplificação das flexões verbais e nominais.

Mattoso Câmara Jr. (1975) assume uma postura semelhante à de Silva Neto, em que nega um papel relevante aos crioulos falados em terras brasileiras por escravos africanos, assumindo que tal presença das línguas africanas no período da formação do PB somente acelerou as tendências já prefiguradas no sistema lingüístico do Português. Entretanto, ele afirma que a presença das línguas africanas teve maior influência que a das línguas indígenas, assumindo a possível formação de um crioulo, que teria interferido na formação da nossa realidade lingüística, influenciando, principalmente, as variedades populares.

Explorando essa relação, Gregory Guy, em trabalhos publicados durante a década de 80, associa a questão da crioulição às variedades populares do PB, defendendo a hipótese da ocorrência de um processo de crioulição prévia, notado de forma contundente no século XVII, seguido de um posterior processo de descrioulição, causado pelo contato prolongado do PPB com o português culto. Assim, para Guy, os dialetos rurais apresentam fortes marcas de um suposto crioulo já falado em terras brasileiras, mas que estariam se descaracterizando devido à urbanização.

Segundo Tarallo (1993), Guy, para confirmar a sua hipótese, utilizou duas variáveis morfossintáticas, a concordância de número no interior do SN e a concordância sujeito-verbo. Segundo ele, a perda dessas regras de concordância se daria devido ao já citado processo prévio de crioulição, e estaria em andamento um processo de reaquisição dessas regras, partindo dos contextos em que houvesse maior saliência fônica⁴, caracterizando, assim, um processo de descrioulição em direção ao português europeu. Ele afirma que “...a história social do Brasil é exatamente a que deveria ter sido para que ocorresse a formação de um crioulo” (*apud* TARALLO, 1993).

Em 1993, Fernando Tarallo, em seu texto *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro – Mudanças sintáticas aleatórias*, diz, logo de início, que não tem a intenção de afirmar ou não a análise de Guy, pois, em seu entender, muitos esforços já foram dispensados para um entendimento da tipologia de línguas crioulas e classifica o PB como “uma língua do tipo misto: uma língua que, absurda, inesperada e estranhamente, compartilha propriedades com línguas não-relacionadas, quer crioulas ou não, e que está se distanciando do superestrato original: PE” (1993, p. 38). Assim, é fácil perceber que, para ele, ainda que o

⁴ O conceito de saliência fônica será discutido no capítulo 3 desta dissertação, Concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas – Revisão bibliográfica.

PB se tivesse criouliizado, seria impossível haver um processo de descrioulização, já que a realidade observada no PB não condiz com a situação necessária para esse processo, que seria de uma reaproximação da língua alvo, no caso, o PE.

Tarallo, para confirmar a sua tese, analisa estratégias de relativização utilizadas no português do Brasil, na variante falada, e a retenção de pronomes nas sentenças encaixadas e matrizes. Ele observa as similaridades entre o PB e algumas línguas crioulas legítimas, que não têm nenhuma relação histórica; assim, Tarallo argumenta que o PB pode ter sido sim criouliizado em algum momento de sua história, já que possui, em se tratando da sintaxe, muitos aspectos similares aos de gramáticas de crioulos legítimos.

Em seguida, Tarallo tece comparações entre o PB e o PE, salientando que, ao passo que no português europeu a retenção de pronomes é muito baixa na posição de sujeito e muito alta na posição de objeto, no Brasil, observa-se justamente o contrário, um incremento no uso do pronome na posição de sujeito, ao lado de uma sensível diminuição no uso dos pronomes na posição de objeto. Tarallo, então, conclui que a realidade lingüística brasileira se estaria afastando da realidade lingüística de Portugal, ao invés de se aproximando, como seria necessário para que houvesse a descrioulização proposta por Guy. Ele diz ainda que para que a tal descrioulização ocorresse, o PB terá que “se virar de ponta-cabeça e pelo avesso” (1993, p. 60), pois as possibilidades de as mudanças sintáticas que hoje ocorrem no PB reverterem ao PE são realmente remotas.

Anthony Naro e Marta Scherre (1993), retomando a posição de Câmara Jr. e Silva Neto, defendem que as mudanças ocorridas no Português do Brasil se devem a uma deriva secular da língua. Para eles, tais mudanças já estariam prefiguradas no sistema lingüístico do português, e a tendência à simplificação, observada no PB, já existiria desde o indo-europeu. Questionam a existência de algum *pidgin* ou crioulo de base lexical portuguesa durante o período da colonização das terras brasileiras e, apesar de não negarem que tenha havido um processo de *transmissão lingüística irregular*⁵, não atribuem a tal processo qualquer importância na influência à variação da concordância nominal e verbal.

Com o intuito de comprovar o seu ponto de vista, Naro e Scherre argumentam que a perda fonológica da nasalização final em determinados nomes, como “*virgem>virge*”, no português europeu, teria provocado um processo de generalização do fenômeno, que acabou por atingir a morfologia dos verbos. Mostram, também, que há variação, ainda que mínima, na concordância verbal no PE, mesmo em sua fase arcaica.

⁵ O conceito de transmissão lingüística irregular será discutido mais detidamente no capítulo seguinte.

Os autores afirmam que:

O impulso motor do desenvolvimento do Português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais forte é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos (1993, p.451).

Em tal “confluência de motivos”, muito possivelmente se encontra o contato entre línguas que se deu em terras brasileiras e que certamente exerceu alguma influência na formação do PB. Ainda que indiretamente, os autores deixam uma lacuna na qual se pode inserir a inegável importância do contato entre línguas para a formação do português brasileiro, principalmente em sua variedade popular.

Alan Baxter e Dante Lucchesi (1997) defendem a importância do contato entre línguas para a formação do português do Brasil, opondo-se, conseqüentemente, a visões como as de Naro e Scherre, que acreditam que as alterações observadas no PB são simplesmente fruto de forças inerentes ao sistema e já prefiguradas na história da língua portuguesa.

Baxter e Lucchesi não negam que tenha havido uma espécie de crioulização em pontos isolados do interior do país, mas defendem o conceito de *transmissão lingüística irregular*, segundo o qual, a depender da intensidade e do prolongamento da situação de contato, pode-se originar não só um crioulo típico ou um pidgin, mas também uma variedade de língua em que ocorreu uma erosão gramatical um pouco menor. Essa variedade de língua não se configuraria como um crioulo típico, mas traria marcas evidentes do contato entre língua e da sua nativização entre os descendentes da situação de contato.

Lucchesi (2001) descreve a realidade lingüística brasileira como bipolarizada, pondo a(s) norma(s) popular(es) em um extremo e a(s) norma(s) culta(s) em outro. Será esta a visão aqui defendida, a de uma realidade que se apresenta em dois pólos, com uma influência inegável da importância do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil, com base no conceito de *transmissão lingüística irregular*.

2.3 PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA REALIDADE BIPOLAR

A realidade lingüística bipolar hoje observada no Brasil tem explicações nos primeiros séculos de sua história. De um lado, encontravam-se as camadas médias e altas da sociedade brasileira, que eram numericamente bem reduzidas e que possuíam um comportamento lingüístico sensivelmente conservador, buscando sempre manter os laços lingüísticos e

culturais com a Metrópole. Durante muito tempo, os professores de língua portuguesa que lecionavam em terras brasileiras eram trazidos de Portugal; um caráter conservador foi mantido na língua falada pela elite, que era vista como possuidora da variedade culta do PB.

Em outro extremo, o das camadas populares, ocorria um massivo contato do português com as línguas dos indígenas e dos africanos trazidos para cá, o que caracterizava uma realidade ideal para a ocorrência de processos de *transmissão lingüística irregular*. Uma variedade já modificada do português ia sendo aprendida por essa camada da população, que era numericamente superior à elite colonial, e disseminada por várias regiões do país. A tal variedade do português, Mattos e Silva (2004) chama de “português geral brasileiro”, considerado um antecedente histórico do atual português popular brasileiro, que foi adquirido na oralidade, em situações de aquisição imperfeita e “difundido pelo geral do Brasil, sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial.” (Mattos e Silva, 2004, p. 90)

A camada popular, composta inicialmente por índios aculturados, escravos e mestiços, era a mão-de-obra disponível para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar, no cultivo do pau-brasil, algodão, café, tabaco e, posteriormente, no ciclo da mineração do ouro. Sendo assim, essa camada teve atuação bastante abrangente em várias regiões do país e, conforme Lucchesi, “o massivo deslocamento de populações pode explicar em boa medida a homogeneidade diatópica das variedades populares do português do Brasil” (2001, p.105). Dessa forma, a realidade lingüística brasileira não era apenas heterogênea e variável, era sim plural e polarizada, com as normas vernáculas em um pólo e as normas cultas em outro.

Dentre as normas vernáculas, estava o chamado “português geral brasileiro”, que, de acordo com Mattos e Silva, teve como favorecedor à sua formação uma presença não-maciça de europeus e a grande miscigenação ocorrida em terras brasileiras. Um constante

embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro. (Mattos e Silva, 2004, p. 21)

Esta realidade bipolar pode ser observada até hoje, ainda que mais atenuada. Até meados do século XX, a população brasileira era em sua maioria analfabeta, praticamente não havia meios de comunicação em massa, o sistema de transporte também não era dos mais eficientes, o que dificultava o acesso a muitas regiões do país, e a influência dos padrões

lingüísticos urbanos era mínima; toda essa dificuldade certamente facilitou a manutenção de algumas variedades de língua mais ou menos crioualizadas faladas no interior do Brasil, como a variedade falada em Helvécia. O que Lucchesi pôde observar em Helvécia, cidade localizada no extremo sul do Estado da Bahia, foi uma forte influência do contato entre línguas ocorrido naquela localidade, com os membros mais velhos mantendo as marcas deste contato, como a simplificação de flexões verbais e nominais. Os mais jovens, graças à influência da urbanização, já estavam readquirindo e reintroduzindo a morfologia verbal e nominal perdida.

Lucchesi salienta que está havendo uma diminuição da distância existente entre as normas populares e as normas cultas, mostrando que:

...há uma tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas mais baixas da população através da televisão, do rádio ou pelo contato direto, proporcionado pelas modernas condições de transporte, ou mesmo através do precário sistema de ensino (2001, p. 107).

Apesar dessa diminuição de distâncias, acreditamos que ainda é na fala rural que podemos encontrar marcas bastante fortes do contato entre línguas ocorrido no período de formação da língua portuguesa no Brasil. Ainda que os meios urbanos já estejam exercendo fortes influências sobre a zona rural, é nela, no interior do país, que se podem observar mais claramente as manifestações da variedade popular do PB.

2.4 AS COMUNIDADES DE FALA ANALISADAS

As comunidades de fala de Santo Antônio de Jesus e Poções, representantes de uma vertente popular do interior do Estado da Bahia, são o foco desta pesquisa, por isso se faz necessária uma breve descrição e caracterização destes municípios.

2.4.1 Caracterização e breve história do município de Santo Antônio de Jesus

O município de Santo Antônio de Jesus, também conhecido como Cidade das Palmeiras, teve as primeiras ocupações de seu território devido ao desbravamento de alguns colonizadores da terra, durante os séculos XVII e XVIII. Devido à fertilidade das terras, à alta quantidade de madeira de lei e aos grandes recursos pluviais, deu-se o povoamento do local, onde logo de início se estabeleceram engenhos de cana-de-açúcar e a plantação de mandioca.

Na região, havia os índios nativos, descendentes de Pedra Branca, aos quais Pero Carneiro e D. Álvaro da Costa, colonizadores, vieram se juntar. Como na maioria das histórias de colonização de terras brasileiras, os índios foram sendo exterminados, e os negros escravos iam ganhando espaço no trabalho braçal, sendo trazidos de suas terras para compor a mão-de-obra da região. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958, p.36), em 1875, a população de Santo Antônio contava com 9.654 habitantes, sendo uma maioria negra, 4.000 escravos, e 3.000 estrangeiros residentes em seu território. O número total de analfabetos era de cerca de 8.320 pessoas.

Em 29 de maio de 1880, a freguesia da Paróquia de Santo Antônio foi elevada à categoria de Vila e, em 30 de julho de 1891, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Neste mesmo ano, ocorreu a inauguração da estrada de ferro da cidade, que impulsionou a economia e o desenvolvimento comercial do município.

Considerado um dos mais importantes municípios do Recôncavo Baiano, Santo Antônio de Jesus está localizado a 187 km de Salvador, à margem da rodovia BR-101, fazendo limite com Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elízio Medrado, Laje, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe e São Miguel das Matas e Varzedo. Atualmente, segundo dados do censo demográfico de 2000, há uma população de aproximadamente 73.400 habitantes, numa área de 252 km². Destes habitantes, cerca de 66.250 residem na zona urbana e 11.150 na zona rural.

Há, na cidade, 128 escolas, 66 de nível fundamental, 17 de nível médio e 55 de ensino pré-escolar, sendo a maior parte da rede pública. Há, ainda, duas instituições de ensino superior, uma particular e uma pública estadual.

Na região, existe apenas uma indústria, no ramo de calçados, inaugurada em 2003. No entanto, sempre houve pequenas indústrias voltadas principalmente para a produção de fogos de artifício. O comércio regional é hoje o maior pólo comercial local, atraindo um grande contingente de pessoas devido às ofertas de confecções, móveis e eletrodomésticos. Há, em Santo Antônio, um shopping center, porém ainda tem grande importância a feira-livre do centro da cidade, onde se pode adquirir desde produtos cultivados na zona rural até roupas e materiais para o uso doméstico.

O município mantém ainda muito forte suas tradições religiosas, e a festa do padroeiro da cidade, a trezena de Santo Antônio, ainda reúne muitos moradores. São festejados também os dias de São João, São José e São Benedito.

A zona rural do município, nas décadas de setenta e oitenta, era bastante povoada, já que era comum o cultivo de lavouras de fumo, mandioca, cana-de-açúcar, laranja, amendoim,

café, feijão, milho e de flores, porém essas lavouras foram escasseando, pois grandes latifundiários compravam as pequenas propriedades, formando grandes fazendas que serviam para a criação de gado bovino. Atualmente, o número de habitantes da zona rural está bastante reduzido, sobrevivendo estes de uma agricultura de subsistência, o que tem feito com que haja uma cada vez mais crescente migração do campo para a sede do município, que oferece melhores condições de acesso à educação, à saúde e, inclusive, maiores ofertas de trabalho.

2.4.2 Caracterização e breve história do município de Poções

Por volta de 1732, tinha início o povoamento do município de Poções, no interior da Bahia, resultado das explorações dos bandeirantes pela região. Os bandeirantes objetivavam a descoberta de metais preciosos, como o ouro, e, com o passar do tempo, se fez necessária a instalação em fazendas locais, onde se teve início a prática da pecuária e da agricultura, com destaque para o plantio de algodão.

Por onde passavam as Bandeiras, inevitavelmente, surgiam povoações, núcleos habitacionais que iam adquirindo, aos poucos, aspectos mais urbanos. O poder da Coroa portuguesa aumentava, ao passo que aumentava o número de povoações de imigrantes; porém não só imigrantes portugueses habitavam a região, tendo bastante destaque o elemento autóctone, o índio.

Índios mongóis ocupavam a região, sendo estes pertencentes ao grupo Gê, mas, como em muitas outras regiões brasileiras, foram submetidos aos brancos, sofrendo violência, física e cultural, que levou a um processo de extermínio. Tal fato foi recorrente em várias regiões do Brasil, porém, em Poções, foi tão forte, que levou os mongóis à destruição completa.

O negro, uma constante na história do Brasil, também esteve presente no período da povoação do município de Poções. Havia negros escravos trazidos de Angola e Moçambique, além de negros nascidos no Brasil; eles trabalhavam usualmente na pecuária, mas há registros de escravos trabalhando como oficiais, que eram trabalhadores especializados em determinadas atividades, como marcenaria e olaria.

O município de Poções, que se localiza à latitude 14° 31' 47''S, à longitude 40° 21' 42''W, é banhado pelos rios São José, Ouricana, do Vigário e das Mulheres, fazendo limite com as cidades de Boa Nova, Iguai, Nova Canaã e Bom Jesus da Serra. Poções tem uma área 963 km², com uma população de 44.152 habitantes, sendo que a maioria ocupa a zona urbana, cerca de 1/3 da população ainda habita a área rural. A densidade demográfica é de 45,86

habitantes por quilômetro quadrado e, segundo o censo do ano de 2000, há aproximadamente 9.300 domicílios na sede no município, contra 3.500 na zona rural.

Há, em Poções, 3 escolas particulares, 58 escolas municipais e 7 escolas estaduais, sendo que, das municipais, a maioria, 34 delas, se localiza na zona rural e 24 na zona urbana. Não há instituições de ensino superior na cidade, e aqueles que desejam cursar uma faculdade devem ir até cidades vizinhas. E, segundo dados do IBGE, 10.292 residentes da cidade, com 10 ou mais anos de idade, possuem um ano ou menos de estudo.

Não há na cidade opções de lazer como teatros e cinemas, ficando os moradores limitados à diversão em bares e clubes locais. As festividades religiosas são ainda as maiores e mais esperadas da região, como a festa do Divino Espírito Santo, em que há desfiles de grupos regionais e comemorações que movimentam toda a comunidade.

A 10 km do município de Poções, está localizado Morrinhos, um dos mais importantes povoados da zona rural. Sua história também está relacionada às atividades dos bandeirantes, que ocuparam a região e retiraram violentamente os índios para ocupar as terras. Inicialmente, Morrinhos era uma fazenda que servia de ponto de apoio para as atividades na zona da mata, servindo para a criação de gado e para o cultivo de variados produtos que abasteciam a região. Os negros também estavam presentes em Morrinhos, inclusive exercendo atividades de certo valor dentro do meio rural, como oficial de marceneiro, oficial de ferreiro e oficial de oleiro.

A região é possuidora de terras férteis, o que facilita o cultivo de vários produtos, além de haver construída uma barragem, que contribui também para o desenvolvimento regional.

Atualmente, há apenas uma escola de nível fundamental (1ª a 4ª série), e os moradores que se interessarem em dar continuidade ao nível fundamental devem se dirigir à sede do município. Há um único posto de saúde, que se encontra em situação precária, e quase não há formas de lazer coletivo, além do jogo de futebol. Uma das mais importantes fontes de renda é a criação de pequenos animais e a aposentadoria dos mais velhos.

Essa situação faz com que os mais jovens tenham um grande desejo de sair da comunidade para tentar buscar uma melhoria no nível de vida, indo em direção aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Salvador.

3 A TEORIA E O MÉTODO

3.1 TEORIA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA

A Sociolingüística Variacionista, liderada pelo lingüista William Labov, veio questionar o que preconizavam outras escolas lingüísticas, como o Estruturalismo, que defendia a língua como um sistema homogêneo e uniforme. No início do terceiro capítulo do livro que fundamenta os estudos variacionistas, *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) interrogam: “Se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda?” (2006 [1968], p.87), como as pessoas conseguem, então, se comunicar durante os períodos de mudança no sistema lingüístico?

A resposta encontrada na Teoria da Variação é a de que estrutura não é sinônimo de homogeneidade e que é sim possível fazer uma descrição sistemática da variação existente em uma língua. Numa concepção de língua laboviana, a heterogeneidade é algo natural, inerente ao sistema lingüístico, e imaginar uma comunidade em cuja língua não há heterogeneidade seria, segundo Labov, algo disfuncional.

O objeto de estudo da Sociolingüística é, pois, a variação lingüística; esse estudo se dá através da análise da realidade lingüística observável na fala. Para a Teoria Variacionista, a variação é motivada, está correlacionada a fatores internos e externos à estrutura da língua, pois, além de estar encaixada na estrutura lingüística, a variação está correlacionada à forma como a sociedade se organiza social e culturalmente; e a análise estrutural dos processos de variação pode informar sobre os mecanismos que atuam nos processos de mudança em curso na língua. Vale ressaltar, contudo, que variação lingüística não implica necessariamente mudança lingüística; já a mudança, por sua vez, pressupõe uma variação, ou seja, as mudanças surgem de fatos heterogêneos dentro da língua, porém nem todo fato heterogêneo resultará em uma mudança.

Lucchesi diz que “no modelo da Sociolingüística, [...] o que se oferece ao falante não é um sistema homogêneo, unitário e imutável, que se impõe de forma irreduzível, mas um sistema heterogêneo sobre o qual o falante atua de acordo com as disposições estruturadas em que a prática lingüística se atualiza” (2004, p.172).

Para a Sociolinguística, os processos de mudança que ocorrem nas comunidades de fala⁶ são de fundamental importância, e é nessas comunidades de fala que serão observadas as formas linguísticas em variação. As análises realizadas dentro da Sociolinguística Variacionista observam as variações sistemáticas, dentro de uma heterogeneidade estruturada na comunidade de fala; não há um caos linguístico, e sim um sistema associado à heterogeneidade da língua falada. Considera-se a língua em seu contexto sócio-cultural, visto que parte considerável das explicações para a variação observada no uso da língua se baseia em fatores extralinguísticos, não apenas em fatores internos ao sistema linguístico.

A análise das variáveis sociais é que vai delinear o quadro de variação que está ocorrendo na comunidade de fala; poder-se-á observar uma variação estável ou mesmo uma situação de mudança em progresso. Com relação à variação estável, entende-se que a realidade encontrada na comunidade de fala se manterá inalterada por algum tempo, já que nenhuma das formas em uso se mostra mais ‘forte’, não havendo, assim, predominância de uma variante linguística sobre a(s) outra(s). Já a mudança em progresso mostra a possibilidade de uma variante linguística sobrepujar a(s) outra(s), tendo o seu uso bastante difundido, de forma que uma variante chegue mesmo a cair em desuso, e a outra tenha o seu uso como categórico.

Com a adoção do conceito de mudança em curso, Labov (1983 [1972a]) mostra que a análise sociolinguística vem rever mais uma idéia que predominava até então, a de que a mudança linguística só poderia ser observada depois de implementada, não podendo ser estudada diretamente. Lucchesi diz que:

O recurso utilizado por Labov para superar esse obstáculo foi o de procurar entrever a mudança em progresso na variação observada na língua num determinado momento, o que ele definiu como o estudo da mudança no **tempo aparente** (2004, 166).

Labov (1972a) afirma que a mudança linguística pode ser observada em seu processo de implementação, pois a variação linguística não é um fenômeno aleatório, e sim sistemático e que, através da correlação entre fatores linguísticos e os fatores sociais, poder-se-ia observar a variação sincrônica na gramática de uma determinada comunidade de fala, que refletiria o processo de mudança em curso no plano diacrônico.

⁶ Comunidade de fala, conforme Labov (1972), não é um grupo de pessoas que falam de forma igual, mas um grupo que compartilha traços linguísticos que o distinguem de outros grupos, comunicando-se mais entre si do que com pessoas de fora desse grupo; acima de tudo, há um compartilhamento de normas e de atitudes frente ao uso da linguagem.

O conceito de tempo aparente, acima referido, é uma espécie de projeção sobre o tempo real. Não sendo possível sempre realizar as pesquisas em tempo real, pela impossibilidade de se voltar no tempo para fazer a coleta de dados ou mesmo pelo fato de, até o início do século passado, não serem os gravadores objetos de fácil acesso, fato que dificultava o registro dos fenômenos observados em comunidades de fala, surgiu a necessidade de se utilizar o recurso do estudo em tempo aparente.

a validade do [tempo aparente] depende crucialmente da hipótese de que a fala das pessoas de 40 anos hoje reflete diretamente a fala das pessoas de 20 anos há 20 anos atrás e pode, portanto, ser comparada com a fala das pessoas de 20 anos de hoje, para uma pesquisa da difusão da mudança lingüística. As discrepâncias entre a fala das pessoas de 40 e 20 anos são atribuídas ao progresso da inovação lingüística nos vinte anos que separam os dois grupos (CHAMBERS e TRUDGILL, 1980, p.165).

O que postula o conceito de tempo aparente é que as diferenças de comportamento lingüístico observadas em determinadas gerações hoje refletiriam momentos anteriores diferentes no desenvolvimento da língua. Esta pesquisa se utilizará do recurso do tempo aparente.

Assim, pode-se chegar à conclusão de que um estudo sociolingüístico tem o objetivo de descrever um fenômeno variável observado em uma comunidade de fala, a fim de analisá-lo, apreendendo e sistematizando as variantes lingüísticas em uso. Para esta análise, lança-se mão de recursos estatísticos, buscando calcular a influência exercida por cada um dos fatores relacionados, lingüísticos e extralingüísticos, estabelecendo uma relação entre o processo de variação sincrônico com os processos de mudança que se operam na estrutura da língua diacronicamente.

3.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR

A transmissão lingüística irregular é um conceito aqui utilizado para fazer referência ao que se passou nos momentos históricos de massivo e prolongado contato entre línguas, em situações em que a língua dos detentores de poder é tomada como modelo a ser seguido pelos demais, normalmente em situação politicamente inferior. Nessas situações de contato, a depender de fatores históricos e lingüísticos, pode haver a formação de uma nova língua, chamada língua pidgin ou língua crioula, ou apenas se formar uma nova variedade de língua, que não se configura como uma nova entidade lingüística distinta das já existentes.

Em situações típicas de contato, o que se observa é uma população numerosa de adultos, muitas vezes falantes de línguas diversas e até mutuamente ininteligíveis, que se vê forçada a adquirir uma segunda língua para poder manter as relações sociais e comerciais. Devido à própria situação, esta variedade de língua que se forma apresenta uma forte simplificação e redução em sua estrutura gramatical, mantendo-se apenas os elementos essenciais para se desempenhar uma comunicação básica. Lucchesi (2000, p. 99) diz que essa redução na estrutura gramatical da língua se dá devido:

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, acesso aos dispositivos da *faculté du langage*, que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma norma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem como objetivo fundamentalmente a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo.

Quando acontece um prolongamento da situação de contato lingüístico, normalmente a variedade segunda da língua alvo vai ganhando espaço e se tornando até modelo para aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Isso se dá graças à relação que essa variedade segunda de língua estabelece com as camadas política e economicamente dominantes, que são detentoras, naturalmente, do prestígio social.

A depender de fatores extralingüísticos, como a quantidade de falantes da língua alvo ou o grau de coesão dos grupos de falantes em situação de dominação, a língua surgida do contato pode se apresentar com características mais próximas ou mais distantes da língua do dominador. E as situações sociais, históricas e culturais a que a língua surgida do processo de transmissão lingüística irregular está sujeita também vão explicar essa maior ou menor aproximação com a língua alvo e as inevitáveis transformações que as línguas originadas do contato vieram a sofrer.

Para o maior entendimento do conceito de *transmissão lingüística irregular*, se faz necessário tomar conhecimento do conceito de língua pidgin e de língua crioula, mesmo não sendo elas o nosso objeto de estudo.

Segundo Baxter (1996), pidgin é uma língua reduzida que surge quando vários grupos, falantes de línguas diversas, se vêem obrigados a se comunicar, em situações como escravidão ou relações comerciais. As situações em que se encontram não possibilitam um processo normal de aprendizagem de uma segunda língua, e ninguém consegue aprender a língua do

outro; porém, como a comunicação é indispensável, surge uma “língua de emergência”, com muitas reduções gramaticais. Nesse processo de negociação e acomodação entre as línguas, geralmente há redução na flexão de nomes e verbos, e as regras de concordância nominal e verbal são afetadas; o que surge é um código emergencial “maximamente analítico, desprovido de redundâncias e ambigüidades” (p. 535), com um léxico bastante reduzido.

Havendo prolongamento da situação de contato, o pidgin pode ter suas funções ampliadas, dando origem a um pidgin expandido ou a um crioulo. “Um crioulo é uma língua nativa que surge em circunstâncias especiais que conduzem à aquisição de uma primeira língua, com base num modelo de segunda língua defectivo, tipo pré-pidgin ou pidgin”(BAXTER, 1996, p. 541)

No processo de aquisição de uma língua crioula, de nativização de um pidgin, surge a necessidade de preencher as lacunas surgidas da erosão ocorrida no processo de pidginização. Para isso, o que ocorre, em muitas línguas crioulas, é a mescla do léxico da língua de superestrato com a estrutura gramatical da língua de substrato, ocorrendo, então algumas vezes, a gramaticalização de elementos lexicais da língua alvo.

O processo de *transmissão lingüística irregular* pode resultar num pidgin, em crioulos de vários tipos ou apenas em nova variedade de língua, a depender da sua intensidade. Conforme Lucchesi,

O fator que determina inicialmente o processo de transmissão lingüística irregular é a intensidade da erosão gramatical que se dá no momento inicial do contato, ou seja, no momento em que os falantes do substrato fixam o código emergencial de comunicação verbal a partir dos recursos léxico-gramaticais da língua alvo.(2000, p. 109).

Quanto menor o acesso dos falantes das línguas surgidas do contato aos modelos da língua alvo, mais radical será a variedade crioula falada por eles, a chamada crioulição típica. Pode também haver uma crioulição leve, em que o acesso à língua alvo é um pouco maior; com isso, a erosão gramatical também é menor, não sendo necessária uma reconstrução gramatical profunda.

No caso do português popular do Brasil, a sua origem tem explicação num processo de transmissão lingüística irregular que não resultou em uma língua crioula, e sim em uma variedade diferenciada da língua portuguesa. Isso se deu porque, no Brasil, no período da colonização, o número de falantes da língua alvo não foi tão pequeno que caracterizasse uma situação de crioulição típica; além de que sucessivos grupos de imigrantes portugueses chegaram às terras brasileiras, como na corrida do ouro (séc. XVIII) e na vinda da família real

(séc. XIX), fatos que reforçavam o poder da língua portuguesa, diminuindo as possibilidades de erosão gramatical mais radical.

Assim, é fácil compreender que no Brasil não houve o surgimento de um crioulo típico, e sim que houve, principalmente em sua vertente popular, no período de sua formação, processos de mudanças lingüísticas oriundos do contato entre línguas, através de uma transmissão lingüística irregular leve. A estrutura da língua portuguesa foi sensivelmente afetada quando da sua nativização e socialização entre os descendentes dos índios autóctones e dos negros escravos trazidos para compor a mão-de-obra escrava no período da colonização.

A camada mais baixa da população, falante dessa variedade histórica da língua portuguesa, afetada pelo contato entre línguas, compunha a mão-de-obra no período de colonização do Brasil; assim, essa camada social esteve presente em várias regiões do país, atuando em vários tipos de lavouras e no ciclo da mineração. Durante muito tempo, devido a situação social e lingüística bipolar que caracterizou e ainda caracteriza o Brasil, as normas populares foram mantidas em ambientes rurais, ficando, de uma certa forma, quase sem interferências de padrões urbanos, pois os meios de comunicação eram poucos, os meios de transportes eram precários e a escolarização era mínima. Desse modo, mesmo com as melhorias observadas hoje em dia, acreditamos que a fala rural ainda traz fortes marcas do contato entre línguas que ocorreu na formação da língua portuguesa e, analisando a concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, em dois municípios do interior do estado da Bahia, poderemos ver essas marcas típicas do português popular brasileiro falado em zonas rurais no interior do país.

3.3 A VARIEDADE POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO – O VERNÁCULO RURAL

O Brasil, como já discutido em sessão anterior, teve, em épocas de sua colonização, uma realidade social caracterizada de maneira bipolar. Esta realidade social inevitavelmente refletiu uma realidade lingüística semelhante, já que língua e sociedade não podem ser dissociadas, não havendo como observar a língua sem considerar o contexto social em que ela se insere. Dessa forma, o quadro lingüístico observado era o das normas populares distribuídos de um lado, e as normas cultas e semi-cultas, de outro.

Durante um período de tempo muito longo, as normas vernáculas se isolavam, de certa forma, em regiões do interior do país e em regiões mais isoladas, porém, no século XX, mudanças foram acontecendo e tal realidade foi sofrendo transformações. Houve uma maior difusão dos meios de comunicação em massa, uma maior migração de pessoas da zona rural

em direção aos centros urbanos e um acesso um pouco maior às instituições de ensino público fundamental; e isto faz com que não olhemos para a relação rural/urbano como uma dicotomia estanque, mas sim como um *continuum* de formas. De acordo com Bortoni-Ricardo, o PB deve ser observado “como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas [...] até a variedade urbana culta, [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo deste *continuum*.” (2005, p.40).

O *corpus* aqui utilizado é composto por falantes da norma popular do interior do país, estando eles divididos entre moradores da sede do município e moradores da zona rural. Foi feita esta divisão buscando confirmar a hipótese de que os moradores da sede do município estariam mais próximos da norma urbana culta ou semi-culta, devido uma possível maior influência exercida pelos grandes centros urbanos.

A variedade lingüística aqui estudada, a de municípios do interior do Estado da Bahia, é chamada por muitos de variedade *rural*. Esses vernáculos rurais, conforme Bortoni-Ricardo, se distanciam da norma lingüística do PE, norma esta que influenciou e até determinou a caracterização das variedades cultas do PB. Esse distanciamento se deu, “pois nessas modalidades foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do *pidgin*⁷ falado pelos negros entre si e no contato com a população branca e mestiça.” (2005, p. 32).

O Brasil foi visto, durante muito tempo, como um grande país rural, pois a grande maioria habitava as áreas rurais. Em 1920, a população urbana era de apenas 10,7% e, em 1940, passou para 31,29%. O crescimento urbano foi contínuo e, em 1950, o país tinha uma população de mais de 51 milhões de pessoas, com 36,16% delas em zona urbana. Em 1980, esta situação fica ainda mais acentuada: dos 120 milhões de habitantes, 67,60% estavam residindo em áreas urbanas. No censo realizado no ano de 2000, a população brasileira foi contada em 168.370.893 pessoas, dessas, 81,37% estavam na zona urbana; menos de 19% compunham a zona rural do país. De um país, com dimensão continental, essencialmente rural, o Brasil se tornou, ainda que com uma urbanização tardia, um país em que a minoria de seus habitantes reside em área rural. (cf. Bortoni-Ricardo, 2005).

A dimensão do crescimento das zonas urbanas foi tamanha que seria impossível imaginar que o meio rural não sofresse qualquer influência de tais mudanças. Nesse contexto, Bortoni-Ricardo se utiliza do conceito de ‘*rurbano*’, que é usado para definir aquelas populações rurais com um nível razoável de integração com a cultura urbana, ou mesmo a população urbana que ainda preserva seus antecedentes rurais.

⁷ O que Bortoni-Ricardo trata por *pidgin* aqui tratamos como uma variedade histórica do português alterada pelo processo de transmissão lingüística irregular, mas que não chegou a se caracterizar como uma língua nova.

Em nosso estudo, vários falantes ‘rurbanos’ foram detectados, já que a movimentação entre a sede e a zona rural do município é comum e até intensa. Muitos passaram grande parte da vida na ‘roça’ e, após determinados eventos, como o casamento ou a aquisição dos proventos da aposentadoria, resolvem ter uma vida ‘na cidade’, que a maioria das vezes é a sede do seu município. Assim, o intercâmbio cultural e lingüístico é bastante intenso e, para esses falantes, o conceito de ‘rurbano’ é bastante adequado.

O indivíduo rurbano sofre certa influência externa à sua comunidade e uma pressão normativa, que pode ser avaliada com a observação da densidade, multiplexidade e complexidade dos papéis sociais. Em comunidades pequenas, a densidade é muito alta, pois todos se conhecem e mantêm algum tipo de relação; a multiplexidade é igualmente alta, pois são mantidas relações em diversas condições, entre vizinhos, parentes, amigos, colegas de trabalho, entre outros, que são as chamadas relações multiplex. Nas comunidades pequenas, a complexidade de papéis sociais é baixa, uma vez que, diferente dos centros urbanos, uma pessoa não desempenha diferentes papéis sociais, sendo a sua atuação social um pouco mais restrita. De forma oposta, em comunidades maiores, a densidade é baixa, assim como a multiplexidade, e a complexidade de papéis se mostra alta. (cf. Bortoni-Ricardo, 1989, p.169).

Sabe-se que, em comunidades com alta densidade e multiplexidade e baixa complexidade de papéis sociais, há o desenvolvimento de um consenso normativo e de uma resistência a valores vindos de fora da comunidade. Neste estudo, tem-se a hipótese de que os municípios de Poções e Santo Antônio de Jesus, por serem razoavelmente pequenos, têm uma densidade relativamente alta, com uma multiplexidade de papéis sociais, relacionada a uma baixa complexidade, o que ajudaria ainda na manutenção das marcas lingüísticas mais características do vernáculo rural, ou mesmo do rurbano.

As formas variáveis de fala de cada grupo são, na verdade, mecanismos de identificação social, e a forma individual de falar é, pois, para o falante, um ato de identidade. Então, o sexo, faixa etária, origem geográfica e o grupo social a que pertence são fatores que, juntos, vêm colaborar para a delimitação dessa identidade social.

3.4 O MÉTODO

Para a realização desta pesquisa, foram seguidos os pressupostos da Teoria da Variação. Por considerar a língua um fenômeno heterogêneo, este modelo trata a mudança lingüística através do estudo da variação sincrônica observável na fala; como diz Silva-Corvalan, “el objeto de estudio es el habla viva em su contexto social real” (1988, p. 16).

Para a Teoria da Variação, também chamada de Sociolinguística Quantitativa, a variação linguística é algo que pode sim ser sistematizado e, para isso, procura-se delimitar os fenômenos variáveis e os reguladores dessa variação, que devem ser lingüísticos e sócio-históricos, relacionando-os com aspectos da estrutura lingüística.

Dentre os fatores sociais de relevância para a análise na Teoria da Variação, encontram-se: a faixa etária, o sexo, a escolaridade e o nível social. Nesta pesquisa, as duas primeiras variáveis têm uma importância significativa, pois a faixa etária dá uma idéia da mudança em tempo aparente, e o sexo mostra, também, como a comunidade está lingüisticamente estruturada, se ela mantém padrões lingüísticos conservadores, já que na literatura se identificaram vários casos em que as mulheres normalmente mantêm um comportamento mais conservador em relação às mudanças da língua.

Aqui, a escolaridade e o nível social não adquirirão maior importância, já que todos os informantes ocupam um mesmo patamar social, com baixo nível de escolaridade.

3.4.1 A constituição do *corpus*

O *corpus* utilizado nesta pesquisa faz parte do banco de dados do Projeto Vertentes do Português Rural da Bahia⁸ e, por esta razão, não foi necessária a realização da etapa de pesquisa de campo para a gravação de entrevistas, já que as mesmas já haviam sido feitas por outros pesquisadores, em etapas anteriores.

Para a constituição do *corpus*, foram utilizados informantes de dois municípios do interior do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus e Poções. Tais municípios, como já exposto anteriormente, foram escolhidos para, através deles, tentar delinear a realidade lingüística do português popular no interior do estado, realizando sempre um confronto da fala observada na zona rural com a da sede do município.

Nas sessões seguintes, será feita uma caracterização das etapas desta pesquisa, que, conforme já foi dito, segue uma fundamentação teórico-metodológica variacionista.

3.4.2 Os informantes

O *corpus* é composto pela fala vernácula de 48 informantes das localidades Poções e Santo Antônio de Jesus, que foram divididos por sexo e em 3 faixas etárias:

⁸ O Projeto Vertentes do Português Rural do Estado Bahia é coordenado pelo professor Dante Lucchesi e é sediado na Universidade Federal da Bahia. (www.vertentes.ufba.br)

- Faixa I - de 25 a 35 anos
- Faixa II - de 45 a 55 anos
- Faixa III - acima de 65 anos

Em cada um dos municípios, foram realizadas 24 entrevistas, 12 com moradores da sua cidade sede e 12 da zona rural. Portanto, cada amostra é composta por seis células, com dois informantes em cada célula, constituindo um total de 12 informantes por amostra assim distribuídos: duas mulheres e dois homens de 25 a 35 anos; duas mulheres e dois homens de 45 a 55 anos; duas mulheres e dois homens de mais de 65 anos de idade. Essa divisão foi assim feita para que fosse possível a análise de mudanças em curso, recorrendo ao já discutido estudo em *tempo aparente*.

“La selección de la muestra de hablantes depende por supuesto del objetivo del estudio y de la hipótesis inicial” (SILVA-CORVALAN, 1988, p.17). Partindo desta afirmação de Silva-Corvalan, justifica-se que os informantes selecionados para a composição do *corpus* fizessem parte da camada de mais baixa escolaridade, aqueles com nenhum ou muito pouco letramento, a maioria incapaz de ler um texto e compreender o seu conteúdo. Os aqui tidos como semi-analfabetos são os que assinam o próprio nome e decodificam um mínimo de palavras. A escolha por esses informantes se deu por acreditar que estes, com pouco ou nenhum acesso à ação normatizadora da instituição escolar, mantêm mais evidentes marcas de um passado em que a situação de contato entre línguas exerceu influência em sua realidade lingüística.

Foi controlado também o tempo de estadia do informante fora da comunidade e o local em que ele esteve. Esta variável tem o objetivo de aferir a influência dos centros urbanos na fala daqueles que já saíram de sua comunidade.

Os informantes, por possuírem um nível muito baixo de instrução ou mesmo, em muitos casos, nenhuma experiência escolar, têm empregos e ocupações que quase sempre não exigem maiores qualificações. Os moradores da zona rural dos municípios, tanto em Santo Antônio de Jesus quanto em Poções, em sua maioria, desempenham, inevitavelmente, atividades relacionadas ao cultivo de produtos típicos de suas regiões. Os moradores da sede do município, em Santo Antônio, têm como principal fonte de renda a produção, ilegal, de fogos de artifício e, em ambos os municípios, é comum a saída de moradores para trabalhar em outras cidades, principalmente em São Paulo e Salvador; os homens muitas vezes como pedreiros ou ajudantes, e as mulheres como empregadas domésticas.

3.4.3 As entrevistas

As entrevistas têm aproximadamente 50 minutos e, seguindo as orientações de Labov (1972b), possuem um caráter informal, o que leva o informante a não se prender ao modo como enuncia a sua fala. Para tentar diminuir ao máximo a interferência do documentador na fala do informante, busca-se, constantemente, durante as entrevistas, dar um caráter de conversa, sem perguntas e respostas definidas, e sim com um tópico de discussão sendo proposto e posteriormente desenvolvido pelo informante.

Busca-se, desse modo, superar o tão conhecido *paradoxo do observador*: são necessárias amostras de fala vernácula, que é aquela tida como espontânea, porém a simples presença do documentador, alguém que não é comum àquele ambiente, naturalmente inibe um pouco o informante. Para que essa interferência seja minimizada, são sempre discutidos temas do completo domínio do informante, como as festas locais, histórias de sua juventude, de sua família, suas experiências de trabalho, vida religiosa ou temas que envolvam emocionalmente o informante, como situações em que ele correu risco de vida e doenças, para que este se desprenda ao máximo da forma como enuncia seu texto.

No início da entrevista, é preenchida uma ficha contendo dados básicos do informante. Esta ficha é padronizada para todas as entrevistas realizadas dentro do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia e tem o objetivo de identificar o informante com os seguintes dados: nome completo, filiação, profissão, nível de escolaridade, viagens realizadas e nível de penetração dos meios de comunicação no ambiente doméstico.⁹

A identidade do informante é sempre preservada no momento da análise e publicação dos dados, sendo a ele atribuído apenas um número que o identifica.

3.4.4 Transcrição das entrevistas

Para a etapa de transcrição das entrevistas, foi usada uma CHAVE DE TRANSCRIÇÃO¹⁰ elaborada pelo prof. Dr. Dante Lucchesi, dentro do Projeto Vertentes. Após muitas discussões sobre o que deveria ou não ser marcado durante a transcrição, uma versão final da CHAVE foi tida como ideal para os objetivos do projeto. A utilização de uma

⁹ A ficha do informante pode ser vista nos anexos deste texto.

¹⁰ A chave de transcrição também pode ser vista nos anexos deste texto.

chave de transcrição comum se faz necessário para que haja textos uniformes, que dêem destaque aos mesmos fenômenos.

Após o trabalho de transcrição, que foi realizado por vários membros do projeto, deu-se uma etapa de revisão de transcrição, em que, primeiramente, foi feita uma revisão para a checagem do áudio e, em seguida, uma outra revisão apenas de leitura, para verificar a inteligibilidade do texto escrito *per se*.

2.4.5 O tratamento dos dados

Após todas as entrevistas estarem transcritas, se fez necessário o levantamento das ocorrências de predicativo do sujeito e de estruturas passivas em todos os 48 inquéritos. Foi necessário, mais uma vez, a audição de cada inquérito para conferência dos dados levantados, com o objetivo de haver certeza de que a ocorrência em questão foi pronunciada exatamente da mesma forma como estava transcrita e, assegurando o caráter fidedigno dos dados que compõem a base empírica desta análise.

Tarallo (1986) reescreve o conceito de *variantes lingüísticas* como maneiras diferentes de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes, dá-se o nome de variável lingüística. A variável que é objeto de um estudo sociolingüístico é chamada *variável dependente* e constitui uma formalização analítica do fenômeno que se pretende descrever. Nesta análise, a variável dependente é a aplicação ou não da regra de concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, cf. exemplos em (1) e (2). Fazer uso de uma ou de outra variante ocorre devido à influência de fatores lingüísticos e sociais, que são as chamadas variáveis independentes ou explanatórias.

(1a) **As festa Santo Antoim** aqui era muitocho **bom**.

(1b) **Aí aquela pessoa** pode sê reprendido.

(2a) Eles era **pequeno**.

(2b) As bandêra não era **vendida**.

Posteriormente, foi feita a codificação dos dados, que levou em conta as seguintes variáveis lingüísticas explanatórias: tipo de predicação (voz passiva ou predicativo do sujeito), tipo de sujeito, ordem do sujeito e do predicado, presença ou não de material interveniente entre o verbo e o predicativo/particípio, concordância no SN sujeito,

concordância verbal, referência ao falante, caracterização semântica do sujeito, estrutura sintagmática do predicativo, natureza do atributo, presença ou não de quantificador, saliência fônica; para as ocorrências de gênero, indicação de gênero no SN sujeito, para as de número, tipo de plural no SN sujeito. Também foram usadas variáveis sociais, a saber: faixa etária, sexo, estada ou não fora da comunidade por mais de 6 meses, nível de escolaridade e origem do informante, se da zona rural ou da sede do município.

3.5 O SUPORTE QUANTITATIVO

A Teoria da Variação tem uma dificuldade metodológica principal, que é avaliar e medir quanto uma categoria em estudo contribui para a realização de uma ou de outra variante que se encontra em competição. Conforme Naro,

É impossível medir diretamente, nos dados do uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito das outras categorias, também obrigatoriamente presentes. Em outras palavras, o problema da Teoria é isolar e medir separadamente o efeito de um fator [...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados. (2003, p.17)

Para sanar essa dificuldade, uma gama de modelos matemáticos foram criados, buscando fazer tal análise combinada de fatores, de forma a especificar a atuação de cada fator, individualmente. Considerado o modelo mais adequado para uso no âmbito das pesquisas sociolinguísticas, foi usado o pacote de programas VARBRUL (sigla da expressão em inglês *Variable Rules*), cf. Sankoff (1988) e Pintzuk (1988).

De acordo com Lucchesi (2000), através do VARBRUL, o pesquisador obtém frequências de uso associadas de cada um dos valores das variáveis independentes; uma seleção de variáveis independentes estatisticamente relevantes; o peso relativo de cada um dos valores independentes e o nível de significância dos resultados obtidos.

O primeiro resultado que se obtém com o VARBRUL são as frequências do nível de cada variante da variável em estudo, relacionada a cada um dos fatores em análise, apresentadas em porcentagem.

A partir daí, a análise quantitativa prossegue por níveis sucessivos (num processo denominado *step up*). Cada nível é definido pela escolha de uma variável independente, cujos resultados serão combinados com os resultados obtidos nas demais variáveis, até que não reste nenhuma variável estatisticamente relevante. A seleção das variáveis estatisticamente relevantes é feita com base em seu nível de significância, ou seja, o índice de adequação

dos resultados estatísticos projetados aos resultados efetivamente observados, gerado por um parâmetro estatístico denominado *log likelihood* (ou cálculo da verossimilhança máxima) (LUCCHESI, 2000, p. 147).

O que se obtém ao final é o peso relativo de cada variável explanatória que o VARBRUL selecionou como estatisticamente relevante. Dentro de uma escala de 0 a 99, os pesos relativos medem a atuação de um fator sobre a variável em estudo. Os valores acima de .50 favorecem a realização da variante analisada, enquanto os valores inferiores a .50 desfavorecem a ação dessa variante; os valores próximos a .50 se comportam de forma neutra, não havendo ação favorecedora, nem desfavorecedora.

É válido sempre lembrar que os resultados numéricos fornecidos pelo pacote de programas têm apenas valor estatístico. Cabe ao lingüista atribuir e interpretar o valor lingüístico, confirmando ou refutando as suas hipóteses lançadas ao iniciar o trabalho de pesquisa.

4 CONCORDÂNCIA NOMINAL EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A gramática normativa classifica termos, determina funções e prescreve regras que, segundo a própria, devem ser seguidas pelos falantes. Porém, dentro da maioria das gramáticas normativas, a definição dos termos utilizados é falha e, em não poucos casos, como em Cunha e Cintra (2001), termos como *sujeito* e *predicativo* são definidos sumariamente e descritos através de inúmeros exemplos. Bechara (2004), por sua vez, vai além e define *sujeito* como “uma unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir oração. É, na realidade, uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número pessoal.”(p.409). Assim, mostra que “sujeito é uma noção gramatical, não semântica” (p.410). A função de sujeito dentro de uma oração pode apenas ser exercida por uma expressão substantiva, por um pronome ou por algo equivalente, e uma característica fundamental do sujeito “é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo”, que significa estar em concordância com o seu número e adaptado à pessoa e ao gênero. Ainda segundo Bechara, a posição “normal” do sujeito é à esquerda do predicado, porém se sabe que é possível haver construções com o sujeito posposto ao verbo como em (3).

(3) É muito bela **esta menina**.

A definição de *predicativo*, em Cunha e Cintra (2001), é tida como um conceito já conhecido, e a expressão é usada sem maiores explicações, porém com uma exemplificação vasta. Bechara diz que o predicativo acompanha verbos, que

se caracterizam por uma referência tão vaga à realidade comunicada, que fazem do predicativo um argumento, pelo aspecto semântico, muito mais intrinsecamente relacionado com o verbo do que com os demais integrantes do predicado complexo (os complementos direto, relativo e indireto) e portador de referência a traços essenciais do sujeito (2004, p.424-425).

São esses verbos referidos os rotulados como verbos de ligação, como: *ser*, *estar*, *ficar*, *permanecer*, *parecer* e outros. Uma característica peculiar ao predicativo do sujeito, que também possibilita a distinção entre ele e os argumentos verbais, é a concordância em gênero e número com o sujeito da oração, como se pode observar nos exemplos em (4a) e (4b):

(4a) **O dia** é belo.

(4b) **As coisas** eram complicadas.

A construção básica do predicativo é à direita do verbo, como nos exemplos em (4a) e (4b), mas é possível haver uma construção em que o predicativo aparece antes do sujeito, como em (5) (cf. Bechara, 2004):

(5) É **esperto** o meu gatinho.

Perini (2004), em sua *Gramática Descritiva do Português*, define a função de sujeito como “um termo da oração que está em relação de concordância com o NdP¹¹” (2004, p.77). Seguindo um sistema de traços, o sujeito recebe o traço [+CV], que significa que há concordância verbal. O predicativo, então, recebe o traço [-CV], já que não está em uma relação de concordância com o núcleo do predicado, porém tem o traço [+CN], já que desempenha uma relação de concordância nominal com o sujeito. Segundo a análise de Perini, o predicativo não pode aparecer anteposto na oração (* Uma droga, todos acharam esse livro), por isso, é atribuído o traço [-Ant]; por fim, uma última característica é posta em evidência, o fato de o predicativo poder ser, sozinho, usado como uma resposta adequada, podendo ser retomado por *o que*, como no exemplo em (6).

(6) Este colar é **lindo**.

Este colar é **o quê?**

Apesar do que prescrevem as gramáticas normativas, a língua portuguesa possui um sistema de regras de concordância, nominal e verbal, que é redundante, fato que facilita a ocorrência da flutuação da aplicação destas regras.

Com relação à concordância nominal, muitos trabalhos foram feitos baseados apenas na concordância entre os elementos do sintagma nominal (SN)¹², observando a variação quanto ao número, como no exemplo em (7a), em que todos os constituintes sintagmáticos flexionáveis podem apresentar marca formal de plural ou, como em (7b), em que essa marca aparece restrita ao determinante.

¹¹ Núcleo do predicado, que é normalmente um verbo.

¹² Podemos citar alguns trabalhos, como o de Lucchesi (2000), Braga e Scherre (1976) e a dissertação de mestrado de Ponte (1979).

(7a) *As meninas* mais espertas.

(7b) *As menina* mais esperta.

Já a variação quanto à aplicação da regra de concordância de gênero dentro do SN pode se mostrar como no exemplo em (8a), em que o determinante não concorda em gênero com o vocábulo que o sucede.

(8a) *O roça* é longe, tem que ir andando.

Essa variação é algo mais restrito a certas comunidades, e tal fenômeno se justifica pelas origens históricas das localidades, conforme será visto mais adiante, como em Helvécia, extremo sul da Bahia, que é uma comunidade que foi explorada na época da colonização, com um alto número de escravos, o que resultou em uma população majoritariamente negra, segundo observado por Lucchesi (2000).

Há diversos estudos também sobre a concordância verbal, que se dá na relação sujeito/verbo, analisando a variação de número, como exemplificado abaixo.

(9a) *Nós comemos* sempre o melhor.

(9b) *As meninas sabem* tudo sobre esse assunto.

(10a) *Nós costuma* chegar cedo.

(10b) *As meninas fala* muito de você.

(11a) *Tu faz* isso sempre?

(11b) *Eu fala* sempre isso.

O exemplo em (11a) apresenta uma realização típica da fala de algumas regiões do Brasil, em que se usa o pronome pessoal *tu*, porém relacionando-o com o verbo em terceira pessoa. O exemplo em (11b), no entanto, é uma realização mais restrita a comunidades que apresentam em sua origem uma história em que ocorreu contato entre línguas, possibilitando essa sensível redução do paradigma flexional do verbo, como na já citada comunidade de Helvécia. (cf. BAXTER e LUCCHESI, 1997 e LUCCHESI, 2004b).

Outro aspecto um pouco menos estudado é a concordância nominal de número e gênero que ocorre em predicativos do sujeito, como nos exemplos em (12a e 13a), e em estrutura passivas, conforme os exemplos em (12b e 13b).

- (12a) Os meninos são muito bonzinhos
(12b) Os boi foi arrebanhado naquele dia.
(13a) *A casa de farinha tá bom.*
(13b) *A lavoura* foi plantada.

A variação na concordância que se observa no português, devido à redundância de seu sistema de regras, pode ser mais facilmente observada nas camadas de falantes menos escolarizados, apesar de, no PB, esta situação de variação da concordância verbal e nominal atingir também as outras camadas sociais, além da fala popular.

Nas variedades populares do PB, a não aplicação da regra de concordância verbal é tão difundida, que chega a atingir níveis de 80 a 90%, assim como se pode observar uma grande redução na morfologia verbal de pessoa e de número. Em comunidades afro-brasileiras isoladas, como Helvécia, chega-se a pensar que, inicialmente, a morfologia flexional teria sido eliminada e, depois, aos poucos, foi sendo reintroduzida, devido à influência de fatores externos (LUCCHESI, 2004b).

Sabe-se que, no Brasil, durante período da colonização, houve um massivo contato entre línguas africanas, indígenas e a língua portuguesa, a língua do colonizador, que gozava de prestígio social. Tal situação poderia “conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua pidgin ou crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato” (Lucchesi, 2000, p. 99). Assim, pode-se concluir que, ainda que não tivesse sofrido uma crioulação, o PB foi bastante alterado devido a um processo de *transmissão lingüística irregular* e, como de costume nestas situações, houve uma redução da morfologia flexional da língua alvo. Corroborando esta hipótese de uma relação histórica entre o contato entre línguas e a frequência do uso das regras de concordância, Lucchesi expõe resultados de pesquisas sobre a concordância verbal com a 3ª pessoa do plural, mostrando que há a formação de um *continuum*, com as comunidades afro-brasileiros com a aplicação de 16% em um extremo, e falantes escolarizados de Florianópolis em outro, com 79% de aplicação, passando por pescadores analfabetos do norte Rio de Janeiro, com 38%, e analfabetos da cidade do Rio de Janeiro, com 48%. Assim, observa-se que “onde o contato foi mais profundo, mais intenso é o quadro atual de variação nas regras de concordância” (LUCCHESI, no prelo, p.6).

Com relação à concordância nominal no PB, pode-se notar que a categoria gramatical do número sofre muito mais variação que a do gênero, sendo o primeiro fenômeno difundido

em todas as variedades do português e o segundo restrito apenas a algumas comunidades afro-brasileiras, onde houve uma situação mais intensa de contato entre línguas. Certamente, a concordância de número foi mais afetada devido ao seu caráter muito mais redundante que a de gênero, já que, dentro de um SN, quando se quer dar a idéia de plural, quase todos os elementos se flexionam em número, diferentemente do que ocorre na flexão de gênero no SN, em que se flexionam apenas determinantes, adjetivos de tema em *-o* e um número reduzido de nomes. Como já foi dito, o natural da situação de transmissão lingüística irregular é eliminar morfemas flexionais sem valor informacional e, como os morfemas nominais de número se mostram mais redundantes, esta categoria foi naturalmente mais afetada pela situação de contato (cf. Lucchesi, 2000).

Dar-se-á, nesta pesquisa, enfoque especial ao estudo da variação na concordância nominal em predicativos do sujeito e na voz passiva e, atualmente, tem-se conhecimento de três relevantes trabalhos sobre essa questão, abarcando universos de estudos diferentes: o de Scherre (1991), com falantes urbanos da cidade do Rio de Janeiro, o de Dias (1996), com falantes da região sul do Brasil, também residentes em centros urbanos, e o de Lucchesi (no prelo), com informantes de três comunidades afro-brasileiras isoladas no interior do estado da Bahia.

Scherre e Dias têm trabalhos que se assemelham, pois o segundo, uma dissertação de mestrado, tomou por base os resultados da primeira para análise de seus dados e elaboração de seu trabalho, traçando sempre um paralelo com seus resultados encontrados. Têm em comum também o fato de estudarem o português urbano, ao passo que Lucchesi estuda a realidade lingüística do português rural. Os dois primeiros se detêm apenas na análise da concordância nominal de número, já que não se observa variação de gênero no português urbano; Lucchesi, por sua vez, analisa os dois aspectos, dando maior ênfase à variação de gênero.

4.1 A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL COM O PREDICATIVO DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS EM COMUNIDADES DE FALA URBANA

4.1.1 O *corpus*

Scherre baseou sua pesquisa na fala de 64 informantes do projeto Censo, do Rio de Janeiro, ao passo que Dias estudou 72 informantes que faziam parte do banco de dados do projeto Varsul, residentes de três cidades da região sul: Florianópolis (SC), Chapecó (SC) e

Irati (PR). O critério para seleção dos informantes foram basicamente os mesmos empregados convencionalmente na pesquisa sociolingüística, com pequenas diferenciações. Scherre classificou seus informantes em quatro faixas etárias (7 a 14 anos, 16 a 25 anos, 26 a 49 anos e 50 a 71 anos), em três níveis de escolaridade (os antigos primário, ginásio e segundo grau) e por sexo; e Dias separou seus informantes em apenas duas faixas etárias (25 a 49 anos e acima de 50 anos), também em três níveis de escolaridade, por sexo e acrescentou a variável grupo étnico, que se divide em açorianos, italianos e eslavos. Para o tratamento estatístico dos dados, ambos fizeram uso do pacote de programas VARBRUL, que é um pacote de programas que cruza dados e fornece resultados baseados em cálculos probabilísticos. (cf. seção 2.5 desta dissertação)

4.1.2 Fatores lingüísticos

Em um total de 837 ocorrências, Scherre encontrou 785 predicativos do sujeito (90%) e apenas 88 participios passivos (10%); destas ocorrências, ela desconsiderou 114 por diversas razões que poderiam comprometer a análise dos dados, como casos em que a tradição gramatical não necessariamente considera como sujeitos à concordância (Eles dois fazem *uma boa dupla*). Assim, foram usadas 759 ocorrências, sendo 678 predicativos e 81 estruturas passivas. Já Dias encontrou 938 ocorrências de predicativo/passiva e, por motivos semelhantes aos de Scherre, desconsiderou 170 delas, trabalhando com 768 ocorrências, sendo 625 predicativos (81%) e 143 participios passivos (19%).

No trabalho de Scherre, o percentual geral de presença de marca formal de plural foi de 46%, 410 dos 873 casos; resultados semelhantes encontrou Dias, com uma marcação de plural de aproximadamente 43%, 327 das 768 ocorrências.

O pacote de programas VARBRUL selecionou basicamente as mesmas variáveis lingüísticas estatisticamente relevantes em ambos os trabalhos, e as três primeiras vêm buscar comprovar o **paralelismo formal**, que parte do princípio de que o emprego de determinadas formas gramaticais num discurso acaba por influenciar o uso de formas semelhantes dentro do mesmo discurso, o que se resume na máxima: “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”(Scherre e Naro, 1993). Aplicado à questão da concordância nominal, o princípio do paralelismo formal prevê que, quanto maior for a presença de elementos com marcas de plural, maiores serão as possibilidades de mais elementos apresentarem também essa marca de plural. Assim, partindo-se do princípio que formas gramaticais particulares tendem a

ocorrer juntas, a primeira variável analisada foi o *paralelismo formal das seqüências de predicativos/participios no discurso*.

Para o estudo desta primeira variável, controlou-se se a forma analisada encontrava-se precedida e/ou seguida de formas marcadas ou não marcadas, sendo estabelecido, dessa forma, cinco categorias, explicitadas a seguir:

- a) Predicativo/participio em construção isolada;
(Eles são *católico*, por isso vão todo domingo pra missa.)
- b) Primeiro de uma série
(Os animais eram *bons*, mas brabos.);
- c) Predicativo/participio precedido de predicativo/participio com todas as marcas de plural
(Os animais eram bons, mas *brabos*);
- d) Predicativo/participio precedido de predicativo/participio sem marca(s) de plural
(Eles são mesmo revoltado, são tudo *nervoso*.);
- e) Casos mistos
(Meus irmãos era bem *calmo* (...) *estudiosos*(...) filhos exemplares).¹³

Vale salientar que, para o estabelecimento de uma série, ficou determinado que os predicativos/participios deveriam se referir ao mesmo sujeito; ter a mesma forma, caso se referissem a sujeitos diferentes e deveriam ocorrer entre si a uma distância que não ultrapassasse dez estruturas com verbo finito.

Segundo o esperado, notou-se, em ambos os trabalhos, que as formas precedidas por elementos marcados têm mais chances de receber marca de plural (S- 0,70 D- 0,85)¹⁴ que as precedidas por elementos não marcados (S- 0,19 D- 0,15); as formas isoladas (S- 0,54 D- 0,50) e as primeiras de uma série se apresentam neutras em Dias (0,49) e numa situação intermediária em Scherre (0,66)¹⁵, enquanto as formas mistas se mostram neutras em Scherre

¹³ Foram considerados casos mistos aqueles em que, na ocorrência em série, o predicativo/participio é precedido por formas marcadas e seguido por formas não marcadas ou vice-versa.

¹⁴ Os resultados são apresentados em forma de pesos relativos, que mostram a importância estatística de cada variável. Para uma leitura adequada dos resultados, é importante saber que os pesos relativos, quando associados a uma variável binária, supõem dois pólos, um próximo de 100, que indica um forte favorecimento de aplicação de regra, e um próximo a zero, que desfavorece a aplicação da regra. Então, o peso relativo 0,50 indica um comportamento neutro ou pouco relevante.

Os resultados serão apresentados da seguinte forma: S- para Scherre (1991) e D- para Dias (1996).

¹⁵ Scherre afirma a necessidade de esses casos serem retomados em estudos posteriores.

(0,55) e favorecedoras da marca de plural em Dias (0,90). Isso pode ser justificado, segundo Dias, porque talvez a influência para a marcação de plural não ocorra somente da esquerda para direita nas construções em série, podendo ser recíproca no interior da mesma.

A segunda variável estudada foram as *características formais do sujeito*; analisaram-se sentenças com os seguinte fatores:

- a) Sujeito zero
(Eles são trabalhador, **são** forte);
- b) Sujeito explícito com todos os elementos marcados
(**As mulheres** eram muitas);
- c) Sujeito sem a marca no(s) último(s) elemento(s)
(**Aqueles menino** não é fácil);
- d) Sujeito com marca semântica de plural
(**Nós** não somos corajosos);

Os resultados de ambos mostraram que, se o sujeito traz predominantemente todas as marcas, são maiores as chances de marcação no predicativo/passiva, corroborando a idéia de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros. Com relação ao sujeito zero, contrariando o esperado, não há desfavorecimento da presença de marcas (0,53) no trabalho de Scherre, fato que ela justifica com a idéia de “recuperação da informação”, mas também diz que é algo que precisa ser melhor analisado. Em Dias, o sujeito zero se mostrou neutro (0,49), e a autora lança mão de uma variável para tentar justificar tal fato, a distância do sujeito correferente, que será tratada mais adiante.

Para analisar a variável *características formais do verbo*, as sentenças foram categorizadas da seguinte forma:

- a) Sentenças com zero verbal
(Os velhinho era bem calmo, **tranquilo e carinhoso**);
- b) Verbo com marca de plural
(Eles **são** bem fechados);
- c) Verbo sem marca de plural
(Os bolo **tava** quente).

Os resultados mais uma vez levam a afirmar que o paralelismo formal em níveis sentenciais continua a atuar, pois os verbos marcados favorecem a concordância (S- 0,61 D- 0,53), enquanto os verbos não marcados desfavorecem a marcação de plural em predicativos do sujeito e em estruturas passivas (S- 0,18 D- 0,10). O zero verbal comporta-se como o sujeito zero, favorecendo a marcação de plural (S- 0,74 D- 0,59), e Scherre justifica tal comportamento da mesma forma que justificou o comportamento do sujeito zero.

A variável *estruturas do predicativo* ficou subdividida em quatro fatores que se seguem:

- a) Predicativo adjetivo e formas participiais de um elemento
(Eles são **duro** – A leis são **feita**);
- b) Predicativo nominal de um elemento
(Eles são **homens**);
- c) Predicativos de mais de um elemento
(Minhas amigas são **pessoas maravilhosas**);
- d) Predicativos com mais de um elemento com os itens *tudo/todo*.
(Nós ficamos **todo roxo** – Eles era **tudo advogado**).

Aqui, notou-se que o predicativo adjetivo favorece menos a aplicação da concordância (S- 0,44 D- 0,48) que o predicativo nominal (S- 0,59 D- 0,58). Scherre justifica isto dizendo que é uma questão de saliência, já que a configuração adjetiva é mais comum, menos saliente, e por isso recebe menos marcas. Em sua análise, Scherre preferiu juntar as duas últimas categorias, porém Dias fez sua análise mantendo-as diferenciadas. Ela observou que os predicativos com *tudo/todo* desfavorecem (0,48) a aplicação da regra de concordância e justifica dizendo que isso deve ocorrer porque os itens *tudo/todo* se apresentam como formas singulares. Nos predicativos com mais de um elemento, obteve-se peso relativo de 0,61, o que não era esperado. Isso pode ter ocorrido por influência do contexto antecedente, como características do verbo ou do sujeito, mas isso pediria uma análise mais detalhada das ocorrências.

Apesar de os resultados obtidos terem sido mais uma vez semelhantes, a variável *processos morfofonológicos de formação de plural* foi selecionada como estatisticamente relevante no trabalho de Scherre e, no de Dias, não se mostrou relevante. Esta variável e a seguinte buscam comprovar o princípio da saliência fônica (cf. Scherre, 1989), que diz que os itens mais salientes, com maior diferenciação do material fônico na relação singular/plural,

favorecem a presença de marcas de plural. Assim, tem-se a hipótese de que quanto maior a saliência fônica dos itens que compõem o predicativo/particípio, maior o favorecimento à presença de marcas formais de plural. A variável *processos morfofonológicos de formação de plural* foi, então, subdividida em:

- a) Plural regular (*grande, assaltada, bom*);
- b) Plural não regular (*igual, morto, feliz*);
- c) Plural misto: aumentativos e diminutivos (*feinho, grandona, machão*).

Observou-se que as formas mais salientes, os plurais não regulares, favorecem mais a presença de marcas (S- 0,67 D- 0,58). Em Scherre, os plurais regulares se mostraram desfavorecedores (0,40), enquanto, em Dias, essas formas se comportaram de forma neutra à presença de marcas (0,49). Os aumentativos e diminutivos também desfavoreceram a marcação de plural (S- 0,43 D- 0,30), e isso pode ser explicado pelo caráter informal associado a essas formas, o que leva o falante a fazer um pouco menos a concordância.

Dias preferiu fazer uma análise mais detalhada e dividiu o plural não regular em categorias diferenciadas, como exemplificado a seguir:

- a) Plural duplo (aqueles que apresentam uma marca suplementar na alteração do timbre da vogal no radical: *religioso/religiosos*)
(Meus pais eram bem **religioso**)
- b) Plural de itens terminados em **-l**
(Os meninos são assim **agradáveis**)
- c) Plural de itens terminados em **-ão**
(Aqueles era **alemão** puro)
- d) Plural de itens terminados em **-r**
(Os pais eram os **portadores**)
- e) Plural de itens terminados em **-s**
(São **portugueses**)
- f) Plural misto
(Os gatos são **bonitinhos**)

Foi observado que o plural regular e o misto mantiveram os mesmos pesos relativos, mas os itens de plural irregular corresponderam apenas parcialmente às expectativas. Os

vocábulos terminados em *-l*, *-s*, *-r* favorecem a presença de marcas, mas o plural duplo (0,47) e o em *-ão* (0,31) também deveriam favorecer, devido o princípio da saliência fônica, e não o fazem. Quanto ao caso do plural duplo, Dias não apresenta explicação para esse não favorecimento de marcas, mas justifica o segundo caso pelas várias formas de se fazer o plural de palavras em *-ão*, como em *anões*, *cidadãos* e *pães*, fato que dificulta a marcação, já que o falante não tem muito claro para si quais as regras para fazer cada tipo de plural em *-ão*, sendo aparentemente mais simples não fazer tal marcação.

Com relação à variável *tonicidade dos itens singulares*, estabeleceu-se uma divisão em três fatores: itens oxítonos, itens paroxítonos e itens proparoxítonos. Scherre e Dias, segundo o esperado, constataram que os predicativos com itens oxítonos, os mais salientes fonicamente, apresentavam mais marcas de plural (S- 0,64 D- 0,64) que os com itens paroxítonos (S- 0,46 D- 0,47) e proparoxítonos (S- 0,40 D- 0,57). O que há de diferente é que o VARBRUL selecionou esta variável como estatisticamente relevante apenas para Dias.

Dias fez uso da variável *distância do sujeito correferente* para justificar o sujeito zero, que deveria favorecer a marcação e, em seu trabalho, aparece neutro. Nesta análise, recua-se no discurso à procura do antecedente do sujeito anafórico para verificar a influência que esse sujeito tem na marcação de plural nos predicativos/passivas. À medida que as distâncias referenciais aumentam, aumenta também proporcionalmente a possibilidade de marcação.

A partir daqui, as variáveis citadas não foram consideradas estatisticamente relevantes pelo programa VARBRUL. Estudando a *ordem dos elementos na estrutura*, estabeleceram-se dois fatores:

- a) Ordem canônica: sujeito + verbo + predicativo
(Elas são engraçadas)
- b) Ordem não canônica:
(É muito cara aquelas coisa)

Notou-se que a ordem canônica desfavorece a presença de marcas em Scherre (0,48), com peso relativo pouco significativo, e se mostra neutra em Dias (0,50), mas isso talvez se justifique porque houve uma distribuição não equilibrada dos dados.

Com relação à *presença ou ausência de material interveniente entre o verbo e o predicativo/passiva*, classificaram-se as sentenças em:

- a) Ausência de material interveniente

(As pessoa são **simpáticas** neste lugar)

b) Presença de intensificadores

(Todos são *mais velhos* que eu)

c) Demais materiais intervenientes

(Muitos não eram *nem estudiosos*)

Observou-se, em Scherre, que essa variável não interfere na marcação de plural e, em Dias, houve um pequeno desfavorecimento com a presença de materiais intervenientes que não intensificadores.

A última variável lingüística estudada foi o *tipo de estrutura*, em que houve a divisão entres estruturas ativas e passivas.

a) Estrutura ativa

(Alguns são bem bonitos)

b) Estrutura passiva

(Ela já foi roubada duas vezes)

Em Scherre, notou-se que as estruturas passivas desfavorecem a concordância, com um peso relativo pouco expressivo, segundo a própria autora, de 0,44 e, em Dias, contrariando as expectativas, a estrutura ativa se mostra neutra (0,48). Scherre ressalta que os pesos relativos não foram significativos, e Dias propõe que se faça uma nova rodada do VARBRUL, agora cruzando os dados do tipo de estrutura com a escolaridade, para que se possam encontrar resultados mais consistentes estatisticamente.

4.1.3 Variáveis sociais

Em ambos os estudos, os informantes foram estratificados segundo variáveis sociais já convencionais ao estudo sociolingüístico, como sexo, faixa etária e grau de escolarização. Apenas Dias acrescentou uma outra variável, a etnia, justificada pela realidade lingüística dos falantes da região em estudo, o sul do país.

O que se pôde observar foi um quadro típico de variação estável, com as mulheres favorecendo mais o uso das formas de prestígio; com o uso da forma marcada diretamente proporcional aos anos de escolarização dos falantes e com um padrão, com relação à faixa

etária, em Scherre, que se mostrou curvilínea, com jovens e velhos desfavorecendo o uso das formas padrão e os de idade intermediária as favorecendo. Dias utilizou apenas duas divisões de faixa etária, e observou-se que os jovens desfavorecem o uso da variante padrão, com peso relativo de 0,41, e que os mais velhos, com 0,59 tendem a favorecer a presença de marcas de plural em predicativos do sujeito e na voz passiva.

Dias analisou a variável **etnia** e considerou três grupos étnicos distintos: italiano, eslavo e açoriano. Os resultados encontrados indicaram um favorecimento da aplicação da regra de concordância no grupo étnico italiano (0,57); os eslavos ocuparam uma posição intermediária, com 0,48, e os açorianos são os que menos favorecem a forma de prestígio, com peso relativo de 0,44. Dias afirma acreditar que essa diferenciação seja oriunda de uma diferenciação no nível de escolaridade de cada grupo étnico e de uma possível interferência dos dialetos. A autora, por fim, sugere que seja feito um estudo para se verificar até que ponto a estruturas dessas línguas possam estar afetando no nível de concordância de número observada nos predicativos do sujeito e nas estruturas passivas.

A realidade encontrada caracteriza, segundo o que se encontra na literatura (cf. LABOV, 1972 e 1981), um quadro de variação estável, em que a variação tende a se manter ainda por um longo período, já que não se verifica uma tendência de predominância de uma variante lingüística sobre a outra.

4.2 A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL COM O PREDICATIVO DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS EM COMUNIDADES DE FALA AFRO-BRASILEIRA.

4.2.1 O *corpus*

A pesquisa de Lucchesi (no prelo) foi realizada a partir as fala vernácula de moradores de três comunidades afro-brasileiras isoladas do interior do estado da Bahia: Helvécia, Cinzento e Barra e Bananal. O *corpus* analisado é composto por 36 entrevistas, com 12 informantes de cada localidade, categorizados segundo basicamente as mesmas variáveis sociais usadas por Scherre e Dias: idade, sexo e escolaridade, além do tempo de estadia fora da comunidade. No estudo de Lucchesi, houve uma divisão em três faixas etárias (20 a 40 anos, 41 a 60 anos e mais de 60 anos) e, quanto ao nível de escolarização, os informantes são classificados como analfabetos ou semi-analfabetos, já que todos fazem parte da base da pirâmide social. Foi analisada a concordância nominal de número e de gênero e, para o tratamento estatístico dos dados, foi usado o mesmo pacote de programas, o VARBRUL.

4.2.2 Breve histórico dos estudos sobre a formação do PB

Inicialmente, Lucchesi apresenta um panorama histórico a respeito da discussão da importância do contato entre línguas na formação do português do Brasil e inicia a discussão apresentando o ponto de vista do lingüista norte-americano Gregory Guy (1981), que afirma que o português popular do Brasil teria sofrido um processo de criouliização prévia. Segundo Guy,

O português popular do Brasil se teria originado em um crioulo de base portuguesa formado a partir da escravização de populações africanas durante o processo de colonização do Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Com o aumento relativo da população branca e mestiça a partir do final do século passado, teria ocorrido um processo de descriouliização, que teria definido as características atuais do português popular do Brasil (Lucchesi, 2000, p. 31).

Contrapondo-se a esta hipótese de criouliização prévia, Fernando Tarallo (1993) argumenta que o PB não estaria se aproximando do PE, como suporia um processo de descriouliização; estava sim se afastando do que seria a sua língua alvo, o que invalidaria a hipótese de Guy. Ainda contestando a posição defendida por Guy, os lingüistas Anthony Naro e Marta Scherre (1993) defendem que as mudanças ocorridas no português brasileiro teriam explicação na deriva lingüística do Português, ou seja, todas as mudanças ocorridas já se encontravam prefiguradas historicamente no sistema lingüístico e que o aprendizado precário da língua por parte de indígenas e africanos apenas acelerou essas propensões sistêmicas.

Em seguida, é exposta a teoria de Lucchesi (1994) que defende que a evolução histórica da língua portuguesa do Brasil seria bipolarizada, de modo que a elite colonial recebia forte influência dos padrões lingüísticos de Portugal, ao passo que a língua falada pela maior parte da população brasileira era profundamente alterada pelo contato entre línguas, já que sua maioria era composta por escravos crioulos, mestiços, índios aculturados e seus descendentes. Assim, a afirmação de Tarallo de que a gramática do PB estaria se afastando da gramática do PE foi contestada por Lucchesi, que afirma que isto se aplica somente à *norma culta*, que sofreria, a partir do século XX, cada vez menos influência do padrão lingüístico europeu. Quanto à *norma popular*, podiam-se verificar “processos de mudança de natureza aquisicional sob a influência dos modelos cultos que, num sentido amplo, podem ser definidos como descriouliizantes, na medida em que atenuam as marcas provenientes do processo anterior de transmissão lingüística irregular” (Lucchesi, 2000, p. 40).

Baxter e Lucchesi (1997) questionam a idéia de a criouliização do português brasileiro ter sido um fenômeno amplo, como Guy defendia, e afirmam que o processo de transmissão lingüística irregular seria um processo mais representativo dentro da história lingüística brasileira e que teria originado uma modalidade alterada da língua portuguesa, mas não um pidgin ou um crioulo, que eventualmente pode ter se formado como um fenômeno periférico, restrito a algumas comunidades afro-brasileiras isoladas, onde o contato entre línguas teria sido mais intenso.

O trabalho de Lucchesi aqui analisado busca reunir elementos que forneçam uma fundamentação empírica consistente para a relação histórica entre o contato do português com línguas africanas e alguns padrões de variação e mudança observados no português do Brasil e mostra que, no período de colonização, quando o contato entre o português e as línguas africanas era amplo e maciço, os descendentes desta situação adquiriram precariamente a língua, já com sua estrutura gramatical afetada, dando origem, assim, a uma modalidade diferenciada da língua portuguesa, advinda da transmissão lingüística irregular. Lucchesi aponta que um dos níveis mais afetados foi a morfologia flexional do nome e do verbo e, conseqüentemente, as regras de concordância.

4.2.3 Variáveis lingüísticas

Lucchesi mostra que a variação na concordância de número nos predicativos e em estruturas de voz passiva na fala das comunidades afro-brasileiras isoladas é algo bem acentuado, com apenas 1% de aplicação da regra, índice que não é relevante em termos estruturais, podendo-se dizer até que esta regra está virtualmente ausente nas gramáticas destas comunidades. Segundo Lucchesi, Scherre (1988) observou que a realização de concordância de número dentro do SN era de 72%, ao lado de uma marcação de 50% em estruturas passivas e de predicativo; para Lucchesi, isso ocorre porque há uma maior coesão estrutural dentro do SN, principalmente na relação Especificador-Núcleo, que ocorre entre os elementos das estruturas de predicativo e particípio passivo. Esta grande diferença da freqüência da aplicação da regra de concordância nominal de número entre o português urbano e as comunidades afro-brasileiras isoladas confirma a idéia de uma polarização sociolingüística no português do Brasil e a relevância do contato entre línguas na formação do PB.

Um outro ponto exposto por Lucchesi mostra que, dentro do SN, o adjetivo adjungido à direita do nome tem o mesmo nível de marcação de plural que os predicativos e estruturas

passivas. Assim, poder-se-ia pensar que “os predicativos também estariam em adjunção ao SN sujeito, que se moveria para a posição de sujeito do verbo de ligação, em estrutura superior, para receber caso nominativo”. (LUCCHESI, no prelo, p. 11)

Com relação à variação na concordância de gênero, não há possibilidade de se fazer um estudo comparativo, já que este fenômeno não se apresenta relevante em outras variedades do PB. Percebe-se, porém, observando os resultados da pesquisa de Lucchesi (2000) sobre Helvécia e comparando com os resultados do trabalho aqui analisado, que o nível de aplicação da regra de concordância de gênero é maior dentro do SN, 95%, já que, das 460 ocorrências de predicativo/passiva encontradas nas três comunidades aqui estudadas, houve marcação em 373, o equivalente a 81%.

Isso vem confirmar a hipótese de uma maior coesão estrutural entre os elementos do SN. Observou-se, quanto à concordância de gênero, comportamento semelhante ao de número, pois os elementos colocados à direita do SN recebem as marcas de gênero em 76% dos casos, um nível próximo ao encontrado em predicativos.

Para a análise dos fatores que condicionam a variação na concordância de gênero, algumas variáveis foram selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes. A primeira, a *concordância nominal de gênero do SN sujeito*, baseia-se no princípio da coesão estrutural, proposto por Lucchesi (2000), que diz que a possibilidade de aplicação da regra em predicativos e passivas é maior quando há também aplicação da regra no SN sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero e número desses predicativos/passivas, como no exemplo em (14a), do que quando a aplicação dessa regra não se dá, como em (14b).

(14a) **Uma mala** ficou cheia

(14b) **As menina tudo** era danado

Conforme esperado, os resultados mostraram que, nas sentenças com concordância no SN sujeito, a marcação de gênero é de 80%, enquanto é de apenas 50% quando não há concordância no SN sujeito.

A segunda variável, a *indicação do gênero no SN sujeito*, deriva do princípio da saliência fônica, já citado anteriormente, e diz que a possibilidade de aplicação da regra de concordância de gênero em predicativos/passivas é maior conforme o uso de itens mais salientes quanto à indicação de gênero no SN sujeito. Assim, esta variável foi dividida, em ordem decrescente, em uma escala de saliência, da seguinte maneira:

- a) vocábulos com o gênero indicado lexicalmente – *mãe, cabra, Maria*
- b) vocábulos com gênero marcado morfológicamente, em nomes ou determinantes modificadores – *professora, irmã ou ela, essa, nossa*
- c) vocábulos sem a indicação de gênero, lexical ou morfológica, seja nos nomes núcleos do sujeito, seja nos pronomes e determinantes – *perna, chuva, coisa ou eu, a gente, nós*

Esta escala foi proposta desta maneira porque constantemente há prevalência da indicação lexical sobre a marcação morfológica em processos de reestruturação gramatical decorrentes do contato entre línguas, como na maioria dos crioulos de base portuguesa.

Os resultados encontrados comprovam a hipótese de que os itens mais salientes favorecem a marcação de gênero no predicativo/passivo, dando mais um elemento para que se comprove a estreita relação entre a situação das comunidades afro-brasileiras isoladas e as situações de contato entre línguas em que estiveram inseridas.

Lucchesi aponta ainda a relevância do *traço semântico [+ animado]* na análise dos dados, apesar de esta variável não ter sido selecionada pelo programa de tratamento de dados estatísticos. Ele mostra que, entre os elementos marcados morfológicamente, os nomes favorecem mais a concordância que os pronomes ou determinantes, isso porque os nomes que se flexionam quanto ao gênero possuem o traço semântico [+ animado], ao passo que os nomes que não se flexionam quanto ao gênero possuem o traço semântico [-animado]. Situação oposta se observa com relação aos nomes e pronomes ou determinantes não marcados morfológicamente, pois os pronomes que não se flexionam em gênero (*eu, você, nós*) trazem naturalmente o traço [+ humano], enquanto os pronomes e determinantes que se flexionam em gênero (*ele/a, esse/a, nosso/a*) podem ser usados para fazer referência a seres inanimados. Assim, fica clara a influência do traço semântico [+ humano] como um favorecedor da concordância nominal em predicativos do sujeito e na voz passiva.

Tomando por base esse aspecto da animacidade, a *variável referência ao falante no sujeito da sentença* foi lançada. Nesta variável, busca-se observar se o fato de o sujeito referir-se ou não ao próprio falante influencia na marcação de gênero dos predicativos/passivas. A variável foi dividida segundo dois fatores:

- a) Sujeito inclui o falante
(**Eu** fiquei junto com eles sossegada.)

- b) Sujeito não inclui o falante
(A **bandêra** era vermelhinha.)

Notou-se que o falante costuma fazer mais concordância de gênero quando se refere a si próprio (0,70), fato que vem mais uma vez confirmar a importância do traço semântico animacidade, pois, quando o falante se inclui no discurso, o traço esperado é sempre [+animado].

4.2.4 Variáveis sociais

Dentre as variáveis sociais analisadas, sexo, faixa etária, nível de escolaridade e estada fora da comunidade, apenas a variável faixa etária foi selecionada pelo VARBRUL como estatisticamente relevante. Os resultados, que expõem um aumento do nível do uso da regra de concordância de gênero com predicativos e participios entre os falantes mais jovens, deixam claro um perfil de mudança em curso nas comunidades rurais afro-brasileiras. O que se pode depreender a partir desses resultados é que está havendo uma implementação dos padrões cultos urbanos com relação à concordância de gênero em predicativos e em estruturas passivas, certamente devido à influência da TV e do rádio, ao fato de os indivíduos saírem com mais frequência de suas cidades em busca de empregos nos grandes centros urbanos e à maior acessibilidade à escola.

Ainda que não selecionadas pelo pacote de programas VARBRUL, as outras variáveis sociais também merecem uma análise, já que corroboram fortemente para a interpretação dos dados. Assim, notou-se que os indivíduos que viveram fora da comunidade por um período de tempo superior a seis meses apresentam uma frequência de uso da regra de concordância um pouco maior que aqueles que nunca se ausentaram da comunidade, com o primeiro grupo com um percentual de 83%, e o segundo, com 78%. Esses resultados se apresentaram conforme o esperado, pois é natural que aqueles indivíduos que tiveram contato com os centros urbanos liderem um nivelamento lingüístico do campo com relação à cidade.

Comportamento semelhante teve a variável nível de escolaridade, pois, segundo o esperado, aqueles que tinham qualquer letramento apresentavam maior uso da regra de concordância que os totalmente analfabetos.

Os únicos resultados que não corresponderam às expectativas foram os relativos à variável sexo. Conforme o observado na literatura sociolingüística, os homens da zona rural

tendem a usar mais freqüentemente as formas de prestígio, e isso se justifica pelo seu maior contato com o mundo exterior, já que, nas cidades de interior, as mulheres ainda ficam muito restritas ao ambiente doméstico. Porém, os resultados encontrados por Lucchesi indicam um relativo equilíbrio entre homens e mulheres, com as mulheres apresentando uma ligeira tendência ao uso da regra de concordância, somando elas 82% da concordância, e eles, 80%.

A realidade observada vem corroborar o que diz a teoria da bipolarização, que afirma que, enquanto os segmentos cultos estariam se afastando da fala de Portugal, o segmento popular estaria se aproximando da fala culta e semi-culta urbana, havendo, assim, um crescente nivelamento entre esses dois pólos lingüísticos.

4.3 CONCLUSÃO SOBRE A CONCORDÂNCIA EM PREDICATIVOS DO SUJEITO E EM ESTRUTURAS PASSIVAS NA FALA URBANA E NA FALA RURAL

Após a análise dos resultados apresentados nos três trabalhos, chega-se à conclusão de que a aplicação da regra de concordância nominal de número em predicativos do sujeito e na voz passiva é quase inexistente em comunidades afro-brasileiras isoladas, enquanto se mantém em torno de 50% na realidade lingüística urbana brasileira.

Nos trabalhos de Scherre e Dias, pôde-se mais uma vez confirmar que o princípio do paralelismo formal continua a atuar de forma significativa, observando-se as variáveis *paralelismo formal das seqüências de predicativos/participios no discurso, as características formais do sujeito e características formais do verbo*. Notou-se, assim, que o uso de formas com marcas de plural leva ao uso de outras formas também marcadas no participío e na voz passiva.

Um outro consagrado princípio foi utilizado, o da saliência fônica. Tomando por base os resultados encontrados segundo as variáveis *estruturas do predicativo; processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens singulares*, mais uma vez constatou-se que as formas mais salientes fonicamente recebem mais marcas formais de plural que aquelas formas menos salientes.

Uma última variável estatisticamente relevante foi usada apenas por Dias, a *distância do sujeito correferente*. O que se notou é que à medida que as distâncias referenciais aumentam, aumenta também proporcionalmente a possibilidade de marcação.

Quanto à concordância de gênero em estruturas passivas e em predicativos do sujeito, a ausência de estudos sobre o tema em variedades lingüísticas urbanas do português brasileiro

indica a inexistência de um nível de variação significativo, sendo este um fenômeno restrito a algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, onde a variação chega à ordem de 20%.

Lucchesi, tomando o princípio da *coesão estrutural*, utilizou a variável *concordância nominal de gênero do SN sujeito* e, conforme o esperado, observou que nas sentenças com concordância no SN sujeito, a marcação de gênero é significativamente maior que nas sentenças sem marcação no SN sujeito.

O princípio da saliência fônica também se mostrou relevante na pesquisa de Lucchesi, em que, com relação à variável *a indicação do gênero no SN sujeito*, constatou-se que se faz mais concordância com os predicativos e participios quando a indicação de gênero no SN sujeito é mais saliente.

Nessa escala de saliência, observou-se uma supremacia na indicação lexical sobre a marcação morfológica, o que permite traçar um significativo paralelo entre o processo de estruturação gramatical das comunidades de fala afro-brasileiras e o processo bem mais radical de reestruturação gramatical dos crioulos de base lexical portuguesa da África, em que a indicação lexical de gênero substitui a marcação morfológica, eliminada na situação de contato radical em que essas línguas se formaram (LUCCHESI, no prelo, p. 20).

Notou-se, também, que há uma tendência significativa no comportamento lingüístico do falante de fazer mais concordância quando fala de si mesmo, porém esse aspecto ainda é pouco estudado pela pesquisa sociolingüística.

Nos dois primeiros trabalhos, os que tratavam da realidade lingüística urbana, observou-se um perfil típico de variação estável, com a faixa etária, em Scherre, seguindo um padrão curvilíneo, com jovens e velhos desfavorecendo o uso das formas padrão. Em contrapartida, o observado na realidade de fala rural afro-brasileira nos leva a concluir que está havendo uma implementação da regra de concordância, com um perfil típico de mudança em curso. Em todos os trabalhos, o nível de escolaridade influenciou diretamente no uso da forma de prestígio; quanto mais escolarizado o falante, maior o uso das formas padrão.

Esses resultados mostram ainda mais claramente a realidade lingüística brasileira bipolarizada, com uma norma culta e semi-culta, típica dos segmentos urbanos escolarizados de um lado, e, de outro, uma norma vernácula, composta pelos padrões coletivos da maioria da população brasileira, que, principalmente no interior do país, se apresenta com um nível muito baixo de escolarização.

Essa bipolarização tem uma explicação histórica, já que, durante a colonização, os segmentos da elite mantinham-se sempre sob a influência lingüística direta de Portugal, enquanto a grande massa populacional, composta por índios aculturados, africanos e mestiços,

falava variedades do português alteradas pelo processo de transmissão lingüística irregular, proporcionada pelo contato entre línguas. A partir do final do século XIX, os falantes da norma culta foram se afastando da fala de Portugal, e os falantes norma vernácula passaram a ter seu comportamento lingüístico em um crescente nivelamento devido à grande influência dos centros urbanos, dos meios de comunicação e da escolarização, em desenvolvimento em todo território nacional.

Assim, espera-se encontrar, na fala popular do interior do país, em comunidades rurais não marcadas etnicamente, um índice de concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas significativamente maior do que aquele observado por Lucchesi em comunidades rurais afro-brasileiras, já que a influência dos centros urbanos cresce a cada dia.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme já foi dito no capítulo anterior, a língua portuguesa possui um sistema de concordância bastante redundante, havendo, no sintagma nominal (SN), por exemplo, a marcação de plural e de feminino em todos os vocábulos passíveis de flexão. Toda esta redundância possibilita a ocorrência da variação, e muitas vezes a marcação de número aparece apenas no primeiro constituinte do SN.

Diversos trabalhos científicos se ocuparam e ainda se ocupam do estudo do fenômeno variável da concordância nominal no SN, mas a presente pesquisa buscará trazer maiores esclarecimentos sobre tal variação, porém no âmbito dos predicativos do sujeito e das estruturas passivas, observando os municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções, localizados no interior do Estado da Bahia.

Na análise que se apresentará neste capítulo, será considerada tanto a variação no que concerne à categoria gramatical de número quanto em relação à categoria gramatical do gênero e, para a análise quantitativa, fez-se uso de duas bases de dados, uma concernente ao gênero e outra, ao número. Assim como se verifica no interior do SN, a variação de número em predicativos do sujeito e estruturas passivas é documentada e analisada em variedades urbanas do PB (cf. capítulo 4 desta dissertação). Já para a variação de gênero em predicativos do sujeito e estruturas passivas, não se encontram estudos desse fenômeno em variedades urbanas, o que indica que ele se circunscreve às variedades populares do PB. No plano do SN, o fenômeno da variação de gênero foi apenas estudado sistematicamente na comunidade afro-brasileira de Helvécia, situada no extremo sul do Estado da Bahia (cf. Baxter, Lucchesi e Guimarães, 1997; e Lucchesi, 2000).

Neste capítulo, serão apresentados inicialmente os resultados quantitativos da análise do fenômeno da variação na concordância de gênero em predicativos do sujeito e estruturas passivas na linguagem popular dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções, localizados no interior do Estado da Bahia. Em seguida serão apresentados os resultados da análise variacionista da concordância de número, neste mesmo universo de observação.

5.1 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Nas amostras de fala de português popular dos dois municípios do interior do estado da Bahia em análise, foram quantificadas 1.046 ocorrências de predicativos e de voz passiva que mantinham relação com sujeitos com marcas de feminino, conforme exemplos de (15) a (18).

(15) Aí **minha irmã** já foi criada já mais com ele lá.

(16) **Minha neta** era pequena.

(17) Só é casado as **moça**, as mulé.

(18) Aí **aquela pessoa** pode sê repreendido.

Nos exemplos acima, pode-se constatar que a regra de concordância está presente nos exemplos (15) e (16) e não é aplicada nos exemplos (17) e (18). Na base de dados desta análise, a regra de concordância foi aplicada em 988 ocorrências, com apenas 58 ocorrências sem a concordância, perfazendo, assim, um percentual de 94% de aplicação da regra, sendo a não aplicação da regra algo bastante residual, 6% dos casos. Lucchesi (no prelo) observou, em comunidades afro-brasileiras isoladas, também na Bahia, um percentual de aplicação da regra menor, 81%.

TABELA 1: Resultado geral da concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia

Aplicação da regra de concordância	Nº de Ocor./TOTAL	Frequência
Com concordância	988/1046	94%
Sem concordância	58/1046	6%

Para se proceder a análise quantitativa e qualitativa da fala popular dos moradores desses dois municípios, foram analisadas variáveis lingüísticas e variáveis sociais que irão apontar fatores que favorecem ou inibem a aplicação da regra de concordância de gênero em predicativos do sujeito e estruturas passivas. As variáveis lingüísticas utilizadas foram as seguintes:

- a) Tipo de predicação (predicados nominais, verbo-nominais ou estruturas passivas);
- b) Tipos de sujeito (simples, composto, pronominal, pronome relativo, sem o núcleo realizado ou vazio);
- c) Ordem dos constituintes na sentença (sujeito – predicado ou predicado – sujeito);
- d) Presença ou ausência de material interveniente entre o verbo e o predicativo;
- e) Presença ou não de concordância de gênero dentro do SN;
- f) Concordância verbal;
- g) Indicação de gênero no sujeito (pronome flexionável, pronome sem flexão, nome flexionável em gênero, nome sem flexão ou categoria vazia);
- h) Referência ou não ao falante no discurso;
- i) Caracterização semântica do sujeito (traço [+/- humano]);
- j) Estrutura sintagmática do predicativo (adjetivo ou particípio);
- k) Tipo de atributo (essencial ou acidental);
- l) Presença de quantificadores;
- m) Saliência fônica.

Dentre as variáveis sociais, tem-se:

- a) Faixa etária (25 a 35 anos, 45 a 55 anos e acima de 65 anos);
- b) Sexo;
- c) Estada fora da comunidade;
- d) Nível de escolarização (analfabeto ou semi-analfabeto);
- e) Localidade do falante (sede do município ou zona rural).

Após processar os dados no pacote de programas estatísticos VARBRUL, obteve-se, como estatisticamente relevantes, apenas as seguintes variáveis lingüísticas: o tipo de predicação, a indicação de gênero no sujeito, a referência ao falante no discurso, a caracterização semântica do sujeito e o tipo de predicativo. Das variáveis sociais, o VARBRUL selecionou apenas a estada fora da comunidade. Nas próximas seções, serão analisados os resultados das variáveis lingüísticas tidas como estatisticamente relevantes. Vale lembrar, de antemão, que foram retiradas da base de dados todas as ocorrências em que o predicativo do sujeito era formado por sintagmas nominais, como no exemplo (19):

(19) Minha filha é **uma menina ótima**.

5.1.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicação

A variável *tipo de predicação* apresentou os seguintes valores:

a) Predicado nominal

(20) A moto ficô ligada.

(21) A folha do quioiô tombém diz que é bom.

b) Predicado verbo-nominal

(22) Ela casô nova demais.

(23) A pessoa tinha que i(r) a pé, com aquela dificuldade toda, às vez chegava já cansado.

c) Estrutura passiva

(24) Várias pessoa foi atingida pela dengue mesmo...

(25) Tudo lá em casa... tarefa é dividido.

TABELA 2: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicação (nível de significância .026)

Tipo de estrutura	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Predicado Nominal	867/912	95%	.55
Predicado Verbo-nominal	41/45	91%	.33
Estrutura Passiva	80/89	90%	.16
TOTAL	988/1046	94%	---

Os resultados da análise quantitativa indicam um ligeiro favorecimento da aplicação da regra em estruturas de predicado nominal, com um PR .55¹⁶, ao lado de um desfavorecimento por parte das estruturas passivas e dos predicados verbo-nominais, que apresentam um PR de .16 e .33, respectivamente. Tal desfavorecimento pode ser explicado porque a ligação do sujeito com seu predicativo é mais direta em predicados nominais do que

¹⁶ A leitura de pesos relativos é feita da seguinte forma: resultados acima de .50 favorecem o uso da regra, enquanto os resultados abaixo de .50 desfavorecem este uso. Assim, .50 é o ponto neutro.

nas outras duas estruturas. No predicado verbo-nominal, por exemplo, há uma dupla predicação, com um verbo de ação como núcleo ao lado de um outro núcleo predicativo, o que torna a ligação sujeito predicativo menos direta do que com o uso de um verbo de ligação.

5.1.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável indicação de gênero no sujeito

A variável *indicação de gênero no sujeito* foi aqui proposta, advindo dos princípios da saliência fônica (SCHERRE, 1989) e do paralelismo formal (SCHERRE e NARO, 1993). Segundo o primeiro princípio, temos a hipótese de que a marcação de gênero em predicativos do sujeito e na voz passiva seria maior quando houvesse, também, marcas explícitas de gênero no sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero desses predicativos e passivas, estabelecendo, assim, uma forte relação com o princípio do paralelismo formal, que sugere que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, já que o emprego de determinadas formas influenciaria o uso de formas semelhantes em um mesmo discurso.

Assim, a variável marcação de gênero no sujeito teve a seguinte divisão:

- a) Nome de ser animado com flexão de gênero – *menina, gata, garota*;
- b) Pronome ou determinante flexionável em gênero – *ela, essa, outra*;
- c) Nome feminino sem flexão de gênero – *roça, perna, foto*;
- d) Pronome não flexionável em gênero – *eu, que, nós*;
- e) Categoria vazia.

TABELA 3: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável indicação de gênero no sujeito (nível de significância .026)

Tipo de sujeito	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Pronome flexionável	131/132	99%	.89
Nome com flexão	39/40	97%	.76
Categoria vazia	324/344	94%	.46
Pronome não flexionável	225/234	96%	.42
Nome sem flexão	233/260	90%	.32
TOTAL	952/1010	94%	---

Ao analisar os resultados, nota-se a confirmação da hipótese da saliência fônica e do paralelismo formal. Percebe-se que os pronomes e nomes que trazem marcas explícitas de gênero favorecem a concordância, como o pronome ou determinante flexionável, com .89, e o nome com flexão, com .73. Contrariamente, o pronome não flexionável e o nome sem flexão desfavorecem a marcação de gênero nos predicativos e nas estruturas passivas, com PR .42 e .32. A categoria vazia, por sua vez, se apresenta em um contexto muito próximo da neutralidade, com PR .46, com um leve desfavorecimento à aplicação desta regra de concordância.

5.1.3 Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável referência ao falante

Há um grupo de fatores que trata do fato de o sujeito que especifica o gênero dos predicativos e passivas fazer referência ou não ao próprio falante, conforme os exemplos abaixo.

a) Sujeito inclui falante

(26) **Eu** sô casada.

(27) Agora **eu** tô levano a vida assim deitado.¹⁷

¹⁷ Frase proferida por informante do sexo feminino.

b) Sujeito não inclui falante

(28) **Ela** já era casada.

(29) Porque antigamente tinha **muitas coisa** que não era cobrado na cope...

Naturalmente, os sujeitos do tipo *a)* terão sempre o traço semântico [+humano], mas a afirmação contrária não é válida. Todos os sujeitos com traço semântico [-humano] farão parte do grupo *b)*, mas também haverá sujeitos de traço semântico [+humano], como pode ser visto no exemplo acima.

TABELA 4: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante (nível de significância .026)

Referência ao falante	nº de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Sujeito inclui falante	265/271	98%	.78
Sujeito não inclui falante	723/775	93%	.39
TOTAL	988/1046	94%	---

Os resultados indicam que o falante tende a fazer mais concordância quando se refere a si próprio em seu discurso, fazendo 98% de concordância, com PR expressivo de .78. Lucchesi (no prelo), em seu trabalho, encontrou resultado semelhante, com um índice de marcação de gênero de 88%, junto a um índice geral de concordância de 81%. Lucchesi salienta que esse tipo de variável não costuma ser usada nas análises variacionistas e diz ainda que o maior nível de concordância ocorre quando o falante se inclui na ação, devido a “um tipo de condicionamento egocêntrico do comportamento lingüístico” (no prelo, p.17).

5.1.4 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável caracterização semântica do sujeito

A variável *caracterização semântica do sujeito* recebeu a seguinte subdivisão:

a) Sujeito com o traço semântico [+ humano]

(30) **Eu** era fuxiqueta mesmo.

(31) E já na descida **ela** foi já seguro comigo.

b) Sujeito com o traço semântico [- humano]

(32) **A porta** tá aberta pra você.

(33) **As festa Santo Antoim** aqui era muito bom pra gente.

TABELA 5: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável caracterização semântica do sujeito (nível de significância .026)

Referência ao falante	nº de ocor./TOTAL	Freqüência	PR
Sujeito [- humano]	357/383	93%	.60
Sujeito [+ humano]	631/663	95%	.44
TOTAL	988/1046	94%	---

Esperava-se que o sujeito com o traço [+humano] favorecesse a marcação de gênero em predicativos/passivas, porém o observado foi o contrário, com o sujeito [-humano] exibindo um PR de .60 de aplicação da regra de concordância. Tal resultado se deu devido a uma superposição na codificação dos dados, que se reflete no processamento do Programa de Regras Variáveis. Há uma grande interseção entre o fator pronome ou determinante flexionado (*ela, essas*, etc.) da variável indicação do gênero no sujeito e o fator traço semântico [+humano], porque, em sua grande maioria, esses pronomes se referem a seres humanos. A variável indicação do gênero no sujeito foi a primeira a ser selecionada, com o fator pronome ou determinante flexionado exibindo um valor parcial de peso relativo bem alto em favor da concordância (PR .86). Também, nesse primeiro nível, o fator traço semântico [+humano] mostra um valor parcial favorável à concordância, relativamente ao traço semântico [-humano] (PR .53 *versus* .44, respectivamente). Assim, no cruzamento das duas variáveis, o VARBRUL “compensa” o peso relativo do fator pronome ou determinante flexionado sobre o fator traço semântico [+humano], reduzindo o valor do peso relativo deste e invertendo os valores do grupo (PR .47 para o traço semântico [+humano] contra PR .56 para o traço semântico [-humano]). Esse enviesamento esclarece a divergência do peso relativo, devendo prevalecer, neste caso, o valor percentual das freqüências, que indica que o traço semântico [+humano] favorece ligeiramente mais a concordância que o traço semântico [-humano]. Portanto, confirma-se, de forma tênue, o princípio já consagrado pela maioria das

análises sociolinguísticas já feitas sobre a relação entre o traço semântico [+/- humano] e a aplicação das regras de concordância verbo-nominal.

5.1.5 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicativo

A variável *tipo de predicativo* se refere apenas às construções em que há predicativos do sujeito, sendo excluídas as construções passivas. A variável foi dividida em predicativos compostos por adjetivo e predicativos compostos por particípio passado. Os demais tipos de predicativos foram desconsiderados devido ao baixo número de ocorrência, que não permitiria qualquer conclusão sobre os dados.

a) Predicativo composto por adjetivo

(34) Mas a mulher dele é **boa**.

(35) Ela ficava den' de casa quando era **pequeno**.

b) Predicativo composto por particípio passado.

(36) Eu era **casada**, meu fi'.

(37) E água era **buscado** no rio.

TABELA 6: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicativo (nível de significância .026)

Tipo de Sujeito	nº de ocor./TOTAL	Freqüência	PR
Adjetivo	508/536	95%	.53
Particípio passado	266/288	92%	.44
TOTAL	774/824	94%	---

Os predicativos compostos por adjetivos são ligeiramente favorecedores à aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com PR .53, e os predicativos compostos por particípio passado desfavorecem a regra em .44.

Os resultados da variável *tipo de predicativo* vêm corroborar os resultados da primeira variável selecionada pelo VARBRUL, o *tipo de predicação*. Os adjetivos favorecem a

marcação da concordância nominal de gênero em predicativos do sujeito devido a seu caráter mais nominal, com maior ligação com o sujeito que o especifica. Os participios, por sua vez, seriam menos nominais que os adjetivos em função de sua natureza verbal.

5.1.6 Variáveis não selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes

Algumas variáveis não foram selecionadas como estatisticamente relevantes pelo Programa de Regras Variáveis, porém exibiram resultados interessantes, que merecem ser comentados e analisados.

5.1.6.1 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável ordem dos constituintes na sentença

A variável *ordem dos constituintes na sentença* foi subdividida da seguinte maneira:

a) Sujeito – Predicado

(38) A minha casa num é arrumada.

(39) Tudo lá em casa... tarefa é dividido.

b) Predicado – Sujeito

(40) Ouvi dizê que tá fechada essa fábrica aí.

(41) Só é casado as moça, as mulé.

Deve-se registrar que as ocorrências com sujeito nulo foram descartadas nesse grupo de fatores. Esperou-se, utilizando esta variável lingüística, que a ordem direta (sujeito + predicado) favorecesse a aplicação da regra, enquanto a ordem não direta (predicado + sujeito) desfavorecesse de alguma forma a marcação de gênero nos predicativos/passivas.

TABELA 7: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável ordem do sujeito e predicado

Ordem	n° de ocor./TOTAL	Frequência
Sujeito – Predicado	611/645	95%
Predicado – Sujeito	16/19	84%
TOTAL	627/664	94%

A ordem direta, sujeito anteposto ao verbo, de fato se mostrou como um contexto levemente favorecedor à marcação de gênero, com índice um pouco superior ao geral, 95%; a ordem não direta, com sujeito posposto ao verbo, apresentou um índice que aponta para um desfavorecimento da aplicação da regra, 84%, porém o baixo número de ocorrências, apenas 19, não nos permite fazer afirmações categóricas.

5.1.6.2 A variação na concordância nominal de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável material interveniente entre o verbo e o predicativo

Com relação à variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo*, as sentenças podem ser classificadas da seguinte maneira:

a) Sem material interveniente

(42) As rocinha aqui é pequena.

(43) Criança é medroso.

b) Com material interveniente

(44) Helena ficô até **um pôco** balada.

(45) A pessoa tinha que i(r) a pé, com aquela dificuldade toda, às vez chegava **já** cansado.

c) Com predicativo coordenado

(46) Minhas fia, minhas nora, minha nora não, é **duas**, é **essa**...

(47) Era **boa**, **animado**...

Espera-se que a presença de material interveniente entre o verbo e o predicativo reduza o índice de aplicação da regra de concordância, já que a presença do material prejudica a

relação de adjacência e, normalmente, quanto maior a distância entre o verbo e o predicativo, maior seria a possibilidade da não aplicação da regra.

TABELA 8: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo

Material interveniente	n° de ocor./TOTAL	Frequência
Sem material interveniente	770/814	95%
Com material interveniente	173/186	93%
Predicativo coordenado	22/23	96%
TOTAL	965/1023	94%

Os resultados exibiram a confirmação da hipótese inicial, pois as sentenças sem material interveniente entre o verbo e o predicativo e as sentenças com predicativo coordenado favoreceram ligeiramente a marcação de gênero nos predicativos/passivas, com um índice de marcação em 95% dos casos. As sentenças com material interveniente, conforme esperado, demonstram que há um discreto desfavorecimento da aplicação da regra de concordância nominal de gênero, com o índice de 93%; mas a diferença percentual mínima entre os fatores não confere a este grupo um valor estatístico confiável.

5.1.7 Encaixamento da variação na concordância de gênero em estruturas passivas e de predicativo do sujeito na estrutura social

A única variável social selecionada pelo VARBRUL como relevante foi a estada ou não fora da comunidade por mais de seis meses. A hipótese que se levanta é a de que aqueles que saíram da comunidade lideram o processo de mudança, devido a seu maior contato com outras realidades lingüísticas. Da mesma forma, os mais escolarizados, os falantes mais jovens, os homens e os moradores da sede do município seriam aqueles que cada vez mais fariam uso da regra de concordância nominal de gênero, por estarem mais inseridos socialmente em ambientes em que normalmente se faz maior uso da regra de concordância, como o ambiente escolar, o mercado de trabalho e os centros urbanos.

TABELA 9: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável estadia fora da cidade (nível de significância .026)

Estada fora da comunidade	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Esteve fora	509/529	96%	.59
Não esteve fora	479/517	93%	.41
TOTAL	988/1046	94%	---

De acordo com o que se esperava, observou-se que, em Poções e Santo Antônio de Jesus, aquele que já esteve fora da comunidade por um período superior a seis meses de fato faz mais concordância de gênero nos predicativos/passivas, exibindo um índice de PR de .59. De forma oposta, quem nunca saiu da comunidade exibe menor uso da regra de concordância, apenas .41.

Apesar não terem sido selecionados como estatisticamente relevantes pelo VARBRUL, os outros resultados das variáveis sociais nos trouxeram informações importantes. A variável faixa etária, por exemplo, obteve um nível de significância .088, bastante próximo ao nível significância necessário para ser selecionado pelo programa, que é .050.

TABELA 10: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária (nível de significância .088)

Faixa Etária	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Faixa I (25 a 35 anos)	284/292	97%	.65
Faixa II (45 a 55 anos)	382/406	94%	.44
Faixa III (acima de 65 anos)	322/348	93%	.45
TOTAL	988/1046	94%	---

Os mais jovens estão fazendo mais concordância de gênero, com aplicação da regra em 97% dos casos, com PR de .65, ao lado de um comportamento levemente desfavorável dos adultos e idosos, que fazem concordância em 94% e 93% dos casos, com PR .44 e .45, respectivamente. Tal comportamento pode estar anunciando uma mudança em curso, já que

normalmente são os mais jovens que atuam mais fortemente no uso da norma padrão, já que são eles também que têm maior acesso aos ambientes propícios à escolarização.

Com relação aos resultados da variável *sexo*, esperava-se que os homens utilizassem as formas inovadoras, liderando o processo de mudança, levando-se em consideração a questão dos papéis e das oportunidades sociais, como bem observam em seus trabalhos Bortoni-Ricardo (1985, *apud* Zilles, 2000) e Rodrigues (1992, *apud* Zilles, 2000). Porém, contrariando o esperado, as mulheres apareceram como favorecedoras do uso da regra de concordância de gênero. Em municípios do interior, normalmente o homem tem maior contato com o mundo externo, saindo para trabalhar e resolver problemas na cidade, porém esse perfil vem mudando sensivelmente, e é isto que mostram os resultados. Em Poções e Santo Antônio de Jesus, assim como em outros municípios, a mulher vem liderando esse processo de mudança provavelmente porque ela, agora, sai tanto quanto o homem, indo para grandes centros em busca de trabalho como empregada doméstica.

Também não se mostrou produtiva a variável escolaridade, não se podendo observar diferenças relevantes entre a fala vernácula dos analfabetos e semi-analfabetos. Nestes municípios, nossos informantes têm estilo de vida bastante semelhante, muitas vezes com as mesmas ocupações diárias, o que pode ser também uma justificativa para esta pouca diferença em sua fala.

A diferença de fala entre os moradores da sede e da zona rural não se mostrou relevante, corroborando com Bortoni-Ricardo (2005), que diz que a dicotomia rural/urbano não é algo estanque, e sim um *continuum* de formas, reforçando, cada vez mais, a idéia de falante “rurbano”, que é um termo por ela utilizado para aquelas populações rurais que mantém algum nível de integração com as populações urbanas, ou mesmo o contrário, populações urbanas que de alguma forma preservam seus traços rurais.

5.2 CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NOS PREDICATIVOS DO SUJEITO E ESTRUTURAS PASSIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

No que concerne à concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, podemos observar um baixo índice de aplicação desta regra; em um total de 307 ocorrências, apenas 13 delas receberam a marca de plural, um índice de 4%¹⁸ de

¹⁸ Assim como na análise dos dados de gênero, foram desconsideradas as sentenças que tinham predicativos formados por sintagmas nominais

marcação. Nota-se, devido ao baixo número de ocorrência, que, na fala popular do interior do país, foco de estudo desta pesquisa, a produção de sentenças com sujeito com marcas de plural é reduzida. Ao fazer uma comparação com os dados urbanos, certifica-se que, na fala popular do interior da Bahia, foram produzidas 307 sentenças, enquanto na fala popular urbana do Rio de Janeiro, foram encontradas 873 ocorrências (SCHERRE, 1991) e, na fala urbana popular da região sul do país, 768 ocorrências (DIAS, 1996).

Não só a produção de sentenças é mais elevada na fala popular urbana, como também há uma maior utilização da regra de concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas. No trabalho de Scherre, o percentual geral de presença de marca formal de plural foi de 46%, 410 dos 873 casos; resultados semelhantes encontrou Dias, com uma marcação de plural de aproximadamente 43%, 327 das 768 ocorrências.

Estes resultados corroboram a teoria de uma realidade lingüística brasileira polarizada, pois Lucchesi (no prelo) encontrou, ao estudar comunidades afro-brasileiras isoladas, uma marcação de plural bastante residual de apenas 1%, e aqui, na fala popular do interior do país, o índice de aplicação da regra de concordância foi de 4%.

As variáveis explanatórias utilizadas para buscar identificar fatores da estrutura lingüística que condicionam o fenômeno variável em estudo são os seguintes:

- a) Tipo de estrutura (predicativo do sujeito ou estrutura passiva);
- b) Tipos de sujeito (simples, composto, pronominal, pronome relativo, sem o núcleo realizado ou vazio);
- c) Ordem dos constituintes nas sentenças (sujeito – predicado, predicado – sujeito);
- d) Presença ou ausência de material interveniente entre o verbo e o predicativo ou particípio passado;
- e) Aplicação ou não da regra de concordância nominal de número no SN sujeito;
- f) Aplicação ou não da regra de concordância verbal;
- g) Indicação de plural no SN sujeito (plural mórfico, lexical ou com quantificador);
- h) Referência ou não ao falante no discurso;
- i) Caracterização semântica do sujeito (traço [+/- humano]);
- j) Tipo de predicativo (adjetivo, particípio, substantivo, SN ou pronome)
- k) Tipo de atributo (acidental ou essencial);
- l) Presença ou ausência do quantificador;
- m) Saliência fônica (plural regular, irregular ou misto).

Com relação às variáveis sociais, utilizamos as mesmas já citadas na seção sobre a concordância de gênero, que são:

- f) Faixa etária (25 a 35 anos, 45 a 55 anos e acima de 65 anos);
- g) Sexo;
- h) Estada fora da comunidade;
- i) Nível de escolarização (analfabeto ou semi-analfabeto);
- j) Localidade do falante (sede do município ou zona rural).

Após a utilização do Programa de Processamento das Regras Variáveis (VARBRUL), foram selecionadas como estatisticamente relevantes apenas as variáveis lingüísticas concordância nominal de número no SN sujeito e concordância verbal. As variáveis sociais selecionadas foram apenas a faixa etária e o sexo. O pequeno número de variáveis selecionadas com valor estatístico é esperado em função do baixíssimo nível de variação.

5.2.1 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável concordância nominal de número no SN sujeito

Uma outra variável estudada foi a *concordância nominal de número no SN sujeito*, que pode se apresentar de duas formas:

- a) SN sujeito com concordância

(48) **As meninas todas** são boas.

(49) **Aqueles povos** de antigamente naquele tempo era muito viciado e tal.

- b) SN sujeito sem concordância

(50) **Minhas fia, minhas nora, minha nora** não, é duas

(51) **Os filho** já tava grande.

Esta variável relaciona-se diretamente com ao princípio da *coesão estrutural*, proposto por Lucchesi (2000), que diz que a possibilidade de aplicação da regra em predicativos e

passivas é maior quando há também aplicação da regra de concordância no SN sujeito que especifica as categorias gramaticais de gênero e número desses predicativos/passivas.

TABELA 11: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável concordância nominal de número no SN sujeito (nível de significância .040)

Concordância de número	nº de ocor./TOTAL	Frequência	PR
SN com concordância	5/27	19%	.88
SN sem concordância	2/117	2%	.39
TOTAL	7/144	5%	---

O que se pôde observar nos dados obtidos a partir da fala vernácula do interior do país é que, de acordo com o esperado, em sentenças em que o SN sujeito exibe marcas formais de concordância de número, os predicativos/passivas que são especificados por estes sujeitos também recebem um maior índice de marcação de plural, com PR expressivo de .88. Em contraposição, os SN's sem concordância desfavorecem a marcação de plural nos predicativos/passivas, com um PR de .39.

Scherre (1991, p. 57-59) e Dias (1996, p. 59) não usaram uma variável exatamente igual a esta aqui analisada, mas fizeram uso de uma variável semelhante, intitulada características formais do sujeito. Estas autoras, em sua pesquisa, usaram uma categorização diferenciada, não analisando somente sujeitos compostos por SN's, mas incluindo também categorias vazias e sujeitos pronominais. A classificação utilizada foi a seguinte: sujeito zero, sujeito explícito com todos os elementos marcados, sujeito sem a marca no(s) último(s) elemento(s) e sujeito com marca semântica de plural. Os resultados por elas encontrados, de certa forma, corroboram com os aqui encontrados. Scherre e Dias observaram que os sujeitos mais marcados acabam por favorecer a marcação de plural nos predicativos do sujeito e nas estruturas passivas.

5.2.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável concordância verbal

A variável *concordância verbal* também está relacionada à idéia de coesão estrutural, com a hipótese de que em sentenças em que há concordância verbal, também haverá concordância nominal entre o predicativo e o sujeito. A variável foi assim definida:

a) Com concordância verbal

(52) As meninas todas **são** boas.

(53) E duas é... **são** solteira.

b) Sem concordância

(54) As banda **era** boas.

(55) Ah não, as criança é muntcho pequena!

TABELA 12: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável concordância verbal (nível de significância .040)

Concordância verbal	nº de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Verbo concordando com o sujeito	8/38	21%	.88
Verbo não concordando com o sujeito	5/223	2%	.42
TOTAL	13/261	5%	---

De fato, nas sentenças em que há concordância do verbo em terceira pessoa do plural com o sujeito, maior é a concordância nominal de número entre o sujeito e o seu predicativo ou com a estrutura passivas, com um PR de .88. Contrariamente, em sentenças em que não há a concordância verbal, também não há a concordância nominal entre os elementos em análise, observando-se um PR de .42.

Em seus trabalhos com o português popular urbano, Scherre (1991, p. 60) e Dias (1996, p. 57) encontraram resultados semelhantes aos nossos: os verbos com marcas de plural

favorecem o uso da regra de concordância, e os verbos sem marcas de plural desfavorecem este uso.

Estas duas variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo VARBRUL vêm confirmar a teoria da coesão estrutural, pois ficou nítido que os contextos que exibiam as marcas de plural, como o sujeito ou verbo marcados, favoreceram também a marcação de plural nos predicativos e nas estruturas passivas.

5.2.3 Variáveis não selecionadas pelo VARBRUL como estatisticamente relevantes

Ainda que não tenham sido selecionados como estatisticamente relevantes pelo pacote de programas VARBRUL, alguns fatores serão aqui comentados, por seus resultados que trazem informações interessantes ou mesmo para possibilitar uma comparação entre a concordância de número e a de gênero.

5.2.3.1 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicação

A variável lingüística *tipo de predicação* apresenta-se dividida em estruturas de predicativo do sujeito e estruturas passivas.

a) Predicativo do sujeito

(56) Graças a Deus, ‘tamos realizados.

(57) Os meus filho nessa idade era graudinho.

b) Estrutura passiva

(58) Então nós num fomos ungidos.

(59) Nós foi atendida....

O número de sentenças com predicado verbo-nominal foi muito reduzido; por esse motivo, estas sentenças foram colocadas junto com os predicados nominais, aqui fazendo parte do item Predicativo do Sujeito.

TABELA 13: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicação

Tipo de predicação	nº de ocor./TOTAL	Freqüência
Predicativos do Sujeito	12/279	4%
Estrutura Passiva	1/28	4%
TOTAL	13/307	4%

Diferentemente do observado na concordância de gênero, a variável tipo de predicação não se apresentou produtiva; tanto o predicativo do sujeito quanto a estrutura passiva se mostraram como fatores neutros à aplicação da regra de concordância nominal de número.

Scherre (1991, p. 67) e Dias (1996 p. 81-83) utilizaram uma classificação não idêntica, porém semelhante a aqui utilizada, classificando as sentenças em ativas e passivas. Scherre constatou que as estruturas passivas desfavorecem o uso da marca de plural, e os resultados de Dias mostraram as estruturas ativas como um contexto neutro à aplicação desta regra, contrariando as expectativas. Elas ressaltam que os pesos relativos não foram expressivos, por isso os resultados não podem ser considerados como conclusivos.

5.2.3.2 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável referência ao falante

Como já foi exemplificado, esta variável tem a ver com o fato de o falante fazer ou não referência a si mesmo em seu discurso, a ele estar ou não incluído no sujeito da oração.

a) Sujeito inclui falante

(60) Praticamente **nós** que somos vizinhos de... de... de... de porta com ele.

(61) **Nós** aqui é muito unido com nosso povo.

b) Sujeito não inclui falante

(62) **Elas** vão casadas, né?

(63) **As bandêra** não era vendida.

TABELA 14: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante

Referência ao falante	nº de ocor./TOTAL	Frequência
Sujeito inclui falante	3/75	4%
Sujeito não inclui falante	10/232	4%
TOTAL	13/307	4%

Mais uma vez, o resultado observado com relação à concordância de número não está de acordo com o resultado da concordância de gênero. No que se refere à concordância de gênero, notamos que o sujeito que inclui o falante favorece a utilização da regra de concordância, porém os dados de número não mostraram qualquer relevância da variável referência ao falante na marcação de plural em predicativos/passivas, exibindo uma frequência de 4% tanto para o sujeito incluir o falante como para o sujeito não incluir o falante.

5.2.3.3 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável caracterização semântica do sujeito

A variável caracterização *semântica do sujeito* recebeu a seguinte subdivisão:

a) Sujeito com o traço semântico [+ humano]

(64) **Eles** são meus pais, né?.

(65) Tem dois **mensagêro** que é ministro, é dois ô é três.

b) Sujeito com o traço semântico [- humano]

(66) Os instrumento era esses mais velhos

(67) **Os pé de laranja** é junto.

TABELA 15: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável caracterização semântica do sujeito

Caracterização semântica do sujeito	nº de ocor./TOTAL	Frequência
[+ humano]	12/206	6%
[- humano]	1/101	1%
TOTAL	13/307	4%

O resultado obtido com a variável caracterização semântica do sujeito veio confirmar o esperado, que era que o traço semântico [+ humano] favorecesse a aplicação da regra de concordância. Das 206 ocorrências com o traço semântico [+ humano], 12 receberam a marca formal de número, 6% delas, confirmando o contexto favorecedor ao uso das marcas de plural, enquanto, nas 101 sentenças com sujeito com marca [- humano], apenas 1 recebeu marcas de plural; porém esse grupo de fatores não foi selecionado pelo programa das regras variáveis como estatisticamente significativo.

5.2.3.4 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável tipo de predicativo

A variável *tipo de predicativo* foi dividida em predicativos compostos por adjetivo, por substantivos e por particípio passado. Os demais tipos de predicativos, como os compostos por pronome indefinido, demonstrativo, possessivo ou numeral, foram descartados devido ao baixo número de ocorrências, que não permitiria qualquer conclusão sobre os dados.

a) Predicativo composto por adjetivo

(68) As meninas todas são **boas**.

(69) Mas a mulher dele é **boa**.

b) Predicativo composto por particípio passado.

(70) ‘Tamos **realizados**

(71) Eu era **casada**, meu fi.

c) Predicativo composto por substantivo.

(72) Praticamente nós que somos **vizinhos**.

(73) Ela é **professora**.

TABELA 16: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável tipo de predicativo

Tipo de Sujeito	nº de ocor./TOTAL	Freqüência
Adjetivo	6/175	3%
Particípio passado	3/93	3%
Substantivos	3/13	23%
TOTAL	12/281	4%

Como se observou na seção 4.1.5. supra, os predicativos formados por adjetivos favoreceram a aplicação da regra de concordância de gênero, em função de sua natureza menos verbal frente aos particípios, formas verbo-nominais. Já no que concerne à concordância de número, a má distribuição dos dados da variável tipo de predicativo, relacionada à concordância de número, acabou por nos fornecer resultados cuja interpretação se torna difícil. Segundo os dados, o adjetivo e o particípio passado desfavorecem ligeiramente a aplicação da regra de concordância, enquanto os substantivos vêm a favorecer enormemente.

Não há uma justificativa para esta distribuição da freqüência de aplicação da regra de concordância nominal de número em predicativos e estruturas passivas, porém é válido salientar que esta variável não foi selecionada pelo programa VARBRUL como relevante.

5.2.3.5 A variação na concordância nominal de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito no português popular do interior do Estado da Bahia, relacionada à variável material interveniente entre o verbo e o predicativo

Com relação à variável *material interveniente entre o verbo e o predicativo*, as sentenças podem ser classificadas da seguinte maneira:

a) Sem material interveniente

(74) E eles ficava desesperados.

(75) As rocinha aqui é pequena.

b) Com material interveniente

(76) As meninas são **muito** criativas,

(77) Os acessório fica **tudo** parado

Nos dados relativos a número, notou-se que as ocorrências com predicativos coordenados foram pouco realizadas, num total de 8 sentenças; dessas, não houve nenhuma que recebesse a marca formal de número, sendo, desse modo, a freqüência de aplicação da regra igual a zero. Assim, como solução para uma melhor análise dos dados, as ocorrências de predicativos coordenados foram agregadas às sentenças sem material interveniente entre o verbo e o predicativo do sujeito.

TABELA 17: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável material interveniente entre o verbo e o predicativo

Material interveniente	n° de ocor./TOTAL	Freqüência
Sem material interveniente	10/208	5%
Com material interveniente	3/99	3%
TOTAL	13/307	4%

Conforme o esperado, as sentenças sem material interveniente entre o verbo e o predicativo apontam a um favorecimento ténue de aplicação da regra de concordância nominal de número, com uma freqüência de 5%, ao lado de um índice geral de 4%. O material interveniente entre o verbo e o predicativo vem a desfavorecer a concordância nominal de número entre o predicativo/passiva e o sujeito que o especifica porque, como já foi dito, a relação de adjacência é diminuída. Porém a diferença percentual foi muito reduzida, o que certamente foi decisivo para que o VARBRUL não selecionasse essa variável como estatisticamente significativa.

Esta variável não interferiu nos resultados de Scherre (1991, p. 66), em seu trabalho sobre o português popular urbano do Rio de Janeiro, mostrando-se neutra. Já nos trabalhos de Dias (1996, p. 76), sobre o português popular da região sul do país, houve um pequeno desfavorecimento na marcação de plural quando havia materiais intervenientes.

5.2.4 Encaixamento da variação na concordância de número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito na estrutura social

De todas as variáveis sociais, o Programa de Regras Variáveis selecionou como estatisticamente relevantes apenas duas, a *faixa etária* e o *sexo*. Ao observar os resultados obtidos a partir da variável faixa etária, pôde-se notar que os falantes mais jovens, aqueles entre 25 e 35 anos, fazem mais concordância nominal de número que os demais falantes, exibindo um peso relativo de .76. Porém, após uma análise mais detida, percebemos que os falantes da faixa II, de 45 a 55 anos, produziam mais sentenças em que se podia observar a concordância de número no SN sujeito e a concordância verbal. Esse enviesamento dos dados produziu uma espécie de compensação no processamento quantitativo dos dados, de modo que o VARBRUL diminuiu o peso relativo desta faixa etária. Este é um mecanismo normal ao programa, que, por trabalhar com cruzamentos de dados, busca contrabalançar o efeito simultâneo das variáveis em estudo.

TABELA 18: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária (nível de significância .040)

Faixa Etária	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Faixa I (25 a 35 anos)	9/81	10%	.76
Faixa II (45 a 55 anos)	2/104	2%	.32
Faixa III (acima de 65 anos)	2/113	2%	.45
TOTAL	13/307	4%	---

Para comprovar a hipótese de que o VARBRUL fez uma superposição das variáveis concordância nominal de número no SN sujeito, concordância verbal e faixa etária, foi feita uma nova rodada, excluindo essas duas variáveis lingüísticas, que geraram os dados da tabela seguinte.

TABELA 19: Aplicação da regra de concordância de número nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável faixa etária (nível de significância .009)

Faixa Etária	n° de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Faixa I (25 a 35 anos)	9/81	10%	.79
Faixa II (45 a 55 anos)	2/104	2%	.38
Faixa III (acima de 65 anos)	2/113	2%	.35
TOTAL	13/307	4%	---

Percebe-se, então, que, ao tirar as variáveis que estavam enviesando os dados, obteve-se um PR de .79 na Faixa I, seguido de um PR de .38 na Faixa II e, por fim, .35 na Faixa III, deixando bem clara uma curva ascendente, que pode significar um processo de implementação da mudança em função do incremento do uso da regra de concordância liderado pelos falantes mais jovens.

Scherre (1991, p. 68), em seu trabalho com falantes do Rio de Janeiro, notou um desfavorecimento do uso da norma por parte dos falantes mais jovens e dos falantes mais velhos, com os falantes da Faixa II fazendo maior uso da norma padrão, o que caracteriza um perfil de variação estável, algo diferente do que foi aqui observado. Dias (1996, p.93) utilizou uma estratificação etária diferenciada, com apenas dois níveis, e constatou, assim como Scherre, que os jovens estão desfavorecendo o uso da variante de prestígio, enquanto os mais velhos fazem maior uso desta.

Nota-se, então, uma realidade polarizada, com os falantes do interior do país caminhando ainda para a implementação da regra de concordância nominal de número, e os falantes urbanos tendendo a manter o padrão observado, num quadro típico de variação estável, em que as variantes convivem harmoniosamente, sem que necessariamente uma suplante a outra.

Com relação à variável *sexo*, os resultados encontrados vêm apenas confirmar o que já se discutiu com relação à concordância de gênero. É nítido que a realidade social do interior do país vem mudando, a mulher não está mais confinada na cozinha de sua casa, não é mais apenas mãe. Ela é trabalhadora, muitas vezes responsável pelo sustento do lar, saindo de casa tanto quanto ou mais que os homens, saindo inclusive de sua cidade em busca de melhoria de sua qualidade de vida, já que muitos informantes reclamam diversas vezes da falta de

oportunidades em sua cidade natal. Os resultados da variável sexo, apresentados na tabela abaixo, confirmam esse diagnóstico.

TABELA 20: Aplicação da regra de concordância de gênero nos predicativos do sujeito e estruturas passivas no português popular do interior do Estado da Bahia, segundo a variável referência ao falante (nível de significância .040)

Referência ao falante	nº de ocor./TOTAL	Frequência	PR
Mulheres	11/139	8%	.78
Homens	2/168	1%	.26
TOTAL	13/307	4%	---

As mulheres estão liderando a implementação da regra, com uma frequência de uso de 8%, ao lado da frequência de apenas 1% dos homens.

Em ambos os trabalhos sobre a fala popular urbana, também se observou a mulher fazendo maior uso das formas de prestígio, utilizando mais as formas marcadas do que os homens.

Apesar de as outras variáveis não terem sido selecionadas pelo pacote de programas VARBRUL, os resultados obtidos corroboram os já discutidos com relação ao gênero. Os falantes que saíram da comunidade usam mais as marcas formais de plural nos predicativos/passivas, marcando 11 das 141 ocorrências, com uma frequência de 7%. Aqueles que não saíram, por sua vez, fazem apenas 1% de concordância, um índice irrelevante, marcando apenas 2 das 155 ocorrências.

Entre analfabetos e semi-analfabetos, mais uma vez, a diferença não foi expressiva, apenas um ponto percentual. Isso se explica, como já foi dito, pelo pouco acesso ao ambiente escolar ou a qualquer tipo de relação com a educação formal. Ainda aqueles que tiveram acesso a alguma instrução não conseguem maior desempenho, muitas vezes sequer decodificando pequenas frases escritas. Na verdade, a instrução dos informantes é mínima, independentemente de serem rotulados como completamente analfabetos ou semi-analfabetos.

Por fim, com relação à variável *origem do informante*, não se constatou, mais uma vez, diferença significativa na fala popular dos moradores da sede do município, quando comparados aos moradores da “roça”. Não se confirmou o que SILVA (2005) observou com relação à concordância verbal na mesma amostra de fala popular do município de Poções; ou seja, os falantes da sede utilizavam mais a regra de concordância que os falantes da zona

rural, indicando que aqueles seriam mais afetados pelo processo de difusão lingüística a partir dos grandes centros urbanos do que estes últimos.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, buscou-se apresentar uma caracterização e compreensão do quadro de variação na concordância nominal, de gênero e de número, em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, na fala popular do interior do país, a partir da análise de amostras de fala vernácula de indivíduos de pouca ou nenhuma escolaridade de dois municípios do interior do Estado da Bahia.

A análise da concordância nominal em predicativos e estruturas passivas na fala popular teve como objetivo reforçar a hipótese inicialmente levantada de que a origem do português popular do Brasil (PPB) é marcada, desde o período colonial, pela *transmissão lingüística irregular*. O contato entre línguas exerceu, inegavelmente, uma grande influência na formação do PPB. Na época do Brasil colônia, conviveram índios de várias tribos, africanos falantes de diferentes línguas e brancos portugueses que, de alguma forma, precisavam se comunicar, e no estabelecimento dessa comunicação é que emergiu uma variedade de língua modificada pela ação dos vários povos e simplificada pela ausência da ação normatizadora da escola.

A realidade social e lingüística bipolarizada do Brasil do período colonial, com falantes das normas populares em um extremo e falantes de normas cultas em outro, possibilitou a convivência de índios, negros e brancos menos favorecidos, que compunham a camada popular. Com esta convivência, a partir do processo de *transmissão lingüística irregular*, uma nova variedade de língua foi surgindo, característica das camadas mais populares, já que as camadas cultas faziam questão de manter uma fala o mais próximo possível da Metrópole portuguesa.

Esta realidade “dividida” pode ser observada, de certa forma, até os dias atuais, porém as diferenças já não são tão acentuadas, graças ao acesso mais facilitado aos meios de comunicação, ao sistema de transporte mais amplo e ao maior acesso às escolas, que propagam os padrões lingüísticos dos grandes centros urbanos para todas as regiões do país, eliminando as marcas mais características da fala popular, provenientes, sobretudo, das simplificações produzidas no passado pelo contato entre línguas. Do outro lado, a fala da camada culta já se afasta bastante da realidade do português europeu.

Ainda assim, com a atenuação desses pólos, é possível observar mais facilmente as marcas de um português popular em falantes do português rural, que são normalmente mais conservadores. Por isso, são as comunidades de fala do interior do país o alvo de nosso estudo, que busca evidenciar a importância do contato entre língua e do processo de

transmissão lingüística irregular na formação do português popular do Brasil. A variação na concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no interior do país não é, ao nosso ver, fruto de uma deriva secular da língua portuguesa, como afirmam diversos estudiosos; é sim fruto da situação de amplo e massivo contato entre línguas.

A observação empírica dos dados de fala produzidos nessas duas comunidades em estudo nos levaram ao estabelecimento de alguns fatores lingüísticos e sociais que favorecem ou mesmo desfavorecem a aplicação das regras de concordância nominal em predicativos e passivas. Com relação à concordância de gênero, pôde-se observar um percentual de aplicação da regra na ordem de 94%, sendo a não aplicação algo residual, vestígios de um passado em que a variação no uso dessa regra foi, muito provavelmente, maior. Em variedades urbanas do português brasileiro, não há estudos sobre a concordância de gênero em estruturas passivas e predicativos do sujeito, o que indica a falta de um nível de variação significativo, sendo este um fenômeno mais produtivo em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, onde a variação chega à ordem de 20%, e, em bem menor escala, na fala popular do interior do país. Esse fato constitui uma evidência empírica em favor de uma correlação entre a falta de concordância e o contato entre línguas. As comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, mais diretamente afetadas pelo processo de transmissão lingüística irregular, exibem um grau de variação maior do que as comunidades de fala do interior do país não marcadas etnicamente; essas últimas não teriam, em sua história, uma relação tão direta com o contato entre línguas quanto as primeiras. Portanto, revela-se a seguinte relação: quanto mais intensa for a relação da comunidade de fala com o contato entre línguas, maior o nível de variação que se observa atualmente no uso das regras de concordância nominal e verbal.

O que se notou, observando a concordância de gênero, é que o *tipo de predicação* foi a variável que o Programa de Regras Variáveis primeiro selecionou como mais significativo estatisticamente, indicando um maior favorecimento do uso da regra em estruturas de predicados nominais, havendo, em contrapartida, um desfavorecimento por parte das estruturas de predicados verbo-nominais e passivas, já que há uma ligação mais direta entre o sujeito e seu predicativo em estruturas nominais.

A variável *indicação de gênero no sujeito* tem por base a seguinte derivação analítica do *princípio da saliência fônica*. Os sujeitos que exibem marcas mais salientes de gênero tenderão a favorecer a aplicação da regra de concordância com os predicativos e estruturas passivas, já que a marcação do gênero nesses constituintes é especificada pelos sujeitos a que esses constituintes estão ligados. Relacionado a este princípio, na análise desta variável,

também se encontra o *princípio do paralelismo formal*, que diz que a utilização de determinadas formas marcadas leva ao uso de formas semelhantes dentro de um mesmo discurso. Os resultados comprovaram a hipótese inicial, na medida em que houve mais concordância nos casos em que o predicativo estava ligado a um sujeito com marcas explícitas de gênero.

Outra variável relevante e pouco estudada é a *referência ao falante*, que indicou que há maior aplicação da regra de concordância nominal de gênero quando o sujeito da sentença se refere ao falante, demonstrando o que Lucchesi (no prelo) chama de uma característica egocêntrica do comportamento lingüístico. A *caracterização semântica do sujeito* veio confirmar a hipótese bastante utilizada em pesquisas sociolingüísticas de que se faz maior concordância com sujeitos com o traço semântico [+humano].

A última variável selecionada como estatisticamente relevante foi *tipo de predicativo*, e notou-se que os adjetivos favorecem a marcação de gênero mais que os participípios, confirmando, assim, a primeira variável selecionada, o *tipo de predicação*, ao demonstrar que o adjetivo tende a se flexionar mais em função de categoria gramatical do gênero do que os participípios, em função da natureza mais nominal daquele, frente à natureza mais verbal deste.

Algumas variáveis não foram selecionadas como estatisticamente relevantes pelo VARBRUL, porém exibiram resultados interessantes e foram comentadas. Com a variável *ordem sujeito-predicado*, comprovou-se o esperado: a ordem direta, com o sujeito anteposto ao verbo, favorece o uso da regra de concordância nominal de gênero, enquanto o sujeito posposto desfavorece esse uso. A presença de *material interveniente entre o verbo e o predicativo* desfavoreceu a concordância, pois a relação de adjacência foi prejudicada, enquanto as sentenças em que não há qualquer material interveniente entre seu sujeito e seu predicativo exibiram um maior índice de concordância de gênero.

No que concerne à concordância nominal de número em predicativos do sujeito e em estruturas passivas, notamos que, no português popular do interior do país, o índice de marcação de plural é de apenas 4%. Ao lado desse índice, Lucchesi (no prelo) observou uma marcação em apenas 1% dos casos no português afro-brasileiro isolado, mostrando que a concordância de número praticamente inexistente nestas comunidades. Do outro lado, na fala popular urbana, o índice de marcação obtido foi de aproximadamente 45%, ratificando a idéia de uma realidade lingüística brasileira polarizada.

No processamento quantitativo das variáveis lingüísticas que favorecem o uso da concordância nominal de número em predicativos e passivas, o VARBRUL selecionou como estatisticamente relevantes apenas duas variáveis: a *concordância nominal de número no SN*

sujeito e a concordância verbal. Ambas as variáveis estão relacionadas ao princípio da *coesão estrutural* (LUCCHESI, 2000), a partir do qual se pode postular que as formas explícitas de plural tendem a aparecer com maior frequência em predicativos e participios quando há também aplicação da regra de concordância de número no SN sujeito que especifica esses predicativos e participios, bem como quando ocorre a concordância entre esse sujeito e o verbo de ligação ou o auxiliar *ser* nas estruturas passivas. Os resultados das variáveis citadas vieram realmente confirmar o princípio da coesão estrutural, pois, em sentenças em que o SN sujeito que trazia marcas formais de plural e em que o verbo concordava com o sujeito, foi maior o índice de marcação de número nos predicativos e nas estruturas passivas.

Assim como no estudo de gênero, algumas variáveis não foram selecionadas como estatisticamente relevantes, porém tiveram resultados expressivos. O resultado da variável *caracterização semântica do sujeito* confirmou o que já havia sido observado em gênero, o sujeito com traço [+ humano] favorece o uso da marca de plural, assim como ocorre com a ausência de *material interveniente entre o sujeito e o predicativo*.

Em seu sentido mais estrito, o princípio da *saliência fônica*, que diz que os itens mais salientes, com maior diferenciação do material fônico entre a forma flexionada e a não flexionada, favorecem a presença de marcas de plural, aqui não se apresentou produtivo; não houve resultados com validade estatística no processamento quantitativo dos dados, nem diferenças percentuais significativas.

Nosso estudo ainda revelou que fatores extralingüísticos podem favorecer o uso das regras de concordância no português popular. Constatamos que a ocorrência da concordância nominal, tanto de número quanto de gênero, é maior por parte dos falantes que já saíram da comunidade por mais de seis meses, já que estes tiveram maior contato com uma realidade exterior à sua comunidade. A variável *estada fora da comunidade* mostra que estes falantes que saíram de sua comunidade recebem maior influência das normas urbanas e dos meios de comunicação, utilizando, assim, com maior frequência a regra de concordância nominal.

Nas duas comunidades analisadas, os falantes mais jovens fazem maior uso das regras de concordância, enquanto os falantes mais velhos fazem menos concordância de gênero e de número em predicativos e passivas. Naturalmente, os mais jovens sofrem maior influência do meio exterior, têm mais acesso aos ambientes de escolarização, sendo assim bastante compreensível a sua maior aproximação com a norma de prestígio. O maior índice de concordância por parte dos mais jovens indica uma mudança em curso, um processo de implementação de regras novas, ao passo que o menor índice de uso das regras por parte dos falantes mais velhos reflete um comportamento lingüístico provavelmente mais próximo do

que se falava nas origens do português popular do interior do estado, quando os reflexos do processo de transmissão lingüística irregular resultante do contato do português com as línguas indígenas e africanas era mais notável.

Diferentemente do esperado inicialmente, as mulheres apareceram na liderança da mudança com relação à concordância nominal em predicativos e passivas, demonstrando que está havendo uma mudança do papel da mulher no interior do estado. A mulher não é mais aquela figura que mantém sua atividade restrita ao lar; ela é agora também responsável pelo sustento da família, muitas vezes até saindo de sua cidade em busca de empregos que melhorem a sua condição de vida. Essa nova tomada de atitude põe as mulheres em maior contato com ambientes externos, o que pode justificar o fato de serem elas a fazerem maior uso das regras de concordância.

Com relação ao nível de escolaridade, analfabeto ou semi-analfabeto, não notamos resultados relevantes. De fato, todos os falantes ocupam a base da pirâmide social, têm uma escolarização bem precária - quando a possuem - não sendo significativa a distinção entre nenhuma e uma escolaridade incipiente.

A última variável social analisada foi *a localidade do falante*, que indica se ele é morador da sede do município ou da zona rural. Não se observou, também aqui, diferenças entre a fala desses moradores, o que nos mostra que o fenômeno da concordância nominal em predicativos do sujeito e estruturas passivas, na fala popular de indivíduos com o mínimo de escolarização, independe da clivagem rural/urbano, em municípios de pequeno porte do interior do país. Tal resultado corrobora o que diz Bortoloni-Ricardo (2005), quando fala que a dicotomia *rural x urbano* não é algo estanque, e sim que se apresenta como um *continuum* de formas.

Após observar os resultados aqui apresentados, alcançamos a confirmação da hipótese inicial de que o português popular do interior do Brasil tem sua origem marcada pela transmissão lingüística irregular, que está relacionada ao amplo e maciço contato entre línguas ocorrido na formação do país. Fica evidente também que a realidade lingüística polarizada de outrora ainda permanece nos dias atuais, com norma(s) popular(es) em um extremo, e norma(s) culta(s) em outro; ainda há um abismo social entre classes e, tal fato, sem dúvida, se reflete na língua do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub *et alii* (Orgs.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- BAXTER, Alan e LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil, Salvador, *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BRAGA, M. L, SCHERRE, M. M. P. A concordância de número no sintagma nominal na área urbana do Rio de Janeiro. In: *Encontro Nacional de Lingüística*, 1, 1976, Anais. Rio de Janeiro: PUC. P. 464-77.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística. In: TRALLO, Fernando (org). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?: Sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005 .
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Tradução: Mascor Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CALLOU, Dinah e LEITE, Yonne. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAMARA JR, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CASTRO, Yeda Pessoa. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, Linalda Arruda (Org.). *Sociedade, cultura e língua – Ensaio de sócio e etnolingüística*. João Pessoa: Sharin, 1990.
- CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAMBERS, J. K. e TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIAS, Juçá Fialho Vazzata. *A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos na fala da região sul: um estudo variacionista*. Florianópolis. Dissertação de mestrado, 1996.
- ELIA, Silvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Volume XXI. Rio de Janeiro, 1958. (Uma publicação do Instituto de Geografia e Estatística)

FRANCHETO, Bruna. O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. In: ISA (org.). *Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)*, São Paulo, 2000.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. University of Pennsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

GUY, Gregory. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

LABOV, William. *Modelos Sociolingüísticos*. Madrid: Cátedra, 1983 [1972a].

LABOV, William. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David e CEDERGREN, Henrietta. *Variation Omnibus*. Edmontom: Linguistic Research Inc, 1981.

LOBO, Tânia. *A formação histórica do português brasileiro*. O estado da questão. Comunicação ao XI congresso da ALFAL. Gran Canária, 1996.

LUCCHESI, Dante. Chave de transcrição do Projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*. Salvador: ms. (<http://www.vertentes.ufba.br/chave.htm>)

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil, Lisboa, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1994.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille, ZIMMERMANN, Klaus (eds.). <<Substandard>> e mudança no português do Brasil. Frankfurt, TFM, 1998.

LUCCHESI, Dante. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A Cor da Letras*, n. 3, p. 73-1000, dez. 1999.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2000.

LUCCHESI, Dante. *As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000)*. D.E.L.T.A., 17:1, 2001.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

LUCCHESI, Dante. Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, Dante. A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: Novas evidências empíricas. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel e VEIGA, Nancy Vázquez. *Los criollos de base ibérica*. Madrid: Iberoamericana, 2004b.

LUCCHESI, Dante. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolingüística do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia, VOTRE, Sebastião (orgs.). *Ensaio em homenagem a Anthony Naro*. Rio de Janeiro: PAPERJ, [no prelo].

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKIMIN, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: FLP/USP, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois...”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NARO, Anthony e SCHERRE, Marta. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. DELTA, Vol. 9, nº especial, 1993.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolingüística: tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NARO, Anthony e SCHERRE, Marta. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia B. B. e

MACHADO FILHO, Américo V. L. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2004.

PINTZUK, Suzan. *VARBRUL programs*. Ms. 1988.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Aryon D. *Breve história da língua dos índios vistos por Cabral*, *Universa*, Brasília, 2000.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas Brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANKOFF, David. Variable Rules. In: AMMON, Ulrich, DITTMAR, Norbert e MATTHEIR, Klaus (eds). *Sociolinguistics*. Nova Iorque: Academic Press, 1988.

SCHERRE, Marta. *Reanálise da Concordância Nominal em Português*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 1988.

SCHERRE, Marta. Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal. In: TARALLO, Fernando (Org). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

SCHERRE, Marta M. P. *A concordância de número nos predicativos e nos participios passados*. Rio Grande do Sul, *Organon*, v. 5, n 8, 1991

SCHERRE, Marta e NARO, Anthony. *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil*. *DELTA*, vol. 9, n. 1. 1993.

SCHERRE, Marta M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37-49. dez. de 1994.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal em terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama social de três comunidades do interior do estado da Bahia*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia – Instituto de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, 2005.

SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística – teoria y análisis*. Madrid: Alhambra, 1988.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil*, 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. *In: Roberts, Ian e Kato, Mary (orgs.). Português Brasileiro - uma viagem diacrônica.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística.* São Paulo: Parábola. Tradução: Marcos Bagno, 2006 [1968].

ZILLES, Ana Maria Stahl *et al.* *A concordância verbal em primeira pessoa do plural na fala de Panambi e Porto Alegre, RS.* Organon – Estudos da língua falada. V. 14, n. 28 e 29, 2000.

www.vertentes.ufba.br acessado em 25-11-2005

www.ibge.gov.br acessado em 30-06-2006

ANEXOS

CORPUS DO PORTUGUÊS POPULAR

FICHA DO INFORMANTE:

Município: _____

Sede () Zona Rural ()

Localidade: _____

Dados do Informante nº: _____

Nome: _____

Naturalidade: _____

Idade: _____

Sexo: F () M ()

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Ainda estuda: () Estudou na infância: () Já adulto: ()

Estada fora da comunidade: Sim () Não ()

Motivo: _____

Tempo: _____

Mídia:

Rádio: () TV: () Livros, jornais: () Outros: ()

Tipos de programa: _____

Atitude:

Receptivo/Extrovertido: () Refratário/Introvertido: ()

OBS: (Endereço/Direção/Referência)

CHAVE DE CODIFICAÇÃO

CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM ESTRUTURAS PASSIVAS E DE PREDICATIVOS

VARIÁVEL DEPENDENTE: realização da concordância em estruturas passivas e de predicativos:

(+) aplicação da regra de concordância

Ex.: Os meninos foram encontrados.

- Essas crianças estão doentes.
(-) não-aplicação da regra de concordância
Ex.: Os meninos foram encontrado.
Essas crianças estão doente.

VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

2. Tipo de predicação:

- (n) predicativos nominais
- (v) predicativos verbais
- (p) estruturas passivas

3. Tipo de sujeito

- (N) SN simples
- (D) SN composto
- (P) pronominal
- (E) SN sem núcleo realizado
- (Q) pronome relativo
- (V) categoria vazia
- (C) substantivo coletivo (o pessoal, o povo)
- (G) *a gente*
- (T) toda, todas

4. Ordem

- (%) S-P
- (#) P-S

5. Material interveniente entre o verbo e o predicativo

- (:) sem material interveniente
- (;) com material interveniente
- (!) com oração entre o verbo e o predicativo
- (?) predicativo coordenado

6. Concordância nominal de número no SN sujeito

- (S) SN com concordância
- (s) SN sem concordância
- (R) SN com concordância retomada pelo pronome relativo
- (r) SN sem concordância retomado pelo pronome relativo

7. Concordância verbal

- (C) verbo concordando com o sujeito
- (c) verbo não concordando com o sujeito

8. Indicação do plural no SN sujeito

- (m) mórfica
- (n) com numeral
- (q) quantificador
- (l) lexical
- (p) partitivo ou porcentagem

9. Referência ao falante

- (E) SN – sujeito inclui falante

(e) SN – sujeito não inclui falante

10. Caracterização semântica do sujeito

(H) [+humano]

(h) [-humano]

11. Estrutura sintagmática do predicativo

(a) adjetivo

(s) substantivo

(p) particípio passado

(N) sintagma nominal

(m) pronome possessivo

(d) pronome demonstrativo

(i) pronome indefinido

(n) numeral

12. Tipo de atributo

(E) essencial

(A) acidental

13. Presença do quantificador tudo/todos

(T) com quantificador

(t) sem quantificador

14. Saliência fônica

(I) plural irregular (*morto/legal/campeão/legal/feliz*)

(R) plural regular (*grande/assaltado/indêntica/irmão/bom*)

(M) plural misto (aumentativo/diminutivo: *doidinha/grandona/durão*)

VARIÁVEIS SOCIAIS

15. Faixa etária

(1) faixa I (25 a 35 anos)

(2) faixa II (45 a 55 anos)

(3) faixa III (acima de 65 anos)

16. Sexo

(m) masculino

(f) feminino

17. Estada fora da comunidade

({) sim

(}) não

18. Nível de escolaridade

(@) analfabeto

(\$) semi-analfabeto

19. Origem do falante

(R) zona rural
(S) sede

CHAVE DE CODIFICAÇÃO

CONCORDÂNCIA NOMINAL DE GÊNERO EM ESTRUTURAS PASSIVAS E DE PREDICATIVOS

VARIÁVEL DEPENDENTE: realização da concordância em estruturas passivas e de predicativos:

(+) aplicação da regra de concordância

Ex.: As coisa estão cara.

As crianças foi abandonada.

(-) não-aplicação da regra de concordância

Ex.: As coisa tá caro.

As crianças foi abandonado.

VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS EXPLANATÓRIAS

2. Tipo de predicação:

(n) predicados nominais

(v) predicados verbais

(p) estruturas passivas

3. Tipo de sujeito

(N) SN simples

(D) SN composto

(P) pronominal

(E) SN sem núcleo realizado

(Q) pronome relativo

(V) categoria vazia = sujeito oculto

4. Ordem

(%) S-P

(#) P-S

(/) Para pronome relativo e categoria vazia

5. Material interveniente entre o verbo e o predicativo

(:) sem material interveniente

(;) com material interveniente Ex: Todos, tudo – ligado ao sujeito

(!) com oração entre o verbo e o predicativo

(?) predicativo coordenado Ex: Ela é pequena e bonita

6. Concordância nominal de gênero no SN sujeito

(S) SN com concordância

(s) SN sem concordância

(R) SN com concordância retomada pelo pronome relativo

(r) SN sem concordância retomado pelo pronome relativo

7. Concordância verbal (apenas na 3ªp.p.; nos demais, /)

(C) verbo concordando com o sujeito

(c) verbo não concordando com o sujeito

8. Indicação do gênero no núcleo do SN sujeito

- (i) nome feminino sem flexão de gênero (roça, perna, foto, testemunha, criança etc.)
- (l) nome de ser animado com o gênero indicado lexicalmente (mãe, vaca, atriz, etc.)
- (f) nome de ser animado com flexão de gênero (menina, gata, etc.)
- (c) nome feminino comum de dois gêneros (caçula, colega, etc)
- (z) categoria vazia
- (x) pronome não flexionável em gênero (eu, que, a gente, etc)
- (p) pronome ou determinate flexionável em gênero (ela, essa, outra, etc)

9. Referência ao falante

- (E) SN – sujeito inclui falante
- (e) SN – sujeito não inclui falante

10. Caracterização semântica do sujeito

- (H) [+humano +animado] gente
- (A) [-humano +animado] bicho
- (C) [-humano –animado] coisa

11. Estrutura sintagmática do predicativo

- (a) adjetivo
- (s) substantivo
- (p) particípio passado
- (N) sintagma nominal
- (m) pronome possessivo
- (d) pronome demonstrativo
- (i) pronome indefinido
- (q) quantificador tudo/todo
- (n) numeral
- (/) Passiva

12. Tipo de atributo

- (E) essencial (com o verbo ser)
- (A) acidental (com os demais verbos)

13. Presença do quantificador tudo/todos

- (T) com quantificador
- (t) sem quantificador

14. Saliência Fônica

- (0) filho/a
- (1) cristão/cristã
- (2) grandão/grandona
- (3) bom/boa
- (4) gostoso/gostosa; esse/essa
- (9) professor/professora

VARIÁVEIS SOCIAIS

15. Faixa etária

- (1) faixa I (25 a 35 anos)
- (2) faixa II (45 a 55 anos)
- (3) faixa III (acima de 65 anos)

16. Sexo

- (m) masculino
- (f) feminino

17. Estada fora da comunidade

- ({) sim
- (}) não

18. Nível de escolaridade

- (@) analfabeto
- (\$) semi-analfabeto

19. Origem do falante

- (R) zona rural
- (S) sede

PROJETO VERTENTES DO PORTUGUÊS RURAL DO ESTADO DA BAHIA

CHAVE DE TRANSCRIÇÃO

DANTE LUCCHESI

1. Apresentação e objetivos

Esta proposta de chave de transcrição tem orientado os trabalhos de transcrição ortográfica dos inquéritos realizados no âmbito do Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. Optou-se pela transcrição ortográfica em detrimento da fonética, porque aquela possibilita uma melhor visualização do texto, atendendo igualmente às necessidades da análise. Contudo, diferentemente do procedimento adotado em outros projetos (cf. NURC, por exemplo), a transcrição ortográfica é aqui adotada como um instrumento efetivo para a análise, ou seja, ela é feita no sentido de que possa fundamentar a coleta dos dados a serem analisados, diminuindo o recurso à gravação. Desse modo, a transcrição deve mobilizar os recursos disponíveis para uma reprodução mais fiel das características lingüísticas do texto oral.

2. Critério básico e considerações prévias

O critério básico é o de se registrarem os fatos lingüísticos que se observam na fala do informante¹⁹ e que constituem marcas específicas do seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático (ausência de concordância ou de nexos gramaticais - preposições, complementizadores, etc. -, objetos nulos, quebras no encadeamento sintático dos enunciados, etc.); serão excluídos apenas alguns fatos que, mesmo em desacordo com a ortografia oficial, podem ser considerados gerais no português do Brasil, com o intuito de não sobrecarregar o texto transcrito.

Na organização desta chave, buscou-se definir primeiramente alguns critérios gerais que devem servir como base da transcrição. Na medida em que o princípio geral é o de se

¹⁹ bem como do documentador, para a possível consideração do "efeito de gatilho" na análise. O documentador por vezes aproxima a sua fala da do informante, como procedimento técnico de recolha do material, e não deve ser "corrigido" na transcrição.

registrar todos os fatos da fala do informante, será feito primeiramente um destaque para os fatos que não devem ser registrados. Esse procedimento visa a facilitar o trabalho de transcrição, pois ao transcrever o pesquisador só terá em mente um número reduzido de fatos que não devem ser registrados. Os demais fatos devem, em princípio, ser registrados. Para esses fatos, como subsídio, serão apresentadas algumas indicações mais específicas de como eles devem figurar na transcrição dos inquéritos. Obviamente que esta última listagem não contempla toda a gama de fatos que ocorrerão nos inquéritos. Assim, os fatos novos deverão ser tratados segundo o procedimento geral desta chave, devendo ser comunicados ao seu autor para que a solução adotada seja ratificada e incorporada.

3. Chave de transcrição

3.1. Indicações preliminares

1. Cabeçalho: modelo:

PROJETO VERTENTES DO PORTUGUÊS RURAL DO ESTADO DA BAHIA

LOCALIDADE DE HELVÉCIA-BA

INFORMANTE 01

NOME: Valdete Gege Facília

SEXO: F

IDADE: 29

NASCIMENTO: Helvécia

PAIS: Helvécia

NIVEL DE ESCOLARIDADE: ANALFABETA

VIAGENS PARA FORA: NÃO (RIO DE JANEIRO - 3 MESES)

2. Os intervenientes no inquérito devem ser indicados da seguinte maneira:

DOC: (documentador)

INF: (informante)

CIRC: (interveniente circunstancial)

3. Indicação de trecho ininteligível: ININT

4. Usar colchetes para indicar trecho sobre qual não há certeza na audição.

Ex.: INF.: Ah, pra passeá, [eu] saio.

4. Indicação de interrupção do inquérito: INTERRUP

5. O texto deve ser pontuado com moderação.

6. Indicação de correção e/ou hesitação com o uso das reticências. Ex: *INF: Eu fui na ró... eu fui na feira*

3.2. Critérios Gerais

1. Deverão ser registrados, com o máximo de rigor atenção, TODOS os fatos no nível da morfossintaxe, tais como:

a) concordância nominal variável:

Ex.: *as coisa tá caro.*
estava no roça.

b) concordância verbal variável.

Ex.: *os menino foi* ou *os menino foro*; *nós vai*; ou mesmo *eu conta* por *eu conto*.

c) Omissão de preposições, artigos, complementizadores, etc.

Ex.: *Deu Júlia isso aí.*
(Port. normal: *Deu à Júlia isso aí*)

d) repetições, com utilização das reticências.

Ex.: *"as pessoas assim é que... que conhece mais as coisa"*

e) correções e quebras no encadeamento do enunciado, também com a utilização de reticências.

Ex.: *"E as... sempre assim ou era diferente?"*

f) hesitações, idem.

Ex.: *"Esses daqui mermo, ói, é... é... é... é d'uma...de... de Odete aqui, num sabe?"*

2. Fatos fônicos que não devem ser registrados

a) Elevação das vogais médias em distribuição pré-acentuada, quer no interior de um mesmo vocábulo, quer no interior de um grupo de força (como no caso das seqüências com a preposição **em**), e pós-acentuada não-final;

Ex.: *estava* e não *istava*; *domingo* e não *dumingo*; *em casa* e não *im casa*; *rédea* e não *rédiã*.

b) Elevação das vogais médias em posição átona final.

Ex.: [nomi] > *nome*; [matu] > *mato*

c) Ditongação antes de consoante constrictiva implosiva.

Ex.: [meys] > *mês*

d) palatalização de **t** e **d**, antes de vogal palatal.

Ex.: [põtΣi] > *ponte*

Obs.: palatalizações como em [‘mutΣu], [‘notΣe] e [‘dodZyo] devem ser registradas:

muncho, notche, dôdio;

e) epêntese da vogal alta que desfaz o travamento de grupo consonântico.

Ex.: *advogado* e não ou *adivogado*; *psicologia* e não *pissicologia*.

Obs.: A inserção de uma vogal média deve ser registrada: *adevogado*.

f) Realização velar ou faríngea de certas consoantes constrictivas:

Ex.: *tava* por [‘taha] ou [‘taxa]; *mais* por [mayh]

g) Supressão da consoante nasal

Ex.: *tenho* por [te@yu]; *uma* por [u@a]

h) Vocalização da consoante lateral pós-vocálica

Ex.: *mel* e não *méu*; *Brasil* e não *Brasiu*; *animal* e não *animau*.

i) A elisão entre palavras diferentes não deve ser registrada

Ex.: *que eu* e não *qu'eu*; *dêxa eu* e não *dêx'eu*; *pra aculá* e não *pr'aculá*; *se estrompô* e não *s'istrompô*; *manda ele* e não *mand'ele*; *vim me embora* e não *vim m'imborá*; *que é* e não *qu'é*.

3.3. Fatos que devem ser registrados

- Nível Fônico

1. Consoantes implosivas – (C)VC

a) /S/

- a variante zero deve ser registrada: *os menino*.
- as variantes velar/glotal não devem ser registradas: *mesmo* para [‘mehmo].

b) /l/

- a variante zero deve ser registrada: *papé, animá*, etc.
- as variantes constrictivas, [x] e [h], devem ser registradas com o grafema <r>: *vorta, arcançou*, etc.

c) /x/

- a variante zero deve ser registrada: *brincá, corrê, dormi*.

OBS: Para se desfazer a ambigüidade, usam-se os parênteses: parti(r). A forma do verbo *ir* deve ser sempre transcrita como *ir*.

- a variante [w] deve ser registrada: *felvendo, nelvoso*.

d) /N/

- deve-se registrar a redução dos ditongos nasais em final de palavra: *viage, bença, correro*.

e) A inserção de uma vogal, criando uma nova sílaba (CVC > CVCV): *dificuldade; tale*.

f) semivogais

- Redução de ditongos, tanto em posição final, quanto em posição medial, utilizando o acento circunflexo na sílaba tônica.

Ex.: *matô; côro; poquinho; cantê; dêxa*.

2. Padrão silábico CCV

a) redução do grupo (CCV > CV): *cumpade, ôto, péda*.

b) CCV > CVC: *percurar*.

c) CVC > CCV: *preguntô; drumença*.

d) CCV > CVCV: *fulô*.

3. Outros fatos que devem ser registrados

3.1. Em relação às vogais

a) Abaixamento das vogais altas em distribuição não acentuada.

Ex.: *deferente* por **diferente**.

b) Redução específica de certos ditongos como em *truxe* [trusi] por **trouxe**, em que ocorre também a elevação da vogal.

c) nasalização.

Ex.: *ingual* por **igual**; *ingnorância* por **ignorância**.

d) usa-se o acento de timbre para indicar uma realização distinta da normal.

Ex.: *interésse* por **interesse**.

e) Troca de **e** ou **en** por **a** ou **an**, *vice-versa*.

Ex.: *antão* por **então**.

f) troca de vogal posterior pela anterior, em distribuição átona final.

Ex.: *quande* por **quando**; *divide* por **devido**; *tem* por **tenho**.

g) ditongação.

Ex.: *saudia* por **sadia**.

3.2. Em relação às consoantes

a) o "ieísmo".

Ex.: *muié* por **mulher**; *véizim* por **velhozinho**; *trabaio* por **trabalho**.

b) o rotacismo.

Ex.: *pranta* por **planta**; *prantação* por **plantação**.

3.3. Inserção e supressão de segmentos fônicos

a) inserção de segmento no início do vocábulo.

Ex.: *ieu* por **eu**; *amontá* por **montar**; *evém* por **vem**.

b) supressão de segmento no início do vocábulo

Ex.: *'bservano* por **observando**; *'djutóro* por **adjutório**; *'cabô* por **acabou**;
'fraquiceno por **enfraquecendo**.

c) supressão de segmento no final do vocábulo, com a utilização do apóstrofo quando ocorrer junção com vocábulo posterior.

Ex.: *quan' nada*; *den' de*; *des' tamanho*; *pó' dêxá*.

c) redução de terminações verbais.

Ex.: *cantaro* ou *cantarum* por **cantaram**; *brincano* por **brincando**.

d) redução do morfema de diminutivo.

Ex.: *véim* por **velhinho**; *urim* por **ourinho**.

e) redução do ditongo /ãw/.

Ex.: *Som Paulo* por **São Paulo**.

f) redução de proparóxítonas, bem como das falsas proparoxítonas, com a manutenção do acento para facilitar o entendimento da forma, quando necessário.

Ex.: *épa* por **época**; *lâmpa* por **lâmpada**; *abróba* por **abóbora**; *estâumbo* por **estômago**; *remédo* por **remédio**; *criatóro* por **criatório**; *muléstra* por **moléstia**.

g) A combinação de fatos acima mencionados, com a utilização do acento de timbre para evitar ambigüidade, quando for o caso.

Ex.: *quês* por **aqueles**; *véi* por **velhos**; *fi* por **filho**; *ói* por **olhe**.

h) aglutinação.

Ex.: *nestante*; *vumbora*.